



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

EDVAN LESSA DOS SANTOS

ÁGUA MOLE, TERRA DURA, POVO BRADA ATÉ QUE FURA

(O que narram CPT e Fiocruz sobre os conflitos socioambientais no Brasil)

CAMPINAS,

2017

EDVAN LESSA DOS SANTOS

ÁGUA MOLE, TERRA DURA, POVO BRADA ATÉ QUE FURA

(O que narram CPT e Fiocruz sobre os conflitos socioambientais no Brasil)

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientador: Professor Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Edvan Lessa dos Santos e orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

CAMPINAS,

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sa59a Santos, Edvan Lessa, 1993-
Água mole, terra dura, povo brada até que fura : (o que narram CPT e Fiocruz sobre os conflitos socioambientais no Brasil) / Edvan Lessa dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Antonio Carlos Rodrigues de Amorim.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Comissão Pastoral da Terra. 2. Fundação Instituto Oswaldo Cruz. 3. Recursos naturais - Aspectos sociais - Brasil. 4. Água - Aspectos sociais - Brasil. 5. Conflito social - Aspectos ambientais - Brasil. 6. Conflito social na comunicação de massa. 7. Análise do discurso narrativo. I. Amorim, Antonio Carlos Rodrigues de, 1968-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Soft water, hard earth, bad people until it sticks : (what CPT and Fiocruz tell about the socio-environmental conflicts in Brazil)

Palavras-chave em inglês:

Comissão Pastoral da Terra
Fundação Instituto Oswaldo Cruz
Natural resources - Social aspects - Brazil
Water - Social aspects - Brazil
Social conflict - Environmental aspects - Brazil
Social conflict im mass media
Discourse analysis, Narrative

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim
Érica Speglich
José Eduardo Viglio

Data de defesa: 29-08-2017

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural



BANCA EXAMINADORA

Érica Speglich

José Eduardo Viglio

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

**IEL/UNICAMP
2017**

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

DEDICATÓRIA

**À mainha,
mestra em borrifar sabedorias que não se dissipam no ar.**

AGRADECIMENTOS

Envio todo o meu amor e gratidão às pessoas que ajudaram a viabilizar o sonho de me tornar mestre. Lamentarei quando pensar em algum nome que me esqueci de citar. Como sempre souberam, esta conquista não é algo que tem um fim em si mesmo – me refiro ao desejo de ser professor e continuar riscando páginas e tornado o mundo mais vasto de minhas ideias. Posso dizer que sou uma prova viva de que coisas podem dar certo, mesmo quando se nasce em certa desvantagem, vê os privilégios que tem, e sob os olhares de quem torce contra, avança.

Agradeço... Por ter acesso a uma educação de qualidade até a quarta série, salvo a segunda série, no Centro Educacional Ideal, cujo sacrifício de mainha para pagar a mensalidade resultou em tantas coisas boas para nós.

Quando a **minha família** entendeu que, após quatro anos na Universidade Federal da Bahia, cursando Comunicação – Jornalismo, não seria ainda a hora de voltar para a casa e me deu o apoio e orientação indispensáveis à mudança para Campinas.

Viviane, parceira o tempo todo, me amou, orientou e cobrou menos do que eu poderia imaginar. Concordou que o melhor para nós seria voar um pouco mais para longe, até de volta às nossas praças.

Na graduação, quando me tornei ávido pelo jornalismo científico, graças à professora **Simone Bortoliero**, que manteve aquecido meu coração desbravador e cuidou também de me mostrar como o mestrado poderia expandir as possibilidades de atuação na área. Simone me mostrou um futuro.

Os **professores da Faculdade de Comunicação** da UFBA, salvo Simone, que não me acolheram quando especulei ingressar no Programa de Pós-Graduação e Cultura Contemporâneas. Conquistei coisas tão melhores para a minha vida...

Na Escola Brasil de Jornalismo Científico (EBJC), em 2014, em Rio Branco (AC), a professora **Graça Caldas**, gentilmente, sentou-se comigo e ajudou a transformar uma pauta

num escopo de projeto de mestrado. A ela, agradeço por todo carinho e pelos conselhos valiosos; um eu não segui à risca e me dei mal.

À **Adriana Cohen**, professora da EBJC, eu narrei as lágrimas da saudade que sentiria de casa e o medo de não dar tempo de ajudar a minha família. Agradeço pela empatia e por ter ajudado a seguir em frente. Deu tempo, Adriana.

Os professores **Ricardo Sangiovanni** e **Maria Ísis** leram meu projeto e deram os seus pitacos. Com isso, tive mais confiança na proposta enviada à seleção no Labjor.

Júlia Belas, amiga de graduação, me emprestou o cartão de crédito para comprar a passagem até São Paulo, na fase de entrevistas, após meu projeto ter sido selecionado.

Marli Lessa, minha prima amiga de São Paulo (SP), me recebeu na sua cidade e foi quem primeiro me levou, numa noite escura e fria, ao distrito de Barão Geraldo, meu lar nos meses subsequentes. Preocupou-se muitas vezes comigo, preparou comida - torta de sardinha que nem mainha faz igual -, me agasalhou e me manteve motivado. Foi quem também emprestou o dinheiro da primeira compra feita quando me mudei.

Ana Lúcia, uma das mães que eu tenho, me presenteou com a passagem de avião na mudança, em fevereiro de 2015, para Barão. Foi também quem me emprestou dinheiro para que eu pagasse a fiança do imóvel encontrado. “Fui só um instrumento de Deus na sua vida”, ela me disse, tempos depois.

A moradia foi **Carla de Quadros** quem viabilizou ao emprestar todos os seus documentos pessoais (impensável alguém ter acesso a eles) para elaboração do contrato de aluguel. Foi amiga, motivadora e uma criadora de oportunidades de trabalho. Foi por causa de Carla que eu consegui vir à Bahia duas vezes no ano de 2015 e matar a saudade dos meus. Certa paz eu alcancei por ter a escuta atenta dela.

Tia Regininha costurou duas almofadas que confortaram minhas noites e **Tia Rita** me ajudou a arrumar as malas e ensinou sobre como conservar camisas para que não fiquem com “gominhos”.

Ninha, sempre necessária em minha vida, me tirou do chão - onde eu dormi algumas vezes - mais rápido do que eu considerava importante no contexto de mudança; ela me deu o colchão.

Guga, um amigo de Simone e meu amigo, me mostrou Barão no início, quando fui à matrícula, e graças a ele encontrei a casa onde morei. Deu-me confiança todas as poucas vezes em que o vi e ainda me levou ao Instituto de Olhos Penino Burnier na vez que tive uma incômoda conjuntivite alérgica.

Paulo Victor Sousa me deu um livro que significou mais sobre cuidado da parte dele, do que dicas infalíveis para um homem solteiro e inexperiente morando sozinho.

Ana Paula Montagner sempre foi acolhedora e cuidadosa comigo. Inclusive, me ajudou financeiramente – agora todos sabem, Ana - quando fiquei sem trabalho em Campinas. “Acho que você não deve se preocupar com questões financeiras, mas sim, em terminar bem o seu mestrado”, aconselhou, à época. Por você ser quem é, eu e mainha, hoje sua amiga, seremos eternamente gratos.

Mônica Rovigati me ajudou com sua firmeza e me ouviu com carinho o tempo todo. Além disso, me deu a chance de ser fiscal no vestibular da Unicamp, no lugar do seu filho caçula. Não me esquecerei da vez em que me deixou escolher o sabor do cheesecake “gigante” que comi até a última fatia.

Com **Ludmila Fávero** eu ri muito, descobri Little Joy e desabafei sobre coisas que me enfraqueciam.

O professor **Antônio Carlos Amorim** me escolheu como seu orientando porque se identificava com a minha pesquisa. Mas eu acho que ele viu além... Sabia que eu precisaria dele, das suas palavras (conselhos e repertório) e de sua paciência. Não concluiria uma fase tão importante com a mente sã, não fosse a tranquilidade com que o Amorim me guiou.

O **CNPq**, com a Bolsa de Apoio Financeiro Processo 104877/2016-2, associado ao Projeto Intervalar o Currículo: potências das audiovisualidades (Proc. n. 484908/2013-8), manteve meu foco no mestrado.

Antes da bolsa, **Tia Ivana** me deu a oportunidade de dar aulas de redação para os alunos da escola Ideal. Graças a Tia Ivana, tive perseverança quando as amarguras e ansiedades me preenchiam.

Everaldo me ensinou palavras novas, reconheceu que sou excêntrico e acredita que até as boas experiências são “laboratório”. “Você será muito famoso”, brinca.

Mariluce Moura foi muito importante por proporcionar amadurecimento na minha apuração e redação jornalística. E, graças à oportunidade na Bahiaciência, pude me manter em Campinas a maior parte do tempo.

Alessandra, Marivane e toda a equipe do Labjor sempre estiveram dispostas a ajudar e muitas vezes facilitaram as coisas para mim. Agradeço demais por todos os esclarecimentos e assistência prestada – e por todas as mensagens de motivação.

Com **Érica Speglich**, nos breves encontros, e **Eduardo Viglio**, nas conversas pós-aula, eu obtive grandes aprendizados. Vocês foram importantes na minha formação de pesquisador.

Herica, Rômulo Osthues, Tati Plens e Brau Nunes como vocês são queridos... Sinto por convivermos tão pouco, embora o suficiente para a construção de uma bonita amizade. Obrigado pela acolhida nas vezes em que precisei, pelas belas palavras e companhia nas refeições.

Os **amigos** do imóvel na Rua Fernando Antônio Moreno Abdalla, Cidade Universitária, em Barão Geraldo, me ouviram cantar pessimamente e, durante nove meses, me queixar deles pela bagunça dentro da casa. A todos os demais amigos, conhecidos e familiares que acreditaram em mim e transmitiram direta ou indiretamente boas energias, obrigado...

*“When I'm paranoid I see walls behind walls
behind walls When I'm over joyed I see falls
over falls over falls”*

(Those Thieving Birds - Part 1 | Silverchair)

RESUMO

O conflito em sociedade pode indicar que algo no contexto das relações grupais/interpessoais precisa de mudança. Daí que alguns autores das ciências sociais vão falar em potencial criativo dos conflitos. Há, porém, instituições que documentam situações conflitivas Brasil adentro, notadamente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), considerando seus aspectos mais controversos, não necessariamente aceitando-os como ocorrências naturais e, sim, fruto de tensões arbitrárias, muitas vezes evitáveis. Através dos mapeamentos realizados sistematicamente por Fiocruz e CPT, os conflitos socioambientais, incluindo aqueles pela água, são retratados do ponto de vista de suas consequências nocivas para povos do campo e, em menor grau, pessoas em zonas urbanas. Muitas vezes porque projetos de desenvolvimento econômico ou políticas públicas salientam as diferentes visões de sujeitos em relação à apropriação de bens naturais. Posto isso, e diante também da importância das lutas serem trazidas a público, nos dedicamos a notar como a Pastoral e a Fiocruz organizam uma narrativa a partir de livros impressos e mapa online. Detalhamos a forma desta narrativa, separando os seus argumentos em “etiquetas” (situacionalidade, representatividade, vulnerabilidade, cientificidade, religiosidade e papel da imprensa), as quais nos indicam a existência de uma história sobre as lutas por recursos naturais. Nessa narrativa, saberes canônicos, notadamente religião e ciência, operariam para legitimar a narrativa e, obviamente, a luta das populações, quase sempre invisibilizada pela imprensa. Os meios de comunicação, nesse contexto, atuariam como antagonistas de interesses democráticos de povos e comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, fonte destacada por, vez outra, repercutir casos de conflito, tal como caderno e mapa. Nessa história, a crise da água, por exemplo, inflamaria os casos e as estatísticas robustas seria o modo de apresentar e dimensionar os casos. Os números rigorosamente coletados e interpretados por especialistas são, como se constata, questionados pelas próprias instituições que os fabricam: mostram e/ou ocultam os rostos? Analisamos 14 edições dos relatórios Conflitos no Campo Brasil, da CPT, e do Mapa de Conflitos da Fiocruz, percorrendo páginas impressas e virtuais tentando etiquetar a narrativa e identificando aspectos implícitos e explícitos nos textos que divulgam os conflitos por recursos hídricos e tentando especular o que essa narrativa produziria.

Palavras-chave: Conflitos pela água, Conflitos socioambientais, CPT, Fiocruz, Narrativa científica.

ABSTRACT

The conflicts within society may indicate that some aspects of the context in group/interpersonal relationships needs change. Because of that, social sciences' authors may write about the creative potential of conflicts. However, there are institutions which document conflictive situations within Brazil, notoriously the Earth's Pastoral Commission (CPT, in Portuguese) and the Oswaldo Cruz Institute and Foundation (Fiocruz), considering its most controversial aspects, not necessarily accepting them as natural causes but instead as fruits of sometimes avoidable arbitrary tensions. Through Fiocruz's and CPT's systematic mapping, social-environmental conflicts, including the ones related to water issues, are portrayed from the point of view of its hurtful consequences to the rural people and, in minor scale, to those who live in urban areas. It is because many times economic development projects and public policies highlight the different views regarding natural resources' appropriation. Facing the importance of the struggle becoming public, we dedicated to observe how Pastoral and Fiocruz organised their narrative through print books and online mapping. We have detailed the shape of this narrative, sorting its pleas between "labels" (situationality, representativeness, vulnerability, scientificness, religiousness and the media role), which indicate the existence of a struggle for natural resources. In this narrative, canonical knowledge, notoriously religion and science, would legitimise the narrative and, obviously, the struggle of populations, almost always invisibilised by the media. The media, in this context, would antagonise the people's and traditional communities' democratic interests and, at the same time, become a source of, every now and then, reporting conflict stories, such as a notebook and a map. In this story, the water crisis, for example, would increase the cases and huge statistics would be the way of presenting and measuring those cases. Those numbers, rigourously collected and interpreted by specialists, are questioned by the same institutions that fabricate them: do they show faces or hide them? We have analysed 14 editions of the Brazil's Countryside Conflicts, from CPT, and Fiocruz's Conflicts map, going through print and virtual pages attempting to label the narrative and identifying implicit and explicit aspects in texts that report water related conflicts and trying to speculate what this narrative would create.

Keywords: Water related conflicts, Social-environmental conflicts, CPT, Fiocruz, Scientific narrative.

SUMÁRIO

1 NO MAIS, É CHUVA	14
2 ALGUMAS LINHAS SOBRE “CONFLITO”	23
2.1 Entendimentos “multifurcados”	25
2.2 Mudança social; mas favorável?	31
2.3 Os conflitos no campo	33
2.4 As lutas por justiça ambiental e saúde	39
2.5 Personagens de um Caderno conflitivo	44
2.6 O Mapa de quem não quer desaparecer	46
2.7 Necessidades biológicas versus imateriais	49
3 OS ARQUIVOS SOBRE CONFLITOS	55
3.1 “A favor da terra prometida por Deus”	55
3.2 O documento que esconde o rosto, oculta os olhos e a realidade”	63
3.3 A vez da Fiocruz	75
3.4 Encontros entre o Caderno de Conflitos e Mapa de Injustiça Ambiental	84
4 A NARRATIVA QUE DESVELA OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL	89
4.1 Características gerais da narrativa científica	93
4.2 Etiqueta 1: Situacionalidade	98
4.3 Etiqueta 2: Representatividade.....	101
4.4 Etiqueta 3: Vulnerabilidade	105
4.5 Etiqueta 4: Cientificidade	106
4.6 Etiqueta 5: Religiosidade	113
4.7 Etiqueta 6: Papel da imprensa	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	129
Tabela de análise do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil	129
Tabelas de análise dos cadernos Conflitos no Campo Brasil	139

1 NO MAIS, É CHUVA

Para que este trabalho veio? Penso que como divulgador de ciência e cultura, tenho o compromisso de articular conhecimentos prévios e esclarecer os objetivos deste trabalho. Ao mesmo tempo, quais as motivações que me guiam e que embasam as justificativas por trás deste corpo escrito.

Pelo fato de ter tomado esta forma no contato mais frequente com os materiais analisados (publicações da CPT e Fiocruz que tratam de conflitos socioambientais no Brasil), o objetivo nem sempre esteve dado. E, ao final deste percurso dissertativo, poderia dizer com tranquilidade que sempre quis desvelar a existência de uma narrativa sobre os conflitos socioambientais, cuja autoria é a Pastoral da Terra e Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Com a análise comparativa dos documentos que as instituições publicaram, pudemos notar sob quais argumentos esta narrativa é montada e quais os conceitos de conflito (ver capítulo I) estão circulando nas publicações.

No final das contas, poderíamos retomar a discussão sobre conflitos, mas ela não é nosso foco central, já que não estamos olhando para o fenômeno. E sim, como ele é divulgado. Então, narrar e divulgar, nesta dissertação, operam como correlatos. Uma narrativa que está implícita num esforço sistemático e contínuo de apresentar dados sobre lutas em favor da justiça ambiental. Com isso, pudemos mais ou menos checar a presença da imprensa/meios de comunicação como componentes discursivos desta narrativa e, principalmente, em que pesa o campo científico nos casos gerais informados no Mapa e Cadernos de Conflito, publicações veiculadas anualmente.

O título do presente trabalho, quando foi pensado, trazia consigo unicamente o objetivo de estudar a água, a sua escassez em localidades específicas do território baiano, e compreender como tal cenário se inflamava diante das lutas sociais pela preservação desse elemento. Apesar da óbvia alusão ao ditado popular “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” - cuja interpretação sugere uma situação de persistência em que o resultado é em algum aspecto eficaz - a expressão que abre esta pesquisa pode ser observada mais de perto.

“Água mole” denota a situação na qual o recurso hídrico é abundantemente encontrado na natureza. “Terra dura” é uma livre menção ao solo do semiárido onde a água existe, mas brota timidamente dos poros do chão. Já “povo brada até que fura” conota os embates travados pelas pessoas por conta do recurso natural, incluindo os indivíduos que

historicamente enfrentam a situação de seca. O ato de “furar” seria um resultado mais ou menos específico dessas lutas.

Os passos dados para chegar até esta proposta deixaram rastros que podem ser conferidos em www.aguamoleterradura.com, um conjunto de matérias sobre os temas água, seca e conflitos pela água na Bahia, apresentado por mim como trabalho de conclusão de curso em Comunicação com habilitação em Jornalismo (2014). Trata-se de uma cobertura jornalística com dados, situações e imagens que demonstram o quanto o estado em questão, ao mesmo tempo em que possui vastos mananciais, apresenta sérios problemas de abastecimento em locais úmidos ou mesmo lutas pela garantia da qualidade hídrica onde se sobrevive à base de carros-pipa e cisternas.

Uma série de motivos justificava a ênfase dada à Bahia. Na região Nordeste, onde estão concentrados consideráveis esforços de expansão do país por meio de frentes como o agronegócio, a mineração e diversas obras de infraestrutura - a exemplo de hidrelétricas, rodovias e transposição do rio São Francisco-, o estado da Bahia é cenário de importantes casos de conflitos envolvendo água e, no geral, injustiças ambientais que incluem o debate sobre saúde.

Como constata a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) por meio de seu Mapa de Conflitos - uma ferramenta online na qual é possível geolocalizar conflitos socioambientais ocorridos em todo território brasileiro -, tais lutas se manifestam quando populações frequentemente discriminadas e invisibilizadas sofrem com a violência ao “exercer a sua cidadania, ao defenderem seus direitos pela vida, que incluem a terra, a saúde, os ecossistemas, a cultura e a construção de uma sociedade mais humana, saudável e democrática” (Fiocruz, 2013; s. n.). Através do caderno de conflitos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também aponta que a Bahia se sobressai em relação a diversos estados brasileiros no número de disputas por terra e água, embora os picos sejam mostrados sem necessariamente a existência de um único fator causal.

Frise-se, no entanto, que a abrangência do tema conflitos por água e os entendimentos sobre essas situações que serão aqui abordados não se restringem ao território baiano. Para além do que vem sendo feito por pesquisadores das ciências sociais, direito, ecologia, biologia, geografia acerca deste tema, independentemente de sua proximidade geográfica, focamos nos saberes que fazem circular documentos, arquivos, registros, imagens considerados ferramentas de mediação entre os atingidos por conflitos e a sociedade.

Restringimo-nos a mapas, tabelas, fotografias e textos para análise, sem necessariamente estar preocupados em delimitar um tempo, embora tenhamos conseguido.

Foram 15 livros analisados (14 da CPT e um da Fiocruz), dezenas de páginas impressas e online. O percurso metodológico envolveu a construção de tabelas com excertos dos textos analisados, num esforço de pensar criticamente sobre as narrativas dos conflitos e não (necessariamente) acerca do fenômeno conflito.

Os objetos analisados foram o relatório Conflitos no Campo Brasil, este elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, e o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ambos foram os pontos de partida para a análise de conteúdo. A partir daí, buscou-se perceber os atravessamentos presentes nos discursos do mapa da Fiocruz e do relatório da CPT, tudo isso na perspectiva de que esses saberes estão presentes dentro de uma narrativa mais ampla em que, na verdade, se inserem as instituições.

A percepção é de que ambos os mapeamentos comunicam os conflitos e se organizam por meio de informações obtidas também nos meios de comunicação. Além disso, constituem uma narrativa baseada na ciência para legitimar processos de mobilização social, instituindo-os enquanto situações conflituosas, de modo a minar a implementação arbitrária de certas políticas públicas e projetos econômicos. Nesse cenário, entendemos que a comunicação, a narrativa da ciência e a mobilização social são práticas culturais e, por isso, indicam jogos e movimentos de poder discursivamente articulados pelos atores envolvidos.

Embora partamos do pressuposto de que nada está dado nesse cenário de múltiplos atores, vozes e mediações, foram feitas escolhas no processo de interpretação sobre a maneira como são revelados os conflitos, a partir do mapa da Fiocruz e do relatório da CPT, e que noções fazem circular discursivamente. A nomenclatura “conflitos pela água” utilizada pela CPT, por exemplo, foi uma opção nossa para resumir as situações em que comunidades se contrapõem aos projetos econômicos e políticas públicas para garantir acesso e ou qualidade da água.

Além disso, apropriamo-nos da ideia de que ambos os arquivos formam uma narrativa científica e política. Uma narrativa que, ao ser destrinchada, revela etiquetas específicas dentre as quais está presente o contexto dos conflitos (situacionalidade), a ênfase nos dados e no que eles não mostram (representatividade), o apoio aos povos atingidos por conflitos (vulnerabilidade); papel da imprensa, noções de ciência (cientificidade) e religião (religiosidade).

Para cada etiqueta encontrada há evidências, isto é, fragmentos de texto (em itálico) extraídos dos documentos analisados. Optamos por dar destaque, desta maneira, aos trechos que embasam as etiquetas para ficar claro o que é a escrita do pesquisador e a de

autoria das instituições – pois **escrevemos junto** com os materiais. Nos demais capítulos (I e II) privilegiamos o formato tradicional de citação, pois também há trechos retirados dos cadernos e mapa, mas entendemos que nessas partes não haveria ambiguidade nas referências – já que **escrevemos sobre** os materiais.

Essas evidências, durante a análise, foram sistematizadas em tabelas organizadas. Na medida em que o trabalho foi avançando, optamos por suprimir outras possíveis etiquetas, tendo em vista especular respostas para o que seria, talvez, a principal questão deste trabalho: o que a institucionalidade da Fiocruz e CPT, a partir das etiquetas identificadas em suas publicações, nos contam sobre sujeitos e conflitos por água?

A importância de cada uma dessas etiquetas ou elementos/componentes narrativos é analisada no Capítulo III, que trata de como a CPT e Fiocruz, com seus levantamentos sistemáticos, acabam descortinando as ocorrências. Isso por si só já nos coloca em posição assumidamente favorável à existência dos materiais publicados. É importante demarcar que assumimos, no entanto, uma postura crítica à construção discursiva dos materiais e não ao teor das sérias denúncias.

As discussões baseadas nas categorias de relações de poder e de regulação de sujeitos via discursos (ou narrativas) mereceriam detidas observações com autores específicos, mas pensamos com os materiais analisados, e não a partir deles. Avançar nesse sentido requereria um trabalho que não foi possível ainda.

O termo “etiqueta” está relacionado à identificação e diferenciação dos elementos que compõem a narrativa. Como um marcador que põe à vista uma citação, um argumento. No nosso caso, um “post it” em contínuas páginas. Trata-se de um termo que aqui desempenha função substantiva, embora saibamos que possa aparecer em outras áreas com possibilidades outras de uso e significação.

Imediatamente, não fica claro se uma quantidade considerável ou não das pessoas mediadas pelo mapa e pelo relatório tomam conhecimento desse formato no qual as suas vidas aparecem como sendo conflituosas. Ou mesmo, se elas percebem a sua situação com sendo de conflito. Apesar dessas questões, assim como outras percebidas a partir da análise de como são informados os conflitos pela água, e diante da sua gravidade no contexto da crise dos recursos hídricos, nosso objetivo foi considerar o caráter produtivo e propositivo dos materiais estudados, levando em consideração sua importância social e sua qualidade de orientação de políticas públicas.

Em tempo, é necessário frisar que a consistência dos materiais elaborados pela Fiocruz e CPT não tornou possível comparar os conflitos pela água com conflitos envolvendo

outras demandas naturais e de direitos. Em cada produção, a observação focou no texto de apresentação, à explicação metodológica, às fichas com detalhamento dos conflitos – incluindo reportagens usadas como fontes de informação para essas fichas; tabelas, gráficos, imagens e artigos que davam ênfase aos recursos hídricos.

Se o Mapa da Fiocruz e relatórios da CPT são documentos que descrevem “anatomicamente e morfológicamente” a situação dos conflitos envolvendo água e injustiças ambientais com impacto na saúde, podemos dizer que este trabalho é uma busca por organismos vivos, seres úmidos, molhados, irrigados por páginas muitas vezes secas, para utilizarmos metáforas da biologia. Entendemos, pois, que a água enquanto molécula abundante na natureza é um elemento igualmente abundante neste encontro com os conflitos.

Na busca de revelar narrativas, porém, não encontramos tantos personagens. As suas vozes estão ali, mas abafadas, indiretas, implícitas. Nesse ponto, é como se Fiocruz e Pastoral falassem pelo povo, e não com ele.

Os conflitos socioambientais, incluindo aqueles envolvendo a água, são objeto do trabalho da Comissão Pastoral da Terra e Fundação Oswaldo Cruz há no mínimo uma década. Destaque-se que ambas são instituições de vasta atuação no país em diversas frentes e realizam pesquisas inéditas sobre temas distintos. Além disso, inauguraram sistemas de organização e disseminação das informações sobre os embates no campo e na cidade, tanto online quanto por meio impresso.

De antemão, vale pontuar que a noção de “conflito socioambiental” (resumindo os vários tipos) não está necessariamente na vanguarda dos documentos analisados. Porém, nos serve para sintetizar os conflitos por terra, conflitos trabalhistas, conflitos por água, conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde, etc. Mesmo sendo as disputas pelos recursos hídricos o nosso foco, essas situações estão inseridas em um contexto mais amplo de contradições sociais.

Ao mesmo tempo, enfatizar os conflitos pela água, percebendo-os nos mapeamentos da Fiocruz e CPT, faz parte de uma estratégia interpretativa. O objetivo é salientar um problema imerso no cenário já problemático de outras disputas e também de crise dos recursos hídricos. E também porque as lutas pela água acabam ganhando destaque ou sendo mais notadas num contexto em que muito se fala em escassez hídrica.

A luta pela água muitas vezes – ou sempre – envolveria a luta pela terra. Mas como então perceber se não estamos falando da mesma coisa? No caso, quando a própria noção de conflito pela água não foi posta pelo relatório ou pelo mapa de conflitos, avaliamos

a situação com base nos atores atingidos, isto é, se eram povos das águas, e se os impactos ao ambiente acarretavam diretamente algum efeito no acesso aos mananciais e na sua qualidade.

O relatório *Conflitos no Campo Brasil* e o *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* são produtos distintos, desenvolvidos em momentos separados, mas que acabaram sendo encontrados e cruzados no esforço de avançar sobre a análise de elementos culturais no ato de informar os conflitos e também pela conexão possível entre pontos específicos de sua organização textual, visual, metodológica. Eles nos contam uma história.

Esta conexão entre ambos os materiais da Fiocruz e CPT talvez seja a principal contribuição desta dissertação. Esse trabalho cruza argumentos, evidências e mostra o que isso informa sobre os conflitos pela água em particular e socioambientais de modo geral. O que estamos dizendo a todo momento é que Fiocruz e CPT contam uma história sobre as lutas no campo e optam por contextualizar, trazer números, mantendo alta expectativa de imprevisibilidade e, portanto, de informatividade. E que, porém, adensam-se argumentos já conhecidos quando se compara edições novas com antigas.

E que história é essa? Como é montada e ambientada? As partes I e II da dissertação servem de contexto sobre o fenômeno. Entendemos que o tema conflito e os entendimentos acerca dos povos tradicionais precisavam ser entendidos como questões relevantes, mesmo fora da narrativa que estamos expondo e, talvez, criando.

A forma pela qual CPT e Fiocruz obtêm os dados e os disponibilizam também mostra pontos de aproximação. Embora essas correlações já sejam fundamentais para este trabalho, há outras igualmente importantes, mas que não se revelam sem um olhar atento dos lugares onde cada instituição está discursando. A ideia da existência de uma narrativa sobre conflitos é inédita. Parece-nos um modo justo de reconhecer esforços continuados de desvelar uma pauta importante, comprometida por incertezas e descréditos institucionais.

Inicialmente, percebemos que, no livro impresso em que discorre acerca do seu mapeamento, a Fiocruz fazia referências às “organizações ligadas às igrejas”, mas não especificava o trabalho da CPT. Mas uma parceria entre as duas instituições só ocorreu efetivamente na publicação lançada em 2016 pela CPT, em que há um texto dos autores do *Mapa*.

Outras iniciativas no país também se destacam no estudo e divulgação dos conflitos socioambientais, muitas delas em nível estadual. Deste ponto, a contribuição que o mapa e o relatório trazem inclui a abrangência nacional dos casos e a possibilidade de acesso por qualquer pessoa - com uso de internet – esteja ela onde estiver.

Diante do fato de que muitas vezes os meios de comunicação e a própria academia omitem-se acerca dos conflitos em geral, notadamente os conflitos pela água, é necessário persistir na importância do mapa e do relatório como fontes de informação sofisticadas e imediatamente robustas sobre as situações de conflito. Ressalte-se que os conflitos são fenômenos cuja explicação e registro não são simples de executar. Alguns casos sequer conseguem ser documentados, tamanha é a complexidade e particularidade das situações; outros nem mesmo são notados.

As motivações, influências e fontes de informação que estruturam os dois trabalhos são explicadas em suas respectivas metodologias. Enquanto a Fiocruz se vale fortemente de um discurso baseado na ciência e na política ao informar os conflitos, a CPT mescla seus argumentos, também ditos científicos e políticos, com a religião. Parece-nos ainda que há de se perceber como e até que ponto um relatório criado sob preceitos religiosos dialogaria com um mapa que tem caracteres e nuances positivistas - respaldadas na objetividade, na experimentação e na generalização da análise de dados extraídos de realidades específicas - para divulgar um tema de notável alcance social e ambiental.

Nos parágrafos seguintes, traremos um breve histórico da Comissão Pastoral da Terra e do relatório de conflitos e veremos como a atuação pastoral evoluiu para a documentação dos embates. Com 40 anos completados em 2015, o olhar sobre este organismo católico sugere que a pauta dos conflitos é, no mínimo, uma constante na agenda de várias instâncias, embora não seja satisfatoriamente posta na opinião pública.

A Fiocruz, por sua vez, é uma instituição de prestígio científico no campo da saúde, sobretudo por atuar fortemente nas ciências biomédicas. Para entender como ela opera no âmbito de levantamento de conflitos, é necessário também desconstruir entendimentos naturalizados sobre a noção de saúde. Basear-nos-emos na história da entidade e, na sequência, em como foi desenvolvido o mapa de conflitos, pois ele se organiza sob múltiplas vozes, permitindo enxergar a fundação como sendo igualmente constituída por distintos interesses e eixos de trabalho.

Finalmente, para diminuirmos, se é possível fazê-lo em uma pesquisa de caráter construcionista, ruídos e incompreensões, e como um serviço àqueles leitores mais objetivos, insistiremos nos objetivos de cada capítulo, parte a parte, a partir deste ponto. No Capítulo I, algumas definições de conflitos são expostas, incluindo aquelas tomadas pela CPT e Fiocruz na condução de seus trabalhos de pesquisa e divulgação. Há uma forte abertura para o campo da sociologia, convocado por nós para fazer umas leituras acerca do que podem os conflitos ao indicar que uma mudança em sociedade pode ocorrer.

Além disso, o Capítulo I cuida de caracterizar os povos, comunidades tradicionais e demais sujeitos que personificam as lutas por justiça ambiental envolvendo a água. O que justifica, com efeito, um esforço interdisciplinar de tratar do assunto “conflitos sociais” propriamente, em conflito com a própria noção do que seja um produto final acerca disso. O que se pretende com as destrinchadas discussões é mesmo denotar quais linhas de pensamento sobre conflitos conectamos com os materiais analisados. Não retomamos a discussão nos capítulos subsequentes porque este é mesmo um capítulo “glossário”, muito embora reflitamos sobre a sua importância nas considerações finais.

O Capítulo II apresenta as características institucionais e motivações presentes na atuação da CPT e Fiocruz. Nesta parte são apresentados Mapa e Cadernos de Conflitos a partir de suas características individuais, sem fortes conexões inicialmente, mas já dando pistas de aproximações, por exemplo, no que diz respeito à dimensão científica de ambos os arquivos e na existência das etiquetas. Tratam-se de aproximações feitas pelo pesquisador, ainda que uma relação entre ambas tenha se iniciado (sem qualquer relação com este trabalho) ao longo da escrita.

No Capítulo III, no qual está alocada a principal contribuição desta dissertação para o campo acadêmico, em especial o da Divulgação Científica e Cultural, indicamos o que é essa narrativa científica - e política - constituída pela Fiocruz e CPT para tornar públicos os conflitos. Detalhamos como a narrativa é contada e, para isso, apostamos inicialmente na noção de narrativa trazida por Ann Campbel Keller. Revelada a existência de uma história, cuidamos de olhar mais detidamente quais são os pontos ou argumentos presentes nessa história.

Chamamos de etiquetas narrativas os conjuntos de argumentos que costuram a narrativa principal, baseada na ciência e política. Talvez, etiquetas existentes de um jeito tímido ou sem relevo para o leitor destituído da atenção que nos tomou pelas mãos e corpo inteiro durante a realização da pesquisa, mas extremamente importantes de se fazerem notar, diante de um objeto (os conflitos socioambientais/pela água) controverso, recorrente e urgente.

O conflito entre o tempo do pesquisador e o do objeto da pesquisa justifica alguns vazamentos de ideias; capturas de vidas e relatos de estudo poderiam ser contidos em páginas. Rachaduras em um tema caro, tornando ainda mais conflitiva o desejo de aprofundar a questão mais ou menos trazida e o que efetivamente foi produzido ao longo de um trabalho costurado entre disciplinas, conversas e subjetividades. Espera-se que “imagens” possam ser

construídas, já que mais uma vez este trabalho, agora existente também dentro da narrativa que inventa, não personifica nada; só fala sobre humanos em potência.

Algumas linhas molhadas umedeceram estes rígidos capítulos por vir, instaurando um conflito. Quando a água chega, ela escorre, molha; tanto bate que chega a furar. Para nós, a água é a situação que irriga e que aproxima todos os fragmentos de texto colados e que formam este corpo dissertativo.

Pensemos de maneira holística a água, até porque tão duras têm sido as tentativas de contê-la, sem ao menos percebê-la como imanência de conflitos entre nós, antes mesmo daqueles endógenos ao Caderno de Conflitos no Campo Brasil e o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde.

Por que água? Por qual motivo os conflitos precisam ser dissertados?

2 ALGUMAS LINHAS SOBRE “CONFLITO”

Ao serem empilhados com outras demandas urgentes, incluindo desastres agravados com o aquecimento global, os conflitos sociais vinculados a recursos naturais tendem a ser realçados do ponto de vista de suas causas, efeitos e procedimentos de ação (PNUMA, 2011). Os conflitos, de modo geral, configuram uma preocupação que rompe bordas disciplinares, geográficas, às vezes com ares de problema e podem ser explícitos ou potenciais (velados).

Conflito é um termo transitivo. E por sua transitividade depende de complementos explicativos: contexto, personagens, antecedentes e ambientação. O conflito na sociedade é, obviamente, um conflito social. Pode existir em escalas maiores ou menores - embora sejam plausíveis independentemente da quantidade de atores envolvidos - e diante de determinados antagonismos esperados, até mesmo nos núcleos supostamente mais homogêneos.

A materialidade do conflito não se constata na definição de “contradição social” como veremos adiante, até porque ela por si só, tendo por base casos tornados públicos, não nos indica se a situação ainda persiste. Por “material”, entende-se a qualidade do conflito na qual seja possível algum testemunho, ainda que posterior à sua ocorrência. O conflito pode estar instaurado em solo ou, digamos, velado. Trata-se de estado, ação e, ao mesmo tempo, fenômeno da/na natureza.

O conflito carece de ser acreditado muitas vezes porque seu testemunho ao vivo é raro. Mas, conforme autores das ciências sociais e da geografia, a sua existência é tão inerente ao tecido social que a sua iminência/ocorrência tende a ser naturalizada. A explicação do que seja o conflito social tem como pano de fundo compreensões de violência e dos impactos ambientais nas sociedades. Antes, lutas operárias vinculavam conflitos a situações que demarcavam, por exemplo, diferenças entre classes.

As guerras pelas quais passam ou passaram países em todo o mundo são um estado avançado de um ou mais conflitos. A teoria, ao menos nas ciências sociais, oferece vasto universo de reflexões para entendermos os conflitos sociais. É um termo que pode ser banalizado, até porque sempre que houver interesses distintos operando sobre um mesmo tema, poderá haver um conflito, embora nem sempre reconhecido por atores não endógenos.

Conforme Galtung (1996), cada conflito pressupõe uma contradição, algo que está no caminho de algo mais, o que para ele é um problema. E é justamente um problema a ser resolvido que, segundo o autor, poderia servir como força motora para atores individuais ou

coletivos (Galtung, 1996, p.70). Outros teóricos discordam especialmente da ideia de “problema” vinculada a esta afirmação.

Em termos propriamente de estudo ou de apresentação de uma Teoria de Conflitos seremos contidos daqui em diante por constatações da ecóloga e socióloga Lucia da Costa Ferreira e por alguns teóricos grifados por ela. Baseando-se no debate das ciências sociais, a autora nos confirmará que os conflitos sociais e recursos naturais estariam entre os dilemas intelectuais impostos pela realidade social nos últimos anos do século XX e início do XXI, o que, portanto, justificaria a sua existência como tema significativo de estudo.

Embora as noções privilegiadas de conflitos sociais possam contemplar situações complexas em termos de desdobramentos práticos e alcancem múltiplos atores, não devemos perder de vista que os conflitos explicados com a teoria aqui sempre remetem a disputas envolvendo recursos naturais, especialmente a água. As lutas pela água são potência para explicar esforços narrativos de tornar públicos conflitos em outras esferas.

A autora Lúcia Ferreira problematizará que talvez por estarem na constituição de problemas ambientais, “conflito” e “problema” foram confundidos como sinônimos (Ferreira, 2005, p.105). Para nós, apoiados em Zhouri (2013), o conflito envolvendo recursos naturais tem como ponto de partida o processo social e a existência de relações entre sujeitos sociais indissociados do meio em que habitam. Por isso, compreende-se a importância atribuída a todo constrangimento que infrinja ou crie mazelas para as pessoas em/e ambientes constitutivos de seus modos de vida.

A ideia de conflito envolvendo recursos naturais viria, entretanto, borrar a aparente objetividade das noções de problema e de impacto. O que implica, segundo Zhouri (2013), no questionamento baseado da noção de meio ambiente como realidade objetiva e externa à sociedade e, portanto, passível de apreensão e mensuração técnica e científica.

Derivadas das afirmações acima, podemos provocar: problemas ambientais poderiam converter-se em conflitos? Ou a existência de um problema, justamente em decorrência de algum conflito implicaria nesta noção de “problema” da qual autores mencionados aproximam-se ou tentam afastar-se? Ainda que não ocorra de forma imediata, o conflito se dá quando os atores sociais afetados percebem suas perdas e entram em disputa. Mas nem todo problema ambiental decorreria de um conflito (MMA, 2015).

Embora a afirmação a seguir discorde dos pensadores que consideram o conflito como algo que não se resolve – ou não se resolve de forma fácil, a transformação de um problema para um conflito seria fundamental para que fosse solucionado. Segundo o

documento “Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação”¹, a tomada de consciência do problema mobilizaria os atores sociais interessados, fazendo com que manifestassem divergências e pontos de vista acerca da questão; a percepção dos danos ou perdas a que estão expostos os motivaria na busca por soluções (MMA, 2015).

A noção de problema fica por conta da gravidade da situação à vida dos envolvidos ou do impacto negativo ao recurso ambiental. O conflito não necessariamente é um problema, mas uma situação desfavorável do ponto de vista da continuidade da vida é, portanto, um transtorno urgente. Se vai ser superado, ou não, não podemos presumir, senão por meio de alguma mediação.

“Algumas pessoas só colocam a roupa no varal, após enxaguar e ver que a água que saiu da roupa está transparente. Mas como a água do mundo está em falta, ela certamente não poderá manter esse hábito a vida toda” – Ana Celeste.

2.1. Entendimentos “multifurcados”

Na área ambiental, conforme expressa Lúcia Ferreira, as questões teóricas formais e fenomênicas mais gerais produziram uma clivagem à pesquisa sobre conflitos sociais e coletivos, organizando os pesquisadores em dois grandes grupos. O primeiro agrega cientistas sociais que investem no poder explicativo da teoria geral dos conflitos, compreendendo-os como categoria explicativa da mudança. Já o segundo agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas conflitivas em seus trabalhos de campo (Ferreira, 2004, p. 108, *apud* Ferreira, 2005).

Esta dissertação está no entremeio dos dois grupos, considerando movimentos de saberes que conferem sentido aos conflitos quando estes são divulgados à ampla sociedade. Estaríamos também no primeiro grupo por selecionarmos teorias que mais ou menos ajudem a

¹ O material faz parte do conteúdo bibliográfico do curso “Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação”, oferecido em plataforma online pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2017.

entender porque escolhemos chamar as situações de conflito, e não de outra coisa. E ainda no segundo, por entender que o conflito se instala na relação do pesquisador com seu objeto, principalmente se escolhe manter ou descartar certas categorias que restringiriam indivíduos a um estado/lugar/modo/condição em que outra realidade, senão aquela envolvendo conflitos pelo uso da água, por exemplo, é possível.

Numa visão ampla, os conflitos sociais associados aos recursos naturais seriam ações protagonizadas por grupos que residem ou trabalham em áreas afetadas por restrições ou arbitrariedades de diferentes tipos como, por exemplo, aquelas ligadas ao uso ou apropriação de recursos naturais; à escassez, por quantidade ou qualidade desses recursos; desastres naturais ou provocados pela ação humana; exclusão do território ou do uso de algum recurso – neste caso, os recursos hídricos (Ferreira, 2012).

Nesse sentido, não seria incorreto afirmar que as abreviações destacadas de Lúcia Ferreira, ao menos na definição imediatamente anterior, estariam constrangidas pelo fato de que o conflito não acontece somente quando se está em disputa um recurso escasso, pois também existe a situação na qual o bem é de alto valor e possui abundância local, o que pode incitar o início de um conflito (PNUMA, 2011, p.251). Isso decorreria, ainda conforme o PNUMA², da má distribuição dos recursos naturais, da carência de políticas públicas e da fragilidade dos governos de propor normas para orientar seu uso.

Quando falamos em conflitos sociais e recursos naturais, ressalte-se, concordamos com autores mais contemporâneos de que os conflitos sociais não estão reduzidos a conflitos de classes definidos pela propriedade ou pela não propriedade dos meios de produção, conforme pensou K. Marx. Esse modelo analítico, no entanto, escapa também do pensamento funcionalista clássico, que versa sobre os conflitos enquanto uma disfunção dos sistemas de regulação sociais (Ferreira, 2012, p.2).

A autora Lúcia Ferreira chama atenção para a articulação recorrente entre teoria e empiria e menciona a leitura de autores da sociologia e antropologia clássicos e de autores da sociologia e antropologia contemporâneos (Ferreira, 2012) como constitutivos das pesquisas sobre conflitos sociais. O papel das ciências sociais ao desenvolverem a temática também é pontuado pela ecóloga e socióloga, do ponto de vista de sua contribuição às pesquisas interdisciplinares, como esta dissertação.

Ambas as pesquisas foram beneficiadas quando os estudos sociais apontam para um potencial criativo dos conflitos sociais, a partir do qual mudanças nos grandes dilemas da

² Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA).

ação coletiva da atualidade poderiam ocorrer. Três sociólogos alemães, Lewis Coser, Ralf Dahrendorf e Axel Honneth, realçados por Lúcia Ferreira, são considerados não apenas essenciais a tal visão como também teriam feito ressurgir o tema na agenda acadêmica dos Estados Unidos, onde o debate já é robusto há várias décadas. Antes deles, porém, autores clássicos, a exemplo de Marx, Weber, Simmel e Durkheim, estudaram o assunto.

Neste ponto, Zhouri relatará mais detalhadamente, apoiada em Bobbio, o agrupamento entre autores já citados e outros, no que se refere à compreensão mais profunda dos conflitos.

Em um esforço de síntese e de classificação, o autor identifica um *continuum* entre autores/escolas que compreendem o equilíbrio ou a harmonia como o estado *normal* de uma dada sociedade e aqueles que, de outro lado, entendem o conflito como componente constitutivo das interações sociais. (ZHOURI, 2013, p.76)

Assim, Comte, Spencer, Durkheim seriam aqueles favoráveis à ideia de conflito como anomalia a ser corrigida/e ou eliminada, enquanto Karl Marx, John Stuart Mill e Simmel considerariam o conflito como forma de interação constitutiva das sociedades, nunca em estado de equilíbrio harmônico (Zhouri, 2013). Para outros autores ao longo do *continuum*, a exemplo de Hegel, Kant, Max Weber, os conflitos provocariam, ao menos, um mal-estar ao sistema social, apresentando, portanto, uma característica disfuncional (Bobbio, 1998, p. 227-228 *apud* Zhouri).

Com efeito, a noção de ausência de consenso nos introduziria à ideia do que é o conflito social. Conforme trazido por Ferreira, o assunto emerge justamente contra a ênfase no consenso, da qual o autor Talcott Parsons seria um dos representantes. No que diz respeito àqueles que ajudaram a reintroduzir o tema conflitos numa agenda teórica está o já mencionado Lewis Coser, que considerou a função do conflito de evitar a rigidez do sistema social, contribuindo para a mudança social, exercendo pressão para a inovação e criatividade.

Sem o conflito, isto é, com a manutenção das acomodações do dia a dia, haveria um empobrecimento da criatividade. Para Coser (1957), o conflito social é conflito de valores e interesses; tensão entre o que é e o que alguns grupos consideram que dever ser. Detalhadamente, o referido autor, baseado no livro de George Sorel, em inglês, *Reflections on Violence*, irá explicar:

Só um engate no trabalho do hábito ocasiona emoção e provoca pensamento. O conflito dentro e entre as estruturas burocráticas proporciona meios para evitar a ossificação e o ritualismo que ameaçam a sua forma de organização.

Conflito, embora aparentemente disfuncional para sistemas altamente racionalizados, pode realmente ter importantes consequências funcionais latentes. (COSER, 1957, p.200)

Uma analogia utilizada por Coser não poderia ser mais apropriada na perspectiva dos conflitos oriundos de demandas ambientais. Para ele, o conflito é como um terremoto; violento ou não, tem a função de manter ou reestabelecer o equilíbrio da Terra. No entanto, ele continua, as mudanças podem ser mudanças de formações geológicas, ou podem ser mudanças nas relações estruturais entre terra e água, por exemplo (Coser, 1957, p. 200).

O conflito decorreria ainda do esforço de indivíduos e grupos frustrados com o objetivo de aumentar a sua participação. Isso, porém, não seria fácil de ser obtido, uma vez que encontrariam a resistência de quem já mantém seus interesses estabelecidos, alertou Coser. Qualquer mudança, incluindo uma mudança cultural, causa conflito. Mas além de resultado, prosseguiu, é possível que o próprio conflito represente mudança.

Em outro aspecto, a contribuição de Ralf Dahrendorf para a discussão é fundamental. O conflito social, para Dahrendorf, representa a garantia a todos os modelos amorfos de sociedade; “representa, à moda de K. Popper, a não possibilidade de haver respostas possíveis para tudo; representa, sobretudo, que a instabilidade é marca distintiva da realidade social e do próprio homem como ser histórico” (Junior, 2010, p. 206).

Os conflitos são indispensáveis como um fator do processo universal da mudança social. “Dahrendorf sustenta (...) em seu modelo normativo, que o conflito de grupos leva às mudanças estruturais, e daí o caráter dinâmico de sua teoria” (Junior, 2010, p. 213). O conflito, para Dahrendorf, levaria, enfim, ao aperfeiçoamento dos indivíduos e de suas condições e oportunidades de vida.

Já no terceiro eixo de teóricos que deram ao conflito novo significado na vida social, temos Axel Honneth. Os conflitos sociais nos quais o autor se concentra são aqueles que surgem das experiências de desrespeito, os quais atingem a integridade moral dos sujeitos que as vivenciam. Essas experiências, de acordo com o referido autor, podem dar origem a lutas por reconhecimento, isto é, lutas que visam restaurar a integridade moral dos indivíduos (Trovo, 2009, p. 11).

Em linhas gerais, a tese de Honneth é a de que os conflitos sociais se encontram no cerne da evolução moral da sociedade. Para ele, os sujeitos se engajam em movimentos sociais com o intuito de serem ressegurados do atendimento das expectativas morais que desenvolveram ao longo da vida. Quando estas expectativas são frustradas pela sociedade, o sujeito vivencia

uma experiência de desrespeito, a qual o fere em sua integridade, atingindo-o em sua própria identidade. Segundo Honneth, estas experiências podem, a depender da existência de um entorno político e cultural adequado, ser capazes de interpretar o desrespeito a um indivíduo como ameaça a coletividade e dar ensejo a movimentos sociais de resistência política. Estabelecido o conflito, este pode desembocar na reafirmação e ampliação da gama de expectativas que o sujeito pode esperar ver atendidas pela sociedade. Com isso, temos que os conflitos sociais constituem, de acordo com o autor, a força moral que impulsiona a mudança social. (Ibidem, p.11)

As experiências de desrespeito podem dar origem aos conflitos sociais, que significam, nessa perspectiva, o desapontamento das expectativas morais dos sujeitos. As expectativas, de acordo com Honneth, estão apoiadas em padrões de reconhecimento intersubjetivo. Entenderemos porque esse elemento é tão importante quando se fala em perfil dos sujeitos envolvidos nos conflitos.

[...] nas relações intersubjetivas que os sujeitos constroem suas identidades, aprendendo a conceber a si mesmos como pessoas autônomas, possuidoras de direitos e individualizadas. Sendo assim, a identidade do indivíduo estabelece-se com base no reconhecimento do outro de sua autonomia e das características que lhe são peculiares. (TROVO, 2009, p. 12)

Mesmo no interior de um grupo que possui certa homogeneidade de interesses pode haver situações potencialmente conflituosas. Isto é, a subjetividades dos atores precisa ser considerada, seja em processos de mediação, tendo em vista a ocorrência de conflitos secundários, ou não.

As abordagens sobre os conflitos na literatura indicam também que o conflito faz parte da sociedade, mas não se considera o sistema de poder, conforme nos orienta Lúcia Ferreira. Os conflitos seriam, afinal, consequências de percepções de mundo diferentes e de necessidades humanas básicas, forma de luta não *necessariamente* [grifo nosso] violenta para conquistar direitos e justiça social, produtor da própria sociedade. Não obstante, a abordagem teórica influencia as propostas práticas de enfrentamento dos conflitos reais.

A partir de Vayrynen (1991), Ferreira (2005), articula duas categorias ou filiações teóricas nas quais os conflitos se inserem. Ela alerta que, de um modo geral, para cada uma há uma estratégia de ação (Fietal, 2014). O conflito, uma vez que seria inerente a qualquer sistema social, funcionaria como propulsor das mudanças, sendo o consenso apenas uma contingência, sem possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito.

De outro modo, conflito poderia ser também distúrbio na ordem de sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los; uma contingência negativa em um sistema equilibrado. Quanto aos modos de interpretar os conflitos e as conseqüentes maneiras de manejá-los são indicados, conforme expressa Ferreira (2012), três abordagens: 1) Gestão de Conflitos, 2) Resolução de Conflitos e 3) Transformação de Conflitos.

A resolução de conflitos, de acordo com o entendimento de Lucia Ferreira, emerge das necessidades humanas insatisfeitas. Portanto, desenvolver ações para a satisfação dos envolvidos significa resolver o conflito, considerado, nesta perspectiva, distúrbio na ordem social. Com base na Teoria de Necessidades Humanas, a resolução se concentra na criação de processos para erradicar os conflitos, problemas a serem resolvidos através de soluções aceitáveis para todas as partes, práticas mais processuais em detrimento de coercitivas, necessidades comuns, comunicação, diálogo, ações para satisfazer os pleitos das partes envolvidas.

Teríamos, em relação à transformação dos conflitos, não apenas as condições que criam uma situação conflituosa e as mudanças para sua resolução, mas também a criação de condições para o desenvolvimento de relações cooperativas, afirma Ferreira. Em referência a Galtung (1996), a outros autores e a ativistas, a pesquisadora pensa os conflitos a partir das seguintes considerações:

- 1) Luta não violenta em prol de justiça social;
- 2) Ação não violenta que traz à tona as tensões e contradições;
- 3) Conflito latente que se manifesta na forma de mobilização política: os grupos marginalizados social ou politicamente se organizam para lutar por suas reivindicações e buscar saídas às relações assimétricas;
- 4) O conflito é produto das estruturas sociais e políticas que fomentam a desigualdade;
- 5) Lidar com o conflito implica procurar formas de fortalecimento social e político dos grupos marginalizados, como forma de estimular o processo de transformação;
- 6) Os conflitos são positivos na medida em que são produtores de mudança social (visão dinâmica e de longo prazo);
- 7) A necessidade de criar relações e desenvolver o diálogo e a cooperação entre atores muito desiguais;
- 8) Em lugar de dar centralidade à intervenção de terceiros, o papel central é dos atores locais organizados;

9) Estratégia: criar as condições para que as desigualdades estruturais sejam enfrentadas com o objetivo de deslançar um processo de reconstrução social de longo prazo.

O conflito não pressupõe atos de violência, mas episódios de violência podem indicar conflitos. Não é sempre, porém, mas especialmente dentro do contexto que a nossa análise se estabelece, que o conflito se manifesta na forma de mobilização política de grupos marginalizados; ocorre de fato com marcas de desigualdade bastante elevadas. E no que tange à intervenção/mediação dessas situações, destacam-se duas instituições que as tornam públicas tendo em vista alcançar esferas em os transtornos que ocasionam os conflitos venham a ser reconhecidos e mitigados.

2.2 Mudança social; mas favorável?

Baseados na noção de mudança social, uma afirmação de Galtung (1996) é bastante denotativa do que os conflitos poderiam proporcionar às sociedades. Para ele, o conflito gera energia; o problema é como canalizar essa energia de forma construtiva, (p.70). Nessa perspectiva, não existiria, inclusive, alternativa viável para a transformação criativa de conflitos.

Dentre as questões de pesquisa expostas por Lúcia Ferreira no contexto dos estudos sobre conflitos sociais e recursos naturais, está a busca por compreender se as configurações da sociedade atual produzem novos arranjos organizacionais que fogem das agregações sociais convencionais e, derivada desta questão, como as teorias dos conflitos poderiam interpretar clivagens inesperadas ou a intensificação dos conflitos já existentes em arenas ambientais de decisão.

A autora comenta:

Sem romantismos ingênuos os conflitos ressurgem a partir dessa opção intelectual, como manifestações de clivagens abertas entre dois ou mais atores individuais ou coletivos, que apresentem interesses histórica ou momentaneamente incompatíveis, quanto à apropriação ou controle de bens considerados raros, escassos, sejam materiais ou simbólicos. Nessa mesma direção os conflitos acontecem entre grupos, outras vezes intra-grupos, em uma dinâmica intensa de produção e reprodução de novas e velhas clivagens. (FERREIRA, 2012, p.2)

Outra indagação posta por ela é se os conflitos, novos ou redesenhados, produzirão ou têm potencial para produzir mudanças favoráveis à proteção dos recursos naturais e ao controle dos impactos sociais e ambientais provocados pela ação humana. As

perguntas são necessárias para demarcar a importância de uma continuidade dos estudos sobre conflitos.

Do ponto de vista metodológico, Ferreira observa que as pesquisas sobre conflitos sociais têm levado em conta ainda a importância dos atores sem desconsiderar que ação social é influenciada por disposições adquiridas pela imersão contínua em jogos sociais de dominação e desigualdades estruturais (Ferreira, 2015). Além disso, com base em pesquisadores da Universidade de Wageningen, se os próprios atores são considerados capazes de tomar as próprias decisões e a participar das interações ocorridas em situações de ação.

Sem recair sobre o aspecto essencialmente positivo e negativo, mas considerando tipos de impactos provocados pelos conflitos socioambientais, teríamos: a) Impactos diretos: Causados pela destruição e poluição dos ecossistemas e da vida silvestre pelo próprio conflito; b) Impactos indiretos: Resultados de ações geradas pela população durante o conflito, devido à perda dos serviços básicos; c) Impactos institucionais: Causados pela deterioração das instituições e dos mecanismos estatais, assim como a falta de coordenação política (Pnuma, 2011, p. 253).

A existência do nosso trabalho dentro da discussão sobre conflitos centra-se, talvez, mais na investigação de como esses exemplos práticos de antagonismos são divulgados no Brasil por duas instituições com robusta atuação nesse sentido, a Fiocruz e a CPT, do que numa mediação das situações práticas que implique na resolução das mesmas. E, a partir disso, no que aparece a partir do contato com comunidades onde há conflitos por água no território baiano.

Trata-se de uma análise a partir de uma mediação – do Mapa e do Caderno - que busca tornar os conflitos conhecidos para que sejam modificados. E queremos perceber como Fiocruz e CPT, em suas publicações, constroem entendimentos sobre o tema a partir de uma narrativa. Daí, então, construiremos a nossa própria.

Posto isso, é necessário fazer conhecer conceitos utilizados pela CPT e pela Fiocruz, a partir de seus inventários sobre os conflitos - e dos quais tratamos no Capítulo II. Com base também nos entendimentos já apontados, veremos continuidades e descontinuidades entre as publicações e também diante do que já, mais ou menos, entendemos por conflitos do ponto de vista teórico.

2.3 Os conflitos no campo

Extraímos das edições de 2003 a 2016 (Conflitos no Campo Brasil 2002-2015) alguns fragmentos com definições sobre conflitos. A partir do que veio sendo exposto até aqui, pensaremos o que a CPT compreende como conflito social e quais as distinções que faz entre as situações que envolvem diferentes demandas socioambientais.

Temos utilizado as nomenclaturas “conflito social”, “conflito e recurso natural”, “conflito socioambiental” e “conflito pela água”, reificando este último, em especial, sem atribuir-lhe sentido próprio para a pesquisa. Dentre os materiais estudados, apenas a Pastoral da Terra caracteriza “conflitos pela água”.

Por sua definição abrangente, escolhemos chamar conflitos envolvendo recursos hídricos, sejam eles entendidos como sendo da/pela água, deste modo. Tomando como base a versão de Conflitos no Campo Brasil 2015³, realçamos também outros conceitos utilizados pelo Centro de Documentação da CPT no livro e que importam para o nosso estudo.

O objeto de pesquisa do Centro de Documentação, conforme expressado pela Pastoral, são “os conflitos e a violência sofrida pelos homens e mulheres do campo” (CPT, 2016). Frise-se que já há aqui uma distinção ou uma existência em separado entre “conflitos” e “violência”, mas como se ambos estivessem condicionados um ao outro; fossem estágios de um problema mais amplo. Isto é, a violência existe, mas não a rigor dos conflitos.

Para nós ela seria um estágio inflamado dos conflitos, embora autores já citados tenham articulado a noção de conflito baseada em alguma concepção de violência. A violência para a Pastoral se denota nas tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões - nas quais estão expostos os envolvidos em conflitos no campo brasileiro. Por definição, violência seria o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. A violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo (CPT, 2016).

O livro não divulga casos de violência, nem mesmo assassinatos, que não aconteçam no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra; pelo acesso ou uso da água ou na defesa de direitos por trabalho realizado. Assim, é mais que urgente considerar a diferença conceitual entre “conflito”, “violência” e,

³ O ano que sucede as menções/referências a “caderno Conflitos no Campo”, “CPT”, etc. mostra, de fato, o ano em que o texto foi publicado, e não o ano em que se baseia a publicação. Uma vez que a Pastoral divulga dados anuais sempre referentes ao ano anterior, isso pode gerar confusão para o leitor que se baseia nos períodos destacados nesta dissertação, até para checar e expandir as informações aqui trazidas. Então, “Conflitos no Campo Brasil 2015” é uma publicação de 2016; se for citada, aparecerá, não o ano-título, mas o ano que data o livro, neste caso, 2016.

como veremos, “conflito por/pela água”. A violência, finalmente, “usa uma pedagogia do terror, uma antiestética da morte e do horror para espalhar o medo e incutir nas pessoas a ideia de que não vale a pena lutar” (CPT, 2008, p 17).

Os conflitos podem desencadear formas de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras, conforme Raffentin (1993) *apud* CPT, 2015. Isso ocorreria quando esses sujeitos desejam retomar o controle do seu poder original, tentando refazer a unidade perdida e acabam, daí, entrando num conflito de caráter político. Por isso se costuma dizer que tal situação carece também de resposta política. Esse “poder original” se refere ao controle sobre o próprio modo de vida e território.

Conforme propõe a CPT, por definição, conflitos são “as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas” (CPT, 2016). São conflitos no âmbito rural, por isso são chamados de conflitos no campo, embora não assumam faces tão distintas assim daqueles ocorridos em meio urbano.

Analisando essa concepção, percebemos que a noção de “enfrentamento” inerente ao conflito indica posição ativa dos sujeitos na situação conflituosa. Ao mesmo tempo, diferencia disputas com base em distintos recursos naturais e por questões também de direito daqueles que se insubordinam. Há, ainda, uma demarcação de classe, conectando a definição em realce a entendimentos mais antigos do que represente o conflito social, conforme K. Marx.

Para a CPT, situações de disputa acontecem em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo e conflitos sindicais. A tipificação dos conflitos por CPT assume mais um caráter metodológico no sentido de reconhecer especificidades de cada caso, baseado no seu fator motivador mais imediato, mais relevante ou predominante, do que numa organização semântica que inviabilize, por exemplo, pensar que um conflito por água pode ser também/simultaneamente um conflito por terra.

Os conflitos por terra são entendidos como ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros,

faxinalenses, etc. As ocupações e os acampamentos ⁴ são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Conflitos pela água, por sua vez, são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados (CPT, 2016).

A definição anterior é uma atualização, ainda que tímida, do conceito utilizado nas edições anteriores de Conflitos no Campo; o texto em destaque consta na publicação até o ano de 2013. “Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.”.

De maneira detalhada, os conflitos pela água registram-se a partir de situações concretas em que há:

- 1) Diminuição ou impedimento de acesso à água (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades);
- 2) Desconstrução do histórico-cultural dos atingidos;
- 3) Ameaça de expropriação;
- 4) Falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento;
- 5) Não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc.;
- 6) Destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

⁴ Por Ocupações e ou retomadas, entende-se: Ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito. Já os Acampamentos: são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar (cpt, 2016).

Entender a definição de conflito por água e por que ocorrem tais embates nos ajudará adiante, já que é a terminologia adotada por nós quando falarmos de disputas envolvendo os recursos hídricos. Cabe aqui detalharmos que não há uma sobreposição de relevância dessas situações em relação às demais documentadas pela Pastoral e também Fiocruz. No entanto, trata-se de uma escolha analítica numa época em que muito se fala sobre a brevidade da água nos locais onde ela costumava estar armazenada com qualidade suficiente para consumo.

A distinção que a CPT faz entre um tipo de conflito e outro se dá não somente a partir dos recursos naturais ou pelas circunstâncias e contexto das situações, como também pelos povos e comunidades tradicionais geralmente envolvidos. Ribeirinhos, pescadores, atingidos por barragem geralmente são protagonistas de conflitos por água, em contraponto a alguma ação do poder público ou privado.

O conflito por terra, em nossa leitura, pode ser também um conflito por água na medida em que o valor simbólico e material atribuídos ao solo dependam de nascentes, mananciais e corpos hídricos de modo geral. Além disso, o próprio entendimento do que seja uma bacia hidrográfica - na qual é pensando o uso para a água - é organizada/gerida/pensada com base em uma área de terra.

Para além dos conceitos de conflito por terra e por água, a CPT também destaca conflitos em tempos de seca. Essas ações coletivas são aquelas ocorridas em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido. Para nós, conflitos em tempos de seca também envolvem demandas por recursos hídricos, ainda que não exclusivamente. Isso porque políticas de convivência com o semiárido também remetem a práticas que assegurem acesso à água potável às populações durante as longas e frequentes estiagens.

Os conflitos trabalhistas, por sua vez, envolvem os casos em que a relação trabalho *versus* capital indica a existência de trabalho escravo, superexploração⁵. Estes são eixos de trabalho muito importantes da Pastoral. Já os conflitos em áreas de garimpo são

⁵ Na compreensão do que é Trabalho Escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. As situações de Superexploração acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas, excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado. Os conflitos sindicais, por último, são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados (CPT, 2016).

Todos os tipos de conflitos referenciados pela pastoral estão marcados por uma dimensão agrária, então comumente o conjunto de situações é caracterizado com sendo conflitos agrários/no campo. Os conflitos que eclodem no meio urbano, apesar de assumirem muitas características que os aproximariam daqueles ocorridos no meio rural, não são contemplados conceitualmente pelo caderno Conflitos no Campo Brasil.

Quando a CPT identifica um conflito no espaço rural, entende-se que há ali um conflito ambiental. O ambiente representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações. Entretanto, tais transformações devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presentes. (CPT, 2016).

Pela sua dimensão ambiental, os conflitos envolvem as terras tradicionalmente ocupadas, com base no texto constitucional e da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E são manifestações, nas suas variadas formas, que fazem perceber os conflitos no território brasileiro; são um termômetro do descaso da Justiça e das autoridades maiores com trabalhadoras e trabalhadores do campo, mas mostram também a vitalidade dos camponeses e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo (CPT, 2007).

Destaque para a expressão “termômetro do descaso”; esta coloca o conflito quase como uma situação pela qual se pode medir injustiças. Isto é, não se revelaria somente a temperatura das situações, mas a sua variação na epiderme social. Muitos casos estão presentes no Caderno de Conflitos por anos consecutivos justamente pela CPT registrar seus desdobramentos.

Os pesquisadores Carlos Walter Porto-Gonçalves e Danilo Cuin (2014) denotam conflito como algo inerente às relações sociais e de poder, como também já apontado por Lúcia Ferreira, e indicam que a partir de um tema e objeto em comum, diferentes grupos, dotados de sujeitos com suas próprias questões subjetivas, há também distintas visões e práticas. Apesar disso, não podemos confundir “objeto comum” como sendo algo, por exemplo, que povos e comunidades tradicionais podem abrir mão, já que disso dependem para sobreviverem.

O conflito é, nessa perspectiva, a contradição em estado prático.

Tomá-lo como conceito central para análise dos processos sócio-geográficos é fundamental, ainda mais quando se tratam de conflitos pela terra/água, necessários para a produção/reprodução da vida. A luta pela terra/água mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra/água. (PORTO-GONÇALVES & CUIN, 2014, p. 18)

Seria tão somente uma questão de controle por ambas as partes ou de autonomia para poder escolher como esses recursos naturais seriam utilizados, no caso das comunidades cujas tradições sustentam os seus usos? As relações de poder importam bastante para pensarmos o quanto as mudanças tendem a enfrentar resistência quando são benéficas para outros grupos, senão aqueles que tentam ocultar/negar os conflitos para manter cristalizadas as suas conformações.

Conformações estas convenientes também para jogos de domínio perante povos tradicionais e originários e trabalhadores de pequeno porte do campo.

Como quem amplia as reflexões, diz-se que o conflito social é parte das relações sociais e de poder. Quer dizer, não é exterior à sociedade, ou algo que ela busca para expressar alguma contradição. É a contradição em estado prático, é a própria sociedade viva assumindo formas, de acordo com os lugares e o tempo histórico. O conflito enquanto relações sociais e de poder não é um anomalia, como muitos querem mostrar, e sim parte constitutiva da sociedade. Por isso o conceito de conflito adquire sua importância teórico-política. (COSTA *et al.*, 2016, 155)

A percepção da importância teórico-política dos conflitos não deve fazer com percamos de vista a dimensão cultural que atravessa todas essas ações. Até porque as questões sobre jogos de poder e domínio articuladas são, antes, questões culturais.

Os termos trazidos pela CPT levam em conta a importância dos atores; não os debela conceitualmente – isso também implica em atravessamentos culturais. Põem os conflitos no campo como sendo fundamentalmente conflitos ambientais, isto é, envolvendo recursos naturais. As distinções existentes consideram sempre trabalhadoras e trabalhadores o que se poderia questionar, ainda, uma vez que a legitimidade das lutas estaria baseada no senso comum universal de que o trabalho é quem torna digno os sujeitos sociais.

É cultural também a tentativa de apagamento de identidades quando as ações são mais proeminentes por atos nefastos de violência, assim como não é essencialmente político a resposta que nega a existência do conflito perante a ampla sociedade e poder público, dos quais populações em áreas inflamadas são isolados como se não traduzissem um fenômeno

que se espalha em macro e micro relações. Muitos são vistos como pobres, miseráveis e isso também é fruto de uma visão limitada sobre essas pessoas.

2.4 As lutas por justiça ambiental e saúde

No caso da Fiocruz, estudamos a edição de seu livro “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos” para realçar como estão articulados os conceitos de conflitos sob os quais se organizam os casos do Mapa de Conflitos, disponível na internet. O conflito, para a Fiocruz, está relacionado ao conceito de justiça. Injustiça e discriminação estariam, então, entre as causas primeiras dessas disputas.

Com base em Funtowicz & Ravetz (1994) conflitos, além de valores e incertezas, caracterizam os problemas socioambientais mais graves e urgentes da nossa época. Perguntaríamos-nos, a partir disso, se resultados são previstos quando conflitos são deflagrados? A incerteza costuma ser marca dessas situações, até porque as mobilizações ocorrem por trocas de calor, sem um termômetro que meça a sua variação.

Para a justiça ambiental, nos indica a Fiocruz, reconhecer somente dificuldades e injustiças enfrentadas pelas populações atingidas pelos conflitos não é o bastante. Faz-se necessário transformá-las em questões concretas, motivos de ação e transformação conscientes e organizados por parte, tanto das populações afetadas, quanto da sociedade em geral. Somente deste modo haveria política para enfrentar os problemas, isto é, à medida que problemas sejam explicitados e reconhecidos como embates ou conflitos que refletem os diferentes interesses, visões de mundo e projetos de desenvolvimento em disputa (Fiocruz, 2013, p.16).

Transformar injustiças em questões concretas implica em ter o consenso de seus envolvidos? Quantos dos sujeitos relatados pela Fiocruz – e CPT – veem a sua situação enquanto “conflito por alguma mudança”? Quantos não naturalizariam as próprias realidades, considerando o problema como uma fase ou mesmo como algo pelo qual deveriam passar em troca de alguma vantagem que o desenvolvimento trouxe diante de tanto tempo que muitos passaram esquecidos?

Os conflitos ambientais têm sido investigados por pesquisadores não somente no campo das ciências sociais, como também no campo das ciências ambientais, incluindo a geografia política e a ecologia política (Acselrad, 2004; Acserald, Herculano & Pádua, 2004, 2004; Little, 2004; Martinez-Alier, 2007; Herculano & Pacheco, 2006; Porto, 2007 *apud* Fiocruz, 2013). Para esses autores, as:

[...] injustiças se transformam em conflitos à medida que resistências e mobilizações vão se instaurando, e, por isso, muitas situações de injustiças permanecem invisíveis para a sociedade diante do déficit democrático e das assimetrias de poder. (FIOCRUZ, 2013, p. 17)

Essas assimetrias se revelam na própria cobertura feita pelos meios de comunicação e sobre a qual a Fiocruz e a Pastoral vão expor categoricamente ao longo de suas narrativas. São vários os elementos que a constituem, como veremos adiante.

Os conflitos para a Fiocruz podem ser entendidos, então, como lutas por justiça ambiental, embora o caráter de “luta” esteja subentendido ou velado. A noção de injustiça ambiental, concreta, vincula-se à predação humano-ambiental de um tipo muito particular de desenvolvimento, estruturado por danos causados ao meu ambiente e dependente desses mesmos recursos para organizar-se.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) lista alguns princípios que nos introduzem ao debate acerca da justiça ambiental:

- 1) Os recursos ambientais como bens coletivos, para o presente e para o futuro, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e de controle social;
- 2) Os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime contra a discriminação socioterritorial e a desigualdade ambiental;
- 3) Garantias à saúde coletiva, através do acesso equânime aos recursos ambientais, de sua preservação, e do combate à poluição, à degradação ambiental, à contaminação e à intoxicação química — que atingem especialmente as populações que vivem e trabalham nas áreas de influência dos empreendimentos industriais e agrícolas;
- 4) Os direitos dos atingidos pelas mudanças climáticas, exigindo que as políticas de mitigação e adaptação priorizem a assistência aos grupos diretamente afetados;
- 5) A valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos indígenas, comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares dão à conservação dos ecossistemas;
- 6) O direito a ambientes culturalmente específicos às comunidades tradicionais;

7) A alteração radical do atual padrão de produção e de consumo.

Foi a RBJA uma das responsáveis por engendrar a discussão sobre os conflitos ambientais em solo brasileiro, embora não a única e nem a primeira organização. Dentre as entidades e iniciativas e grupos em universidades estão, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ); pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Inppur) e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da UFF, além de grupos acadêmicos ligados às ciências sociais e à saúde coletiva, como a própria Fiocruz (Herculano, Porto & Freitas, 2000; Ibase/CUT-RJ/Inppur/UFRJ, 2000 *apud* Fiocruz 2013).

Para nós importa perceber, baseado também nas compreensões de conflito já apontadas, a nomenclatura utilizada pela Fiocruz em seu material de divulgação sobre conflitos Brasil afora. A instituição escolhe chamá-los de “conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde”. Antes de discutirmos a noção de saúde existente, usemos ainda algumas linhas sobre os conceitos de conflito expostos pela Fundação, a partir desse modo de chamar.

Os conflitos ambientais que figuram o Mapa da Fiocruz estão em consonância com as premissas da RBJA. Pelo fato de marcarem lutas por garantias de direitos e na recusa de situações degradantes, os conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde revelam-se ainda como lutas contra injustiças no meio ambiente. Esses conflitos são marcados por ameaças e violências contra os povos e comunidades, principalmente aqueles que residem na zona rural, nas florestas e em parte da zona costeira brasileira.

A violência, a saber, se instaura por meio de exações policiais, ações de jagunços, capangas e milícias, atuantes, às vezes, conjuntamente contra interesses e à própria vida das populações, segundo a Fiocruz. Crimes como assassinatos, ameaças e agressões, destruição do patrimônio ações do poder público e prisões ilegais, bem como despejos não são raros.

Todas as formas de violência são mais frequentes em relação a comunidades tradicionais (Leroy & Meireles, 2013, p. 126). Além dessas formas de violência direta, há também a violência simbólica infringida aos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, quando a eles são atribuídos o caráter de impostores; quando são expostos de forma negativa nos meios de comunicação, e no que se refere à saúde, ao estresse sofrido diante das situações.

A própria existência do conflito que é marca social - e é mais previsível em determinadas localidades em que recursos naturais ainda estão conservados - chega a ser contestada não apenas pela imprensa, como também pelo poder público. Quando não são

duvidados, os seus atores chegam a ter o lugar de fala/ação dissolvidos entre interesses que se confundiriam com os de seus antagonistas.

Enquanto categoria central nos casos de injustiça ambiental, o termo conflito não pressupõe vítimas passivas (Fiocruz, 2013). Com base em definição de Acselrad, os conflitos ambientais se originam quando grupos sociais que se diferenciam no modo de viver, sobretudo na apropriação e significação do território, são impactados a partir da ação danosa de outros grupos na água, solo e nos sistemas naturais dos quais interdependem os primeiros (Acselrad, 2004 *apud* Fiocruz).

Concepções antagônicas entre formas de uso do espaço e, obviamente, distintas compreensões do que seria o desenvolvimento dão tônica aos conflitos. No entanto, a sua existência aponta para outras possibilidades de se fazer desenvolvimentos razoáveis para o bem comum.

O conflito se revela, baseado em premissas cidadãs, como contraponto a noções prevalentes:

[...] anunciando a si mesmos; explicitando as injustiças e desigualdades; denunciando as diferentes violações de que são vítimas e/ou testemunham; reivindicando direitos; valorizando, criando e recriando contrapropostas; construindo diferentes mecanismos de visibilidade pública e debate com a sociedade. (FIOCRUZ, 2013, p. 260)

O pesquisador Marcelo Firpo, um dos responsáveis pelo Mapa da Fiocruz, considera os conflitos importantes tendo em vista a emergência de movimentos sociais no enfrentamento do modelo hegemônico de desenvolvimento. O conceito articula também saúde, equidade, democracia e direitos humanos frente à permanência ou agravamento das desigualdades socioespaciais. Para Firpo, há um potencial dinâmico, revelador e transformador da organização social, mas que também impulsiona ações de promoção da saúde coletiva.

Os conflitos questionariam e dariam alternativas aos temas da sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, em territórios específicos, local e globalmente (Firpo, 2014).

A dimensão territorial inerente aos conflitos envolveria desterritorialização e lutas por reterritorialização, a exemplo de camponeses e populações tradicionais. Nesse sentido, conflitos ambientais de alguns tipos se revelam, a exemplo de:

- A) Conflitos do extrativismo: Agronegócio e conflitos por terra (população do campo, florestas e águas);

- B) Conflitos do extrativismo: Mineração e cadeias do alumínio, ferro, petróleo (campo e cidades); Indústrias vinculadas: siderúrgicas, petroquímicas (população das “zonas de sacrifício”);
- C) Conflitos de infraestrutura: Estradas, perímetros irrigados, tubovias, hidrovias, hidrelétricas, termelétricas, nuclear e mesmo eólicas;
- D) Conflitos tipicamente urbanos: Zonas de sacrifício junto aos lixões e indústrias perigosas; enchentes, favelas, grandes eventos e cidades globais.

Os tipos de conflitos acima mencionados podem ser agrupados como conflitos envolvendo injustiça ambiental, diante da emergência de mobilizações e resistências por justiça, e alguns envolvem mais diretamente do que outros os recursos hídricos. Além disso, fica em evidência também a noção de saúde.

Para a Fiocruz (2013), a ideia de “saúde” articulada com os conflitos tem origem na constatação da não respeitabilidade do princípio da precaução (Unesco, 2005), conceito que discute a proteção da vida acima de quaisquer atividades humanas que possam pô-las em perigos moralmente inaceitáveis, plausíveis para a ciência e que apresentem incertezas socioambientais.

O entendimento ampliado de saúde, baseado na concepção precaucionária e da primazia da vida acompanha as visões de conflito divulgadas pela Fiocruz. Isso porque, informa a instituição, tal compreensão não reflete somente a dimensão biomédica dos impactos ao meio ambiente, como também qualidade de vida, cultura e tradições, direitos humanos e capacidade de organizações e mobilizações coletivas (Fiocruz, 2013).

Além de problemas de saúde clássicos, como doenças crônicas e transmissíveis, existem alguns relacionados a causas externas, como acidentes e suicídios; destacamos três problemas de saúde: as várias formas de violência que conectam a saúde ao campo dos direitos humanos e da democracia; o da soberania alimentar, já que muitos conflitos nos campos e florestas resultam de discursos que apresentam o progresso e o crescimento econômico como principal benefício, desrespeitando visões dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses em sua relação com a natureza, o território e o sentido do que seja bem viver. (FIOCRUZ, 2013, p. 65)

Apoiados em Fiocruz e Zhouri (2013), entendemos que os conflitos interpelam noções de justiça, democracia e também participação. Daí, que ocorrem não em busca de conformações, mas pela legitimidade de outras formas possíveis de divisão do ambiente do espaço social. Entretanto, presumir conformações é reconhecer modos tradicionais e

originários de viver, e não um *status quo* impossível de ser constrangido – até porque isso seria impossível.

O discurso em torno da justiça, porém, tende a institucionalizar ainda mais a discussão sobre os conflitos, principalmente quando consideramos direitos previstos para as populações atingidas. Importa para nós entender como a própria noção de justiça se revela diante de práticas culturais desconsideradas ou não reveladas na construção do Mapa, na mediação do conflito, e também na estrutura em que dominadores tentam justificar arbitrariedades e dominados carecem de forças não endógenas para mostrarem-se fortes.

No final das contas, é como se os atingidos por conflitos não fossem considerados seres plenamente autárquicos. Ainda assim, prevalece a noção de resistência, até porque a tomada de consciência do problema, seja através do Mapa ou não, torna ainda mais real a chance da situação ingressar numa arena que outros sujeitos conhecedores de outras ferramentas possam ajudá-los.

2.5 Personagens de um Caderno conflitivo

Há forte assimetria de poder entre os atores sociais em disputas nos conflitos socioambientais, desníveis no acesso à informação, distintas capacidades de organização e articulação, o que faz com tais situações se tornem injustiças (MMA, 2015, p. 8). Essas assimetrias se revelam, pois:

[...] a posição privilegiada dos grupos dominantes permite que estes afirmem a própria experiência e a própria perspectiva sobre os eventos sociais como imparcial e objetiva, capaz de ser geral. Deste modo, dominarão a perspectiva e os interesses dos privilegiados, público unificado interessado no bem comum e geral, marginalizando e silenciando os outros grupos. (VOLPINI, 2015, p.77)

Se antes esses grupos étnico-raciais estavam invisíveis institucionalmente quando não havia instâncias públicas responsáveis por articular e implementar políticas públicas, hoje enfrentam a omissão institucionalizada que sequer tem controle das ações ocorridas como contraponto a pressões sofridas por esses povos e comunidades tradicionais. Há, porém, a necessidade de um entendimento mais atento de como estão organizados esses povos.

Povos e comunidades tradicionais constituem um diverso grupo de indivíduos que se diferenciam no seu modo de vida, o que pode causar resistência ao estarem assim enquadrados. Quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos,

pescadores artesanais e marisqueiras, pomeranos, pantaneiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, ciganos, geraiszeiros, vazanteiros, piabeiros, dentre outros estão entre os povos e comunidades tradicionais (Rocha, 2015, p. 18).

São povos entendidos como culturalmente diferentes à maioria da população nacional. Essa multiplicidade sociocultural não é imposta, mas sim, autodeclarada. A categoria incorpora não somente a diversidade étnica como também as suas fronteiras estabelecidas (Rocha, 2015, p. 20).

Historicamente marginalizados, os povos enfrentam as dificuldades em processos de reconhecimento e titulação de terras e obstáculos na mediação dos conflitos existentes (Volpini, 2015, p. 64). A invisibilização das situações pode ser apontada como uma das primeiras dificuldades para uma segunda mediação dos conflitos – a mediação para torná-los públicos seria, digamos, a mais primária.

O direito pelo qual lutam os povos e comunidades tradicionais apresentam elementos de conflitividade, a despeito de pretensões de unidade racional e certa coerência do ponto de vista legal. A própria Constituição de 1988, a partir de seus artigos 215º e 216º, prevê o direito coletivo à terra para esses grupos étnicos, assim como se expressa e garante na Convenção 169 da OIT. Mas isso é de difícil sustentação, por exemplo, porque o Brasil só considera legítimos da Convenção indígenas e quilombolas (Volpini, 2015, p. 68).

Para a Volpini (2015), a partir das brechas existentes na garantia formal de direitos coletivos e humanos, a justiça passa pela informação e pela conscientização da sociedade, dos movimentos sociais, militantes e parceiros. Ainda conforme expresso pela pesquisadora, tais grupos têm interpretações diferentes mesmo quando tentam promover justiça e não só os interesses particulares.

As situações de violência ocorridas nos casos de conflito envolvendo povos e comunidades tradicionais se dariam pelo fato da dimensão simbólica desses dos povos e comunidades ser tão latente e passível de distorções institucionais – e também privadas, convenientes ou arbitrárias.

O caráter simbólico também opera nestas relações em que o conflito emerge. É justamente neste sentido que a violência fria surge, por meio do mau uso do aparato burocrático, enquanto modo de distorção do sentido dado pelos grupos no que tange aos instrumentos legais e quanto às categorias étnicas e apropriações sobre os fatos que constituem suas trajetórias e que determinam suas referências e valores culturais. (FERNANDES, 2015, p.101)

Tanto Fiocruz quanto CPT possuem entendimentos, digamos, institucionalizados no âmbito de suas publicações acerca do que sejam os povos e comunidades e do modo de vida desses e de outros atingidos por conflito. Tal categoria importa para os seus mapeamentos, principalmente quando nos concentramos nas falas sobre “apoiar a luta dos mais pobres”, que sustenta os interesses/objetivos do Mapa e Caderno e formam novo elemento do que temos chamado de narrativa sobre conflitos.

As demandas dos grupos étnicos são emergentes/estruturantes no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde e do caderno Conflitos no Campo Brasil. O entendimento sobre desrespeito aos direitos humanos é marca comum de ambos ao relatarem conflitos socioambientais, assim como o fato de serem o principal alvo de projetos particulares e públicos que, de outro modo, traria benefícios e vantagens à ampla sociedade.

Metodologicamente, as publicações fazem uso de nomenclaturas para diferenciar/agrupar a expressiva diversidade de sujeitos cujas demandas étnicas são mais salientes em relação a outros indivíduos. Além disso, os nomes conferem notoriedade até mesmo a pessoas que imediatamente sequer se reconhecem como tradicionalmente ocupantes de determinado território ou não partilham experiências que o conectam a práticas ancestrais místicas e reais.

Os povos e comunidades tradicionais, no entanto, não são os únicos atingidos por conflitos. E aparecem outros nomes entre os vários atingidos por projetos de desenvolvimento e políticas públicas, segundo a Pastoral e a Fiocruz. São indivíduos, coletivos sempre pensados a partir de suas formas de trabalho vinculadas ao meio ambiente.

Agora pensava no bebedouro, onde havia um líquido escuro que bicho enjeitava. Só tinha medo da seca (Vidas Secas, 2008, p. 62).

2.6 O Mapa de quem não quer desaparecer

Alguns conflitos possuem uma dimensão coletiva quando a injustiça ambiental atinge comunidades inteiras, o que provoca uma reação também coletiva dos atingidos, de organizações, setores, instituições e pessoas afins. Por conta dos coletivos, casos não ficam abafados (Leroy & Meireles, 2013, p. 129). Por coletivo entende-se também a conformação

das aldeias, quilombos, fundo e fecho de pasto que, se não tem o prefixo “comunidade”, o imaginário assim cuida de desenhá-los.

A notabilidade que o coletivo assume mostra que é traço cultural dar mais importância ao que acontece entre vastos públicos e não ao que acontece com o sujeito único, ainda que esta não seja mesmo uma característica dos atingidos por conflitos. O caráter notável é valor atribuído ao exógeno ao conflito, mas é condição anterior para que se deflagre o conflito. Isto é, é preciso que se reconheça a situação como sendo relevante para reconhecer a mobilização.

Uma vez que a justiça ambiental considera a valorização e reconhecimento da contribuição de grupos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares à conservação dos ecossistemas, naturalmente todas as ações que alterem de modo negativo essas diferentes formas de viver e produzir serão repudiadas. Quando a ampla sociedade sabe e reconhece a existência dessas situações, os conflitos ganham novos expectadores; são sujeitos alheios aos acontecimentos, mas que poderiam se tornar também apoiadores das lutas. Povos urbanos e da zona rural, das florestas e de parte da zona costeira estão na contramão de um modelo de desenvolvimento que prevê a artificialização do planeta e da vida humana (Fiocruz, 2013, p. 117). Os territórios desses grupos estariam visados e isso tornaria praticamente iminente o conflito. Por visado entende-se que cada território onde sobrevivem povos e comunidades tradicionais e outros grupos que asseguram a durabilidade ecossistêmica são potências para conflitos.

Os conflitos nesses lugares não são iminentes por apenas formarem o tecido social, embora afastados do centro e de modelos prevalentes e predatórios. Mas justamente por apetercerem outros indivíduos que sobrevivem em “aldeias” extremamente artificializadas.

Afinal, não existe ser natural. A partir do momento em que se conectam com os artefatos e com alguma possibilidade de tecnologia os seres se tornam artificiais. Mas sim, existem locais onde os artifícios estão mais presentes do que em outros; em algumas situações o artificial constrange e até violenta.

A partir do Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, têm-se povos e comunidades como:

[...] grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Além de reservas de água, os territórios em questão estão repletos de práticas e tecnologias ancestrais de conservação do solo e da biodiversidade e florestas inseridas nas reservas extrativistas que contribuem na captura de dióxido de carbono emitido pelos combustíveis fósseis. Porém, não são meros guardiões dos ecossistemas: “[...] isso não corresponderia nem aos conflitos que enfrentam [...]” (Leroy & Meireles, 2013, p. 119).

Reduzir as populações a guardiões seria desprezar a relação cultural tantas vezes posta de lado. O que causa o conflito não é a ação tão somente para proteger o meio ambiente, como se alheio fosse aos indivíduos. Enquanto âmbito pelo qual a sua vida é possível, precisam, por isso, garantir a sua qualidade.

Uma das questões mais complexas realçadas pela Fiocruz é se, em vez de “populações”, alguns grupos mencionados no Mapa não deveriam ser referidos como “comunidades tradicionais”. Isso porque as suas realidades complexas, heterogêneas, reconhecem Leroy & Meireles (2013), pode levar a dúvidas nesse sentido - aliadas à falta de informação sobre as mesmas.

No estudo do Mapa, há ribeirinhos, apontam os autores, que se definem como agricultores familiares, isto é, ligados a atividades produtivas, embora sejam mais frequentes aqueles que combinam produção com extrativismo. No “início” do conflito, talvez, não se reconheçam como comunidades tradicionais, mas a injustiça ambiental sofrida os faria compreender e adotar tal identidade coletiva (Leroy & Meireles, 2013, 116).

A sua identificação, conforme os autores, está ligada ao meio em que vivem e a identidade se refere às suas atividades econômicas. Talvez por isso o conceito de justiça ambiental caiba tanto para entendermos as desigualdades do ponto de vista econômico que destinam carga tão elevada a esses povos étnicos tradicionais, mas também às populações de baixa renda e grupos raciais discriminados.

Mas estariam, de fato, sendo atingidos por estarem “no caminho do desenvolvimento”? No entendimento de autores que pensam Mapa, sim. E, como afirmam ainda Leroy & Meireles (2013), a etnicidade ou cor de tais povos e comunidades influenciam decisivamente na gravidade dos impactos sofridos.

Dentre as atividades das quais mais são vítimas estão: agropecuária, e grilagem, hidroelétricas, madeireiras, plantações de eucalipto, mineração, construção ou pavimentação de estradas, carcinicultura, siderurgia, produção de álcool/açúcar, turismo, hidrovias, barragens de irrigação, estradas de ferro, prospecção de petróleo, minerodutos, gasodutos, portos, pesca predatória, transposição do Rio São Francisco (Leroy & Meireles, 2013, p. 120).

Na construção do Mapa, a Fiocruz afirma optar política e metodologicamente pelas falas dos sujeitos em questão, embora elas não sejam predominantes em discursos diretos, aspeados. O protagonismo relatado em relação aos conflitos não se faz perceber nos textos existentes em torno da publicação, mas nos conceitos sem dúvidas eles estão bem realçados, principalmente quando notamos o destaque dado para a ciência na construção do mapa.

2.7 Necessidades biológicas *versus* imateriais

Enquanto a Fiocruz centra-se na dimensão da justiça e saúde dos conflitos, a Pastoral abarca-os perante uma dimensão agrária. Ainda assim, para a Pastoral da Terra, as maiores vítimas dos conflitos são também as populações tradicionais. São populações estabelecidas em determinadas localidades há muito tempo e que poderiam estar vivendo na segurança e na tranquilidade (Gallazzi, 2013, p. 65).

Devemos ter claro que ao falarmos das lutas ambientais dos povos comunidades tradicionais estamos considerando mais a sua relação simbólica, imaterial. Até porque, como no caso dos quilombolas, não se pode cometer o erro de imaginar que estes são controlados exclusivamente pelas ‘queixas de seus estômagos’ ou mesmo por suas ‘necessidades orgânicas’ ou econômicas (CPT, 2007, p. 23 e 24). A necessidade biológica não dá conta de explicar o porque esses povos estão tão bem conectados com os espaços naturais.

Ainda tomando como exemplo as comunidades quilombolas, nota-se uma consciência ambiental ou “consciência da necessidade” que, conforme a Pastoral, delinea um novo capítulo das formas de mobilização étnica, em defesa de seus saberes tradicionais. A dimensão política da “necessidade”:

[...] parece obscurecer seus componentes de utilidade, realçando outras formas de solidariedade na vida familiar e comunitária. Em virtude disto é que se pode acrescentar que a dimensão mágica da necessidade, rompendo com uma visão economicista, mostra-se como absolutamente política nesta polêmica e, em decorrência, inteiramente vinculada à reprodução social.(ALMEIDA, 2007, p. 24)

Os conflitos envolvendo quilombolas nos servem para pensar, obviamente, outras tantas realidades. Diante da “dimensão mágica necessidade” a que se refere Almeida, não podemos idealizar de tamanho modo povos complexos e distintos, inclusive, entre as suas próprias tradições. A questão é mais sobre como os conflitos surgem para que não sejam

ostentados ou quando são ostentados “frutos de morte”, isto é, violências em decorrência da agressão aos povos e ao meio ambiente (Lazzarin, 2006, p. 10).

[...] direitos já fragilizados dos povos indígenas, quilombolas, assentados e acampados, pescadores, ribeirinhos, vazanteiros, seringueiros, extrativistas, fundo e fechos de pasto, posseiros e camponeses são esmagados pelos interesses de um modelo de desenvolvimento que devora terras, territórios, tradições e modos de vida distorcendo a lei a seu dispor, cooptando e corrompendo processos e lideranças, usando a força e até assassinatos. (CPT, 2016, p. 191)

Modos de vida na iminência de serem soterrados, alagados, enlameados, contaminados, como em Mariana (MG), no ano de 2015. Os conflitos relatados pela CPT são um ensaio sobre terras destruídas e vidas desestruturadas. O trabalho, apesar de ser preponderante para que as situações sejam entendidas como sendo conflitos, envolvem uma dimensão cultural que costura todas as outras destacadas. É a cultura de povos e comunidades que os diferencia.

Não obstante haver alguns grupos que não se enquadrariam na definição de povos tradicionais, a sua luta acaba se confundindo com a desses últimos. Os atingidos pelas barragens, movimento que engloba pessoas afetadas pelos grandes empreendimentos hídricos, quando se manifesta, também brada por vida, respeito, direitos coletivos (CPT, 2006, p. 242).

Quando se fala em atingidos, temos em mente que estamos falando de um tipo particular de conflito. Esses, em que o governo federal com seus megaprojetos de hidrelétricas, governos estaduais, as empreiteiras construtoras das barragens, as mineradoras; empresários de diversos ramos, fazendeiros e até a Marinha (...) (CPT, 2015, p.101) são apontados como responsáveis por seu início. Assim:

Neste quadro de conflitos e de violência, já há alguns anos ganham destaque o que se chama de populações tradicionais, as que têm uma relação com a terra-natureza, não mercadológica. Segundo Carlos Walter, “no Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária”. E também surgem outros grupos sociais como os “Atingidos por Barragens, Atingidos pela mineração, Atingidos pelo linhão. São Atingidos, o que indica que sofrem e não por alguma memória geográfica e culturalmente situada”. (CPT, 2016, p. 8)

Quando se fala numa dimensão agrária, embora se apresente de forma extremamente variada no Brasil (Costa *et al.*, 2016), tem-se em vista que os conflitos

aparecem justamente marcados por fatores socioambientais e étnicos e incorpora cada vez mais a noção de território e os fatores identitários correspondentes (Almeida, 2007, p. 16).

O fato de serem vistos como populações sob um tipo particular de pobreza faz com que esses povos tenham as suas demandas resumidas, como já apontado, em necessidades biológicas, pontuais e efêmeras. Serem consideradas pobres também traz implicações no sentido de um apagamento identitário. “Ser ‘pobre’ numa sociedade autoritária e de fundamentos escravistas implica em ser privado do controle sobre sua representação e sua identidade coletiva” (Almeida, 2007, p. 23).

Para a Pastoral, os envolvidos em conflitos são também camponeses e camponesas, entendidos como sujeitos que detêm a terra em regime de propriedade privada, seja através do domínio ou da posse, com regime de trabalho com base na família. Diferentemente dos povos tradicionais cuja posse e/ou o domínio da terra, bem como seu uso, se dá em regime de trabalho com base comunitária (Costa *et al.*, 2016, 156).

Os conceitos de conflitos trazidos pela e extraídos do Caderno Conflitos no Campo Brasil muito se aproximam das visões que autores clássicos e contemporâneos têm sobre a questão. O Caderno de Conflitos se mostra como uma forma de materializar as situações a partir da ruralidade a eles associada. Ao menos nos fragmentos analisados, não fica claro qual a potência que os conflitos apresentam de gerar mudanças para os dilemas enfrentados por essas comunidades tradicionais.

Parece-nos, ainda assim, que os conflitos são sempre vistos sob uma noção de problema. As situações de violência também estão sempre presentes nas falas, bem como de enfrentamento. Se há enfrentamento por alguma situação complexa antagônica, há obviamente o conflito. Só que a violência não necessariamente é constitutiva do conflito, com base nos autores já evocados.

Também não se faz perceber que energia seria essa gerada pelos conflitos no campo - e envolvendo injustiça ambiental e saúde - quando, estes últimos principalmente, se revelam como sendo prejudiciais às pessoas para além das dimensões biomédicas. Eles certamente apontam para uma necessidade de se encontrar um formato, não exclusivo ou universal, de desenvolvimento que integre a sobrevivência de populações tradicionais, e não a sua predação.

Parece, pois, muito simples de desenhar o conflito com base nos conceitos de ambas as instituições. Porém há situações que ficam de fora e não se fazem ser percebidas. Por qual motivo? Em todos os casos a notabilidade da situação seria favorável para que se

revelasse? Tais perguntas emergem de análise de texto, e não de vivências - que só Fiocruz e CPT têm na construção de seus mapeamentos.

A ideia de escassez pela qual brigam grupos contra outros também pode ser deixada de lado porque é justamente para manter a abundância dos recursos indispensáveis, sob estas condições de abundância, que povos questionam em ações práticas e manifestam-se contra modelos que, se não os enganam, os pretere.

No caso da CPT, fica fácil entender quando caracterizamos situações que envolvem água, principal assunto desta dissertação. Mas como saber que um caso envolvendo injustiça ambiental envolvendo saúde é também um conflito por água? Tomamos emprestada a escolha da Pastoral, até por uma questão de cruzamento de materiais, dados, textos, que os casos da Fiocruz que entendemos com sendo de disputas por água são aqueles em que ribeirinhos, pescadores, atingidos por barragem estão, por exemplo.

É fundamental entender que o conflito pela água não é o principal objeto de estudo das instituições analisadas, mas é o deste trabalho. Traremos escassamente de números e dados que contextualizam a situação, mas não situam precisamente a questão que para nós importa: como é organizada, quais são os elementos privilegiados, a narrativa feita pela CPT e Fiocruz, a partir de seus respectivos produtos, para divulgar os conflitos.

Identificamos que os conceitos de conflitos, apesar de serem importantes, são apenas um dos itens desta narrativa que caracterizaremos no Capítulo III. A situacionalidade dos conflitos, em especial dos conflitos pela água também importa. Isso diante de uma crise da água existente nos noticiários, presentes nos documentos oficiais, pauta das conversas e que figura o imaginário de populações que acompanham a agenda da água quando ela é revelada, por exemplo, pelos meios de comunicação e por documentos como o Caderno de Conflitos e o Mapa da Fiocruz.

A maior lição sobre desperdício de água me ocorreu quando banhava a minha mais pura infância; simulava a habilidade de manipular aquele poderoso elemento deixando-o escorrer pelas pontas dos dedos. Até que me dei conta que a água que se despedia pelo ralo jamais voltava. Muitos anos mais tarde, um amigo deixa 35 mil litros escorrerem pelo subsolo do seu hotel no centro da cidade onde eu nasci e eu penso que nenhum ser humano seria capaz de deixar vaziar tanto intencionalmente. Só me resta supor que a própria água quis escapar dos canos que a aprisionaram até aquele dia.

Era outubro de 2014 e o projeto de pesquisa se formava quando o Roberto Malvezzi, da Pastoral da Terra, me envia outra grande lição, daquelas que não secam. Perguntei-lhe se existia diferença na postura para enfrentamento das questões que envolvem o acesso à água entre o povo da maré e a população que sobrevive em terras semiáridas. A postura, ele me disse, é diferente entre quem já vive o problema e quem poderá vivê-lo num futuro. Na sua visão, o meio urbano, regra geral, acha que a água vem das paredes das casas.

Apesar de crescer na área urbana, sonhando com um lago que cortasse a cidade só para poder pisá-lo sobre uma ponte, me sinto meio tolo por jamais terem me ensinado que água que eu pago não chega até mim por conta própria, como quando chove. Mas apenas porque alguém decidiu lucrar com ela e inventou tubulações. Quando a nascente da minha casa deixou de ser a cozinha, e a foz, a pia do fundo?

Numa tarde em que o mais próximo de mar é o nome do hotel do meu colega, só consigo imaginar enquanto corpos d'água as micropoças que se formam na rua, quando

chove ou quando baldes desempoeiram a laje e escorrem pela sacada – ainda sem nada que evite que a enxurrada despenque alguns metros para a rua. Fora isso, lembro-me de um bom tanto de água represada, várias casas após a minha, numa área da companhia que distribui água no estado. É o Pinicão, esgoto puro.

Na escola nos ensinam que água é elemento insípido, inodoro e invisível. Nada se aplica, então, ao exemplo do Pinicão, como chamam o esgoto famoso no meu bairro. Como alguém criado com tamanho (d)esgo(s)to pode acreditar na água invisível? Que meios tive eu para me basear na sua finitude quando, apesar das raras vezes em que ela faltava, continuava imaginando que não existe seca quando eu ainda posso tomar banho de chuva e sempre vejo a pia molhada?

A existência do conflito pela água nos mostra, de modo que não somos capazes de olhar através de um copo em material transparente cheio, que o direito à água se reivindica em nosso tempo através de quebras de braço. A mim nunca foi negado o direito à água, até porque eu sempre pude escolher a hora de lavar a louça.

A Organização das Nações Unidas (ONU) somente em 2010 reconheceu formalmente a existência do direito humano a este recurso. Normas internacionais de direitos humanos determinaram que os serviços de água e saneamento devem ser “física e financeiramente acessíveis, disponíveis em quantidades suficientes, de qualidade, além de *cultural* e socialmente aceitáveis” (Albuquerque, 2015, p. 12).

Como se mede, no entanto, o que é aceitável para cultura dos longos dias sob a piscina, mas que negligencia os rituais dentro das florestas que irrigam ancestralidades de matriz africana, por exemplo? A relação entre a disponibilidade natural de água e a satisfação das necessidades vitais da população não é de maneira alguma mecânica ou direta (Castro *et al.*, 2015, p. 13).

Justamente por não ser direta, as populações amazônicas, embora abastecidas do ponto de vista hidrográfico, na prática lidam com a injustiça no acesso à água e em seus serviços básicos. Em rios como o São Francisco, cuja extinção já está anunciada, a expressão concreta dessas injustiças ocorre em conflitos por água.

3 OS ARQUIVOS SOBRE CONFLITOS

3.1 “A favor da terra prometida por Deus”

A questão fundiária era um tema proibido durante os governos militares e passou a fazer parte do debate nacional em 1985 com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Entretanto, cinco anos antes um documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), intitulado “A igreja e os problemas da terra”, denunciava com veemência a “extrema violência da luta pela terra em nosso país, com características de uma guerra de extermínio, em que as baixas mais pesadas estavam do lado dos lavradores pobres⁶” (Wanderley, 2011, p.69 *apud* CNBB, 1980).

O pronunciamento de bispos de diferentes denominações cristãs e pastores sinodais sobre a terra, em 2006, não só fornece o contexto daquele período como também nos esclarece: O assunto, pois, da Igreja não é somente a religião. E veremos o papel autodeclarado e praticado por essas instituições religiosas desde o período militar e em quais linhas de atuação concentram seus esforços e compromissos.

A notoriedade da igreja católica no suporte aos movimentos sociais talvez oculte o que os estudos rurais cuidadosamente denotam: os movimentos sociais estavam organizados e eram capazes de formular os seus projetos e revelar socialmente as próprias demandas nos anos 1980. Esses mesmos estudos também cuidam de nos orientar quanto à ruralidade - que parece dar conta de todo o corpo de sujeitos que reivindicava e ainda reivindica essencialmente o direito à terra e aos recursos naturais e aos quais a igreja tende a prestar apoio.

Completam-se quase quatro décadas desde que a 18ª Assembleia da CNBB publicou o documento “Igreja e problemas da terra” e ajudou a instaurar os problemas enfrentados pelos camponeses e camponesas. Esse documento nos apetece por ser considerado uma ferramenta importante para entender a expropriação que vinha ocorrendo

⁶ Os lavradores pobres vinham sendo derrotados politicamente durante o período militar a partir da atuação dos movimentos sociais que não possuíam poder de voto, por exemplo, na Assembleia Constituinte. Importa para nós, ainda que brevemente, tratar da questão semântica que envolve a palavra camponês - referência mais correta também do ponto de vista político aos lavradores. É que o termo já “carregava um forte conteúdo político, uma vez que era frequentemente associado ao movimento camponês, duramente perseguido como ‘subversivo’ pelos governos militares que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985” (Wanderley, 2011, p. 95). A descaracterização dos camponeses ocorreu, também do ponto de vista semântico, com o emprego de termos que carregavam forte teor depreciativo, a exemplo de “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda”.

com os lavradores e de que maneira a Igreja Católica conseguiu revelar um compromisso cristão “em favor dos empobrecidos”.

Se ainda nessas linhas destacamos que o assunto da igreja não é somente religião, precisamos dizer, todavia, que ela o faz na perspectiva de Deus. Dom Sebastião Armando Gameleira Soares, bispo da Diocese Anglicana de Pelotas (RS) depõe sobre uma “visão religiosa dos assuntos da vida humana”. “Persistimos em denunciar o ‘espírito materialista’ da chamada ‘civilização do progresso’, que pretende esvaziar de ‘espírito’ o corpo oprimido e reprimido dos pobres, dos povos aborígenes e negros (...). Nosso dever de pastores do povo nos obriga a não nos refugiar nos “assuntos da religião (...)”, completa Dom Sebastião, em texto que introduz a obra “Os pobres possuirão à terra”.

A contribuição das igrejas remete, pois, à capacidade de luta por terra e pelos direitos dos trabalhadores que a ditadura militar reprimia. As igrejas buscavam compreender profundamente o que acontecia e se posicionar diante daquela realidade.

Já naquele momento, com a materialização do documento aprovado pela CNBB, a reflexão teológica tivera o apoio da análise sociológica, resultando em compromissos pastorais. “Que faremos para que a terra seja um bem para todos? Que faremos para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada? Que faremos para que a sociedade brasileira consiga superar a injustiça institucionalizada e rejeitar as opções políticas antievangélicas?”, perguntavam-se os religiosos.

Já naquele momento, um grupo de pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil protagonizou, junto com a Pastoral da Terra, ações em favor das lutas dos camponeses e camponesas. Campanhas internas nas igrejas, a exemplo da Campanha da Fraternidade, da Igreja Católica, buscavam a sensibilização da sociedade. Em algumas publicações organizadas ao longo dos anos 1990 e a partir dos anos 2000 também reforçam o papel das igrejas no apoio às questões relacionadas à terra.

Em 1996, as igrejas pertencentes ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs da Coordenadoria Ecumênica de Serviço lançaram o documento “Os pequenos possuirão a terra”, junto com uma “carta ao Povo Brasileiro”, entregue ao governo, conclamando para um dia nacional de oração pela reforma agrária. Um ano depois, o Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano, lançou o documento “Por uma melhor distribuição de terras – o desafio da reforma agrária”. O teor do texto, dirigido ao Brasil, era de análise acerca da concentração de terra e da situação vivida pelos agricultores.

Em 2000, o documento “Diretrizes para a ação missionária na questão da terra” informava, por sua vez, que a questão da terra era uma das mais difíceis e conturbadas

necessidades da população brasileira. Com autoria do Colégio Episcopal da Igreja Metodista, o material foi publicado no mesmo ano em que a Campanha da Fraternidade cujo tema era “Dignidade humana e paz – novo milênio sem exclusões” estava em evidência.

A campanha assumiu compromissos mais notadamente com os indígenas e apoiou a construção de cisternas de placas para as populações do semiárido. Já em carta pastoral de 2003, os bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil propuseram um “estilo de vida fraterno e generoso”, cobrando do governo reformas, incluindo a reforma agrária, com vantagens justas e necessárias para todos. Em 2004, outra Campanha da Fraternidade chamou a atenção nacionalmente e internacionalmente com o tema “Água, fonte de vida”.

A insistência das igrejas, conforme exposto, tem tido o objetivo de instaurar “uma profunda e verdadeira” reforma agrária. Mas isso ainda não aconteceu. Essas instituições admitem que o seu esforço foi infrutífero ao menos até 2006. Mesmo com o fim dos governos militares, e com a esperança de que o governo Lula tivesse a medida como prioridade, nada foi concretizado a contento dos anseios das igrejas.

Conforme relatam os bispos e pastores sinodais, a ausência de um programa eficaz de reforma agrária mantém e agrava a estrutura fundiária esboçada desde o período colonial. “A violência no campo está enraizada em um conflito distributivo de terra, que só pode ser solucionado por uma reforma agrária ampla e massiva, que democratize o acesso à terra e possibilite o desenvolvimento do campo brasileiro” (CPT, 2015).

Em “Os Pobres Possuirão a Terra”, os bispos e pastores sinodais pronunciam-se sobre o dever das igrejas de interpretar o que seriam “verdadeiros sinais do tempo” e “testemunhar a palavra da salvação revelada e confiada pela bondade de Deus”. A contribuição dada pelas igrejas aos movimentos de luta pela terra é reconhecida à luz do documento da CNBB, “Igreja e problemas da terra”, mas também encontraria eco no Credo Social da Igreja Metodista:

Cremos que ao Senhor pertence a terra e a sua plenitude, o mundo e todos os que nele habitam: por isso proclamamos que o pleno desenvolvimento humano, a verdadeira segurança e ordem sociais só se alcançam na medida em que todos os recursos técnicos e econômicos e os valores institucionais estão a serviço da dignidade humana na efetiva justiça social. (BOECKER, 2004, p.56)

Ainda conforme fragmento do livro, atribui-se à igreja a missão de “lutar pela transformação das estruturas injustas da sociedade e zelar pela integridade da criação, promovendo a preservação dos recursos da terra”. A “questão da terra não se restringe a um

assunto técnico ou político. O uso da terra e sua distribuição devem ser responsabilizados perante Deus, o único e verdadeiro dono, por ser ele o Criador [...]” (Boecker, 2004, p. 56), afirma ainda a publicação apoiada na visão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Em mensagem endereçada aos “camponeses e trabalhadores”, os bispos e pastores sinodais enumeram o apoio às organizações dos camponeses e trabalhadores do campo; às experiências agroecológicas, às ocupações de terra; à resistência contra todas as formas de violência (que atingem os trabalhadores); aos esforços no combate a todas as formas de trabalho escravo; à mobilização pelo direito à educação no campo e do campo. Além disso, assumem compromissos pastorais e eclesiais de:

- 1) Destacar, por meio da evangelização, catequese da espiritualidade o sentido teológico da terra e água;
- 2) Destinar terras que a igreja possua para finalidades sociais;
- 3) Esforçar-se para que a questão da terra não seja algo somente restrito a camponeses e ruralistas;
- 4) Promover o cuidado com o meio ambiente;
- 5) Colaborar para reafirmar a identidade camponesa dos trabalhadores e dos seus valores.

E também comprometem-se em apoiar:

- 6) A luta de quem busca oportunidade de vida na terra e na floresta;
- 7) As ações que visam corrigir o que foi destruído e implementar o que for recuperar o meio ambiente;
- 8) Os projetos de geração alternativa de energia;
- 9) As experiências e as pesquisas que visem a produção de alimentos saudáveis e promovam a substituição dos agrotóxicos;
- 10) Ações para diversificação da produção;
- 11) Ações que sensibilizem a população urbana, quanto à democratização da terra;
- 12) As iniciativas que procuram arrancar as raízes da escravidão do nosso meio.

Com vastos compromissos socioambientais já expressados nas décadas de 1970 e 1980, as igrejas eram acusadas de propagarem ideias comunistas e de estarem por trás das ações que envolviam os conflitos fundiários. Foi somente a partir do trabalho desempenhado pelas igrejas que os conflitos passaram, inclusive, a serem conhecidos publicamente e a CPT contribuiu para a visibilidade política dessas situações e também das violências. Assim,

chegou-se ao ponto de dizer que a pastoral “criava os conflitos pela terra” (Boecker, 2004, p. 14).

A CPT é uma ação pastoral da igreja católica ligada à Comissão para o Serviço da Caridade da Justiça e a Paz da CNBB. Esse organismo é membro da *Pax Christi Internacional*⁷, um movimento católico que prega a paz e aborda, junto a 120 membros em todo o mundo, causas e consequências destrutivas de conflito e guerra. “Baseada na crença de que a paz é possível e que os ciclos viciosos de violência e injustiça podem ser quebrados (...)” (PAX CHRISTI, 2016).

O nascimento da pastoral se deu no contexto da ditadura militar, em resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões na Amazônia.

Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesial não havia sido molestada [pela ditadura]. (CPT, 2016)

Inicialmente na Amazônia, a CPT alcança, tempos depois, o restante do país e assume as demandas dos atingidos pelos grandes projetos de barragens e passa a pastorear os sem-terra. A entidade se torna atuante nas situações de trabalho escravo e lida com violação de direitos trabalhistas. Por isso, não é incorreto afirmar que ela seja defensora dos Direitos Humanos.

Não obstante, a Pastoral da Terra age em prol dos trabalhadores e trabalhadoras da terra com base no Evangelho. “Por fidelidade ‘ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra’” (CPT, 2004, p.216).

A partir de junho de 1975 é que começam a ser registrados sistematicamente os conflitos no campo e a violência praticada contra os camponeses. Em 1985 começam a ser publicados os cadernos Conflitos no Campo Brasil. Instituído o setor de documentação da pastoral da terra, os levantamentos passaram a conferir destaque à CPT pelo amplo trabalho de pesquisa abrangendo todo o estado brasileiro.

Importante grifar que a Pastoral da Terra não apenas registra como também denuncia os conflitos e a violência no campo, incluindo a violação dos direitos dos camponeses. “(...) a CPT, leal à sua missão de serviço aos pobres da terra e das águas, ergue a sua voz profética frente aos senhores da guerra e brada a toda sociedade” (CPT, 2004, p. 202).

⁷ Disponível em: < <http://www.paxchristi.net> >

A pastoral convive, promove, apoia, acompanha e assessora e defende os povos da terra e das águas:

1. Nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); 2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade; 3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da “terra sem males. (CPT, 1998)

Objetivamente, a CPT atribui ao entendimento sobre a terra às informações que constam no texto “Os vários significados da terra”. No manifesto, a entidade faz enorme apelo à reforma agrária. Além disso, evoca o valor da terra para além de seu uso mercantil; a atuação com posseiros e sem-terra; a permanência do agricultor na terra, a defesa do meio ambiente, a produção orgânica e ecológica; a convivência com os diversos ecossistemas e o combate ao desmatamento indiscriminado. As demandas da CPT em prol da terra se diferenciam de seus outros eixos.

No texto intitulado “Em defesa da água” são expostos os aspectos que orientam o trabalho da CPT na relação com os recursos hídricos. A preocupação institucional com a agenda hídrica já estava presente no surgimento da entidade, mas só começou a ser materializada por meio de publicações após reuniões ocorridas em 1999 e 2001.

No ano de 2002, a entidade inaugura a seção “Conflitos pela Água” no caderno Conflitos no Campo Brasil. A situação do semiárido brasileiro e os “Conflitos em Tempos de Seca” também constam no conjunto de dados divulgados desde então.

Antes de caracterizar precisamente o Conflitos no Campo Brasil, prestemos atenção no que diz o manifesto sobre a água. Além de insistir no fato de que, desde os primeiros anos de atuação da CPT, a entidade se ocupa com a questão da água considerando pessoas expulsas de suas terras por conta da construção e obras hídricas; contra a pesca predatória, o documento mostra preocupação com a seca no Nordeste. Dentre outras demandas socioambientais, o texto aborda as políticas públicas e a legislação dos recursos hídricos.

Foi somente em 2001, durante o 1º Congresso da CPT, que a água foi assumida enquanto linha de trabalho em seu departamento de documentação. “O desafio para a CPT é o de popularizar todas estas questões, de colocar na agenda do Brasil que a água é um bem

público, para todos, não apropriável por interesses econômicos”. A visão e trabalho da CPT em relação aos conflitos abordaremos de forma específica mais adiante.

Em outro texto-manifesto referente à “dignidade humana”, a CPT considera que o trabalho desenvolvido junto aos trabalhadores da terra e da água visa a defesa de seus direitos. Para garantir tais direitos a CPT apoia a organização destes trabalhadores; promove cursos e encontros “em linguagem popular” de modo que as pessoas possam reivindicar tais direitos.

A denúncia das situações em que direitos primordiais das populações são violados também foi assumida, de acordo a CPT, num “caráter científico com a publicação, todos os anos, do caderno Conflitos no Campo Brasil, que tem conquistado o respeito dos movimentos sociais, autoridades governamentais, acadêmicos e de pesquisadores”. Ainda no campo de defesa dos direitos humanos, a CPT combate o trabalho escravo e defende vítimas de ameaças, perseguições e realiza denúncias em situações em que há morte.

Importante salientar que além dos direitos humanos, a CPT incorporou direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, os chamados Dhesca. Atuando em articulação com outras instâncias, pode-se enumerar a parceria entre a Rede Social, Terra de Direitos, Justiça Global, Comissão de Justiça e Paz da Ordem Dominicana e outras; está inserida na Plataforma dos Descha e faz parte do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar.

Na sua organização, a CPT conta com sete departamentos. Na imagem 1 vê-se: Assembleia, secretaria nacional, congresso, coordenação nacional, regionais/grandes regiões (GR), equipes e articulações.

Ligadas à secretaria nacional, onde funcionam a administração, comunicação e documentação da CPT, estão 21 unidades regionais. Cada regional conta com agentes, no geral voluntários, considerados a célula básica da entidade. Essas equipes estão presentes constantemente no cotidiano dos trabalhadores do campo; os acompanham e prestam apoio. Outros membros diocesanos, ligados às pastorais das Dioceses, também estruturam a pastoral da terra.

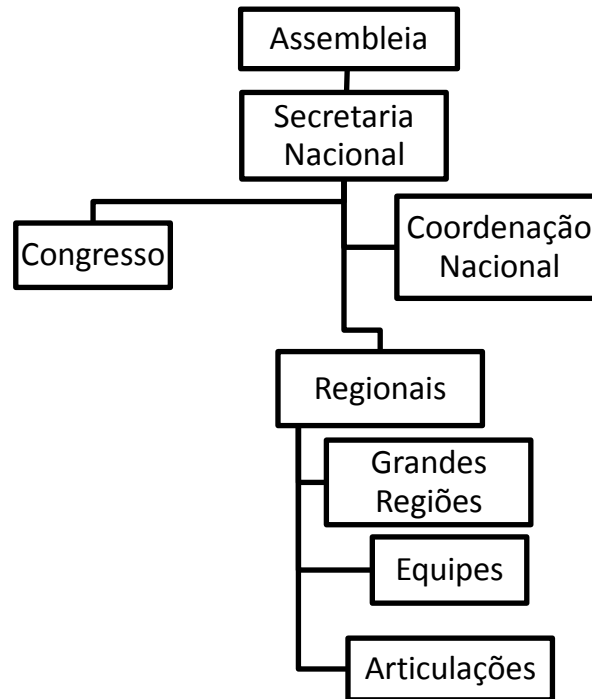


Imagem 1. Elaborado pelo autor. Fonte: CPT.

As unidades da pastoral da terra são: 1) Nordeste, abrangendo os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; Bahia, da qual faz parte também Sergipe; Espírito Santo que integra o Rio de Janeiro; Goiás, que abrange o Distrito Federal; Araguaia/Tocantins, que cobre o estado do Tocantins e a região Norte Araguaia do Mato Grosso, correspondente à Prelazia de São Félix do Araguaia.

As regionais se articulam com as GRs. São elas, Noroeste: Regionais Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia; Norte: Regionais Pará, Amapá, Maranhão e Araguaia/Tocantins; Nordeste: Regionais Nordeste, Ceará, Piauí e Bahia/Sergipe; Sudeste: Regionais Minas Gerais e Espírito Santo Rio de Janeiro; Sul: Regionais São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Centro-Oeste: Regionais Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Cada regional tem uma coordenação, eleita em assembleia, a instância de decisão primeira da CPT. Ela é composta por dois agentes e um trabalhador de cada regional, o representante da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, bispos e pastores e pastoras acompanhantes das CPTs regionais, os representantes das igrejas cristãs que participam efetivamente do trabalho da CPT e dos membros fundadores que ainda atuam na CPT. Realizada anualmente, a assembleia também é formada por membros da Coordenação Nacional. Esse colegiado tem seis coordenadores, um presidente e vice-presidente - todos eleitos pela assembleia para mandato de três anos.

Além da já mencionada relação com a CNBB e a *Pax Christi Internacional*, a CPT se articula com a FIAN Internacional⁸, mantendo um convênio no qual um agente da pastoral atua na sede da unidade internacional, em Heidelberg, na Alemanha. Ela articula-se também com a Pastoral Popular Luterana (PPL), sobretudo onde a presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é maior. Mantém ainda relações próximas com a Igreja Metodista e integra o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, participa do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e apoia a Via Campesina Brasileira.

3.2 O documento que esconde o rosto, oculta os olhos e a realidade

A Pastoral da Terra realiza romarias, promove campanhas e congressos. Ademais, publica cartilhas e notícias em seu jornal e rádio, bem como divulga arquivos históricos através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. Atuante nos eixos “Terra”, “Água” e “Direitos”, a sua principal publicação é o Caderno Conflitos no Campo.

Analisamos 14 edições do Caderno de Conflitos, precisamente as edições de 2002 a 2015, publicadas entre 2003 e 2016. A escolha do ano inicial se deu pelo fato deste ser o momento em que a Pastoral da Terra inicia um trabalho consistente de registro, divulgação e denúncia de conflitos pela água Brasil afora. Em 2016 (Conflitos no Campo Brasil 2015), temos os recorrentes elementos narrativos observados, mas também um texto que demarca a parceria entre CPT e Fiocruz.

O Caderno de Conflitos⁹, conforme iremos resumir adiante, é uma publicação organizada em moldes acadêmicos contendo, nesta sequência: capa temática (geralmente com imagem e ilustrações acessórias, incluindo a logomarca da CPT e o nome da publicação), folha de rosto com ISSN, expediente (incluindo ficha catalográfica), dedicatória, sumário, apresentação, metodologia, organograma da publicação, tabela comparativa dos conflitos num período de dez anos; seção “Conflitos no Campo”, seção “Terra”, seção “Água”, “Trabalho”, “Violência contra a pessoa”, “Manifestações” e “Notas emitidas pela CPT e outros documentos”.

Salvo a última seção, as demais são sempre estruturadas por uma imagem de abertura contendo paisagem ou retrato humano, textos analíticos sobre a situação dos conflitos com quadros; tabelas contendo dados agrupados por região/estado de conflitos por terra,

⁸ Disponível em: <<http://www.fian.org/>>.

⁹ Edição 2016.

conflitos pela água, conflitos trabalhistas; outros textos que aprofundam questões de dimensão agrária. Esses textos são quase sempre assinados por pesquisadores e agentes da Pastoral e comumente contêm referências.

Embora tenhamos sempre no texto de apresentação e na seção Água de cada edição do Caderno de Conflitos (2002-2015), analisamos textos avulsos que dessem indícios de haver os elementos buscados, como por exemplo, noções de religião, ciências, conceitos sobre conflitos, dentre outras categorias que exploraremos mais detalhadamente no Capítulo III.

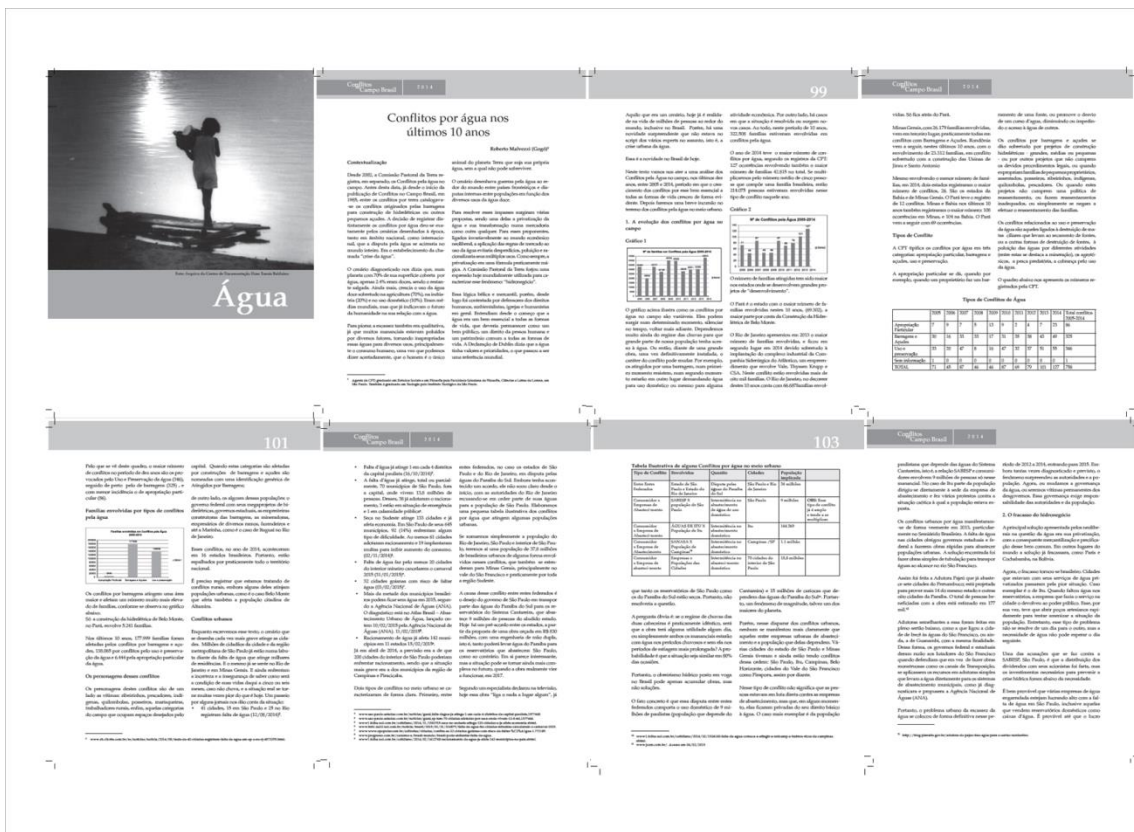


Imagem 2: Páginas da seção “Água” do Caderno de Conflitos 2015, com destaque para a imagem “abre”, bem como os gráficos e quadros do interior do texto. Fonte: CPT.

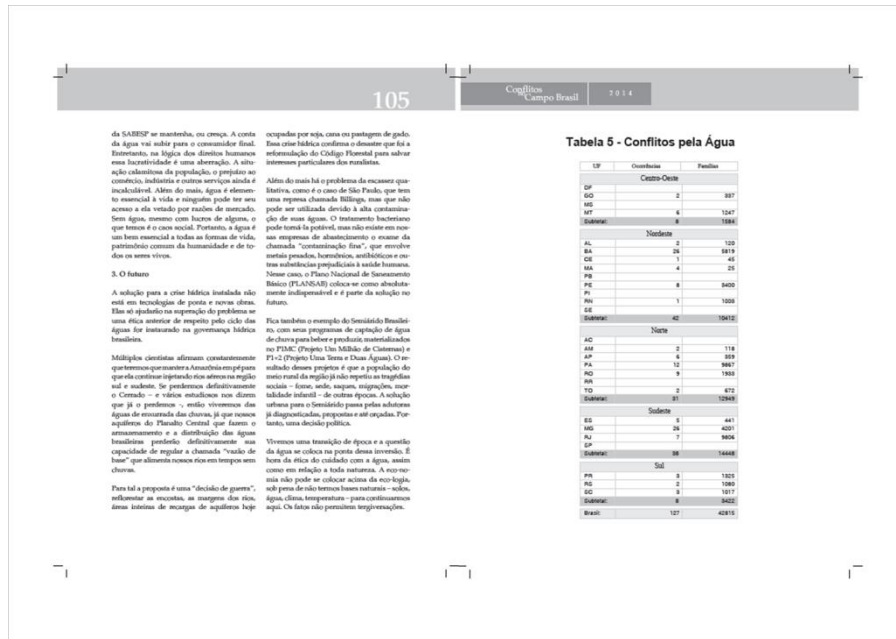


Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Quantidade	Finalidade
Centro-Oeste		
DF	2	237
MS	2	1247
MT	6	1084
Subtotal:	10	1368
Nordeste		
AL	2	100
BA	26	1819
CE	1	45
MA	4	25
PE	1	100
PI	8	5400
RN	1	1000
SE	1	1000
Subtotal:	46	10412
Norte		
AC	1	100
AM	2	118
AP	6	359
PA	12	5687
RO	1	100
RR	1	100
TO	1	100
Subtotal:	24	10412
Sudeste		
ES	1	441
MG	26	4201
RJ	17	8904
SP	1	100
Subtotal:	45	14646
Sul		
PR	1	100
RS	1	1000
SC	1	1017
Subtotal:	3	2017
Brasil:	127	48816

Imagem 3: Nas duas últimas páginas da seção “Água” do Caderno de Conflitos 2015 temos as linhas finais do texto assinado por um dos agentes da CPT e uma da tabela com números dos conflitos pela água agrupados por região/estado. Fonte: CPT.

Obviamente, por apresentar um documento atualizado anualmente, o texto (de “Apresentação”, assim como as informações da seção “Água” em Conflitos no Campo são sempre diferentes. Apenas a seção “Metodologia”, também analisada por nós, se mantém de uma forma quase inalterável. Isso porque constatamos que, incluindo a mudança de posição desta parte – antes no final da obra e, posteriormente, logo no começo – tivemos algumas informações do texto que explica os conflitos por água alteradas.

Certamente outras mudanças ocorreram para tornar ainda mais denotativo o trabalho de documentação dos conflitos no campo brasileiro. No entanto, essas mudanças não aparecem de forma significativa e não altera o olhar sobre o que estamos fazendo aparecer no encontro com os textos, números e imagens. A partir da leitura de cada edição resumimos algumas características gerais sobre o caderno Conflitos no Campo Brasil.

A CPT conta com um Centro de Documentação denominado Dom Tomás Balduino, responsável por trabalhar com os dados enviados por agentes da Pastoral a cada edição do caderno, cuja divulgação é anual, desde 1985. Somente a partir de 2002 é que se começa a publicação de uma seção com dados sobre a água, apesar desta já ser um dos eixos de trabalho da entidade.

Além do levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, a CPT denuncia a violência sofrida pelos diferentes sujeitos. Dentre os sujeitos sobre os quais a CPT registra os episódios/situações estão: assentados, sem

terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhadores rurais, garimpeiros e comunidades tradicionais (caiçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiros indígenas, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros), extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), atingidos por barragens (comunidades tradicionais, assentados, sem terra, camponeses, e outros, a exemplo de lideranças, sindicalistas, missionários e missionárias, pastoras e pastores, religiosos e religiosas, agentes da pastoral, aliados e ambientalistas.

Apesar de ter efetivamente começado a publicar o relatório/caderno Conflitos no Campo Brasil em 1985, no ano de 1982 a CPT publicou uma pesquisa nacional. Iniciado em 1970, o estudo se intitulava “CPT: Pastoral e Compromisso” com coedição da editora Vozes/CPT.

Até 1988 os registros eram feitos à mão, em fichas. Depois, foi criado um banco de dados dBase (até 1999), quando, em 2000, os dados foram migrados para o DataCPT em SQL server. Este perene trabalho alçou a CPT à única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre conflitos no campo nacionalmente, mesmo após a Fiocruz iniciar também um detalhado mapeamento.

Enquanto ação pastoral, a CPT tem sua raiz e fonte no Evangelho. Ainda assim, são aplicados procedimentos e metodologias, conceitos e temáticas que envolvem as equipes de documentação e os agentes de base da CPT, bem como movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos publicados no livro anual foram assumidos a partir da sua presença em leis, declarações, estudos e censos, conforme nos indicam os seus autores.

A documentação da CPT considera e distingue seis dimensões na sua publicação:

- a) Teológica (de acordo com a tradição bíblica);
- b) Ética (âmbito da ordem social);
- c) Política (para que o trabalhador seja protagonista da sua história);
- d) Pedagógica (para tornar a realidade conhecida);
- e) Histórica (para que a luta de hoje não caia no esquecimento);
- f) Científica (baseado no rigor, métodos e referenciais teóricos).

Os dados organizados em tabelas, gráficos e mapas são oriundos de formulários temáticos. Tais formulários compõem a base de dados da CPT e contém informações detalhadas sobre cada situação. Esses formulários são preenchidos por agentes da pastoral e

contém detalhes sobre a situação, como as fichas da Fiocruz, mas só ficam disponíveis para consumo interno.

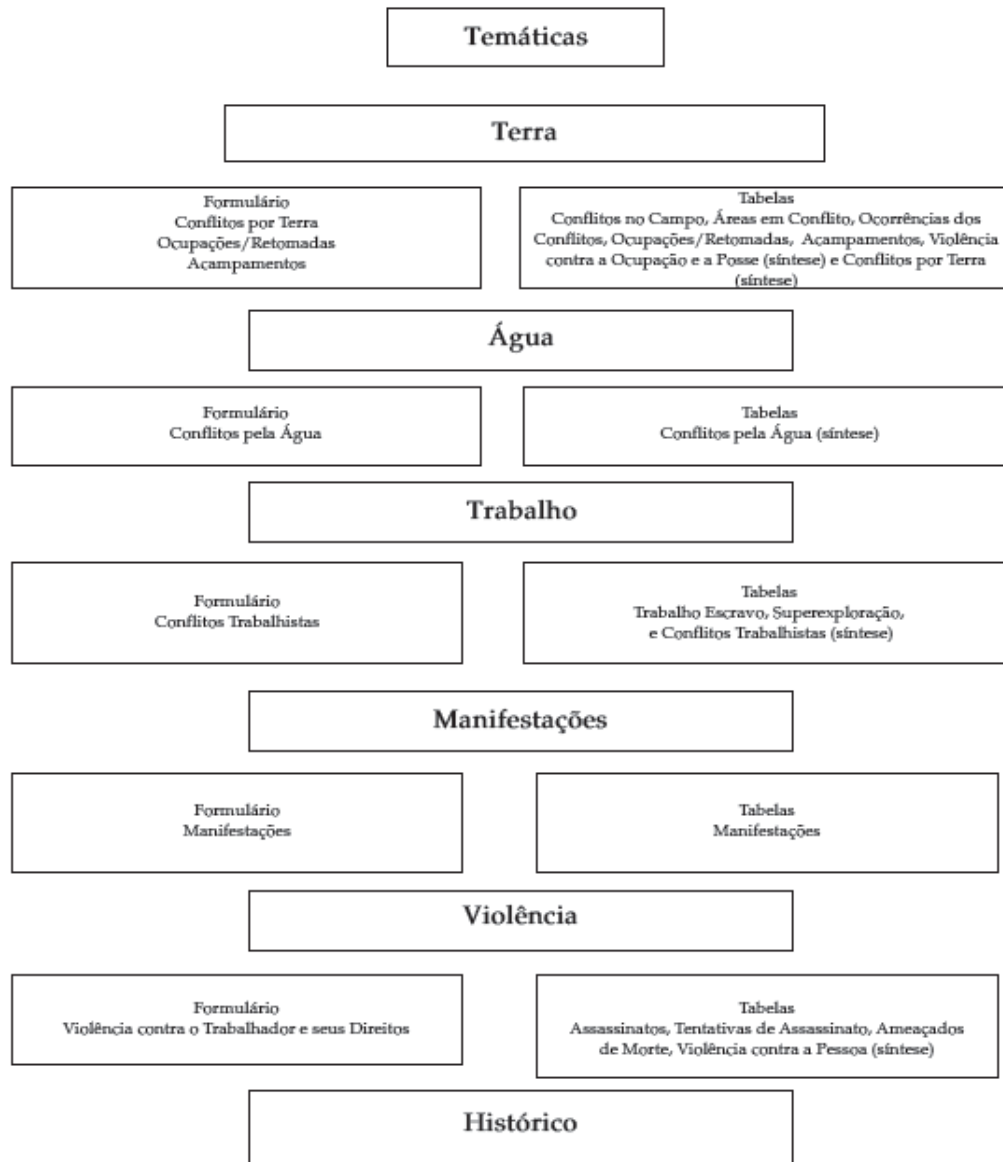


Imagem 4: Organograma com os temas documentados, nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros. Fonte: CPT.

Para cada conflito é elaborado um histórico com todas as informações, permitindo análises posteriores. Os dados são inseridos e corrigidos continuamente, incluindo ocorrências de anos anteriores.

A CPT utiliza fontes de informações primárias, incluindo agentes regionais; declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. As suas fontes secundárias são jornais de circulação

local, estadual e nacional; revistas, documentos oficiais, denúncias de movimentos sociais relatadas em seus veículos de comunicação, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros; levantamentos feitos em revistas e jornais; estas são confirmadas antes de se tornarem registros.

Cada caderno Conflitos no Campo registra conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos só voltam a fazer parte do relatório se tiverem algum desdobramento. Conforme já mostrado, os registros são divididos em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e conflitos sindicais. Cada tipo de conflito é conceituado na seção Metodologia.

O material estruturado no Banco de Dados – DATA CPT e disponibilizado no site da CPT teria características que o diferem do relatório impresso; essas diferenças não foram exploradas na presente dissertação.

A partir da nossa análise, notamos que o Caderno de Conflitos no Campo passou por algumas modificações ao longo dos anos. Por isso, cabe sempre ressaltar que as características acima demonstradas toma por base a última versão disponível no período em que o texto da pesquisa foi construído, ou seja, o ano de 2016 (Caderno Conflitos no Campo Brasil 2015).

De acordo com Dom Tomas Beduido, quando o caderno de conflitos completara 25 anos comemorava-se o cumprimento “de missão testemunhal e profética a serviço dos pobres da terra, dando-lhes voz e vez diante da violência do latifúndio apoiado no poder público” (CPT, 2010). Para o bispo, em texto intitulado “Testemunho e Profecia”, o caderno é respeitado pelo seu caráter de testemunha e detalha que, além dos “agentes-testemunhas” em todos os estados, a CPT recolhe criteriosamente notícias aparecidas na imprensa, as das entidades e até aquelas produzidas pelo governo.

O bispo, entretanto, admite que as informações contidas no caderno são um pálido retrato da realidade por haver mais situações do que se pode registrar. A isso Dom Beduido atribui à fragilidade da própria CPT e da imprensa que só noticiaria os grandes incidentes, bem como o fato da violência no campo ser naturalizada. Uma vez que os dados não representariam sequer metade das situações ocorridas no campo, ele salienta ainda que os fatos testemunhados “não são neutros, ao contrário, são muito polêmicos” (CPT, 2010).

Em decorrência disso, ele comenta, se justificaria as tentativas de homicídios, “queimas de arquivo”, praticadas contra os agentes que reportam os dados e contribuem para que haja as denúncias. No geral, os fatos denunciados ao longo da existência do Conflitos no Campo Brasil revelariam períodos de “sofrimento, de dor, de morte e de luta no campo”, mas

ao mesmo tempo “um anúncio eloquente da resistência, do heroísmo das conquistas camponesas e da indefectível esperança de ressurreição da vida” (CPT, 2010).



Imagem 5: Capas dos Cadernos Conflitos no Campo Brasil (2002-2014). Fonte: CPT.

A CPT analisa um crescimento em determinados tipos de conflitos e a isso atribui o fato, grosso modo, de que pouco se avança na resolução das situações conflitivas, pois são mantidas estruturas que as promovem: “relações sociais que excluem um número cada vez maior de pessoas da participação dos bens” (CPT, 2004).

Entretanto, quando a pastoral admite falhas na coleta e interpretação dos dados, presume-se que haja constante autoavaliação dos processos também de interpretação, culminando cada vez mais em melhores formas de divulgação do que acontece campo adentro. Assim sendo, é quase previsível que ocorrências passem a ser cada vez mais notificadas, já que a revisão no modo como se informa os conflitos implicaria em mais possibilidades de encontro com aquelas ocorrências que antes passariam batido.

Na leitura dos textos de apresentação dos cadernos, evidencia-se que a CPT lida com uma visão de conflitos não como uma forma necessariamente de assujeitamento dos povos atingidos, mas também como uma circunstância em que populações “heroicamente” suportam (ou são obrigadas a suportar) práticas degradantes e que lhes ameaçam iminente ou sumariamente.

Apesar de tudo, a CPT junto com os homens e mulheres da terra, das águas e das florestas, e suas organizações e movimentos, continua acreditando na força dos fracos, pois, como diz a pastora Nancy Cardoso, tomando emprestadas palavras de Cláudia Korol, que cita Roque Dalton: “Os mortos estão cada dia mais indóceis’, cada dia mais indóceis, cada dia mais rebeldes... e assim como o inimigo não deixou de vencer, os povos não deixaram de resistir e de criar novos espaços e possibilidades para viver os sonhos de mudar o mundo”. (CPT, 2013)

Em relação às fontes em que se baseia o caderno de conflitos, nota-se que há uma alta dose de conteúdo observado a partir de reportagens e textos outros da imprensa, mas não sem uma feroz leitura de como esse âmbito se porta perante as situações divulgadas de maneira tão vasta pela pastoral e de como contribuiria para alimentar o preconceito praticando contra os “pobres ativos”. “(...) com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião” (CPT, 2010).

Ao mesmo tempo em que se verifica, pois, uma valorização da imprensa como fonte de informação, percebe-se uma visão talvez hiperbólica - mas também coerente com a sua potência de contribuir para formar a opinião pública - de que a imprensa interfere ainda no processo de decisão política contra as populações que participam dos conflitos. Em contraponto, o caderno serviria para “abrir consciências” e sentir mais de perto a realidade do povo da terra e das águas, constituintes do espaço rural.

A não homogeneidade dos espaços rurais, a sua diversidade e a interdependência entre campo e cidade e o fato de que existe uma parcela significativa de brasileiros que vive nos espaços rurais são constatações suficientes para pensar que os mesmos se organizam para além da dimensão econômica das atividades dos sujeitos do campo e das estruturas que conformam o setor agrícola ou agroindustrial. A questão da terra, como alertam os bispos e pastores, não afeta somente o campo, mas é uma questão nacional e planetária.

E esses sujeitos na centralidade da discussão e que ocupam em geral o meio rural são, do ponto de vista geral:

[...] indivíduos, famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio e aos laços de vizinhança. É bem verdade que o trabalho nas atividades agrícolas constitui historicamente uma característica da população brasileira que vive no campo. No entanto, desde os anos 1960 (...) os assalariados rurais têm perdido sistematicamente seu lugar de moradia nas áreas consideradas rurais, sendo expulsos para as periferias das cidades. A permanência no campo depende, assim, cada vez mais de um vínculo patrimonial com a terra. Essas características revelam uma grande diversidade de situações concretas, que geram múltiplas identidades, dentre as quais: pequenos e médios produtores agrícolas, envolvidos em formas produtivas distintas; assentados da reforma agrária; trabalhadores assalariados, que residem em pequenos aglomerados rurais; comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombolas; povos da floresta em sua multiplicidade de expressões. (ALMEIDA, 1995 e 2008; BRANDÃO, 19177; GUSMÃO, 1996, WANDERLEY, 2011, p. 110)

O que caracteriza o meio rural, pois, é a diversidade de situações e de identidades, o que mostra a vitalidade desse espaço. Além disso, diz-se tem crescido a consciência dos próprios trabalhadores acerca dos valores da terra; ela passa a ser vista não somente como meio de produção e também como espaço de vida, realização e felicidade.

Reflexões científicas mais aprofundadas deram novos fundamentos às percepções de que a Terra comporta-se como um ser vivo, onde não só uma forma de vida está vinculada à outra, mas onde a vida, para existir, pressupõe relações quase que indecifráveis também com os seres vivos. Essa constatação científica coincide com a intuição de povos ancestrais, que viam a Terra como mãe e guardiã de mistérios relacionados com a possibilidade de compreensão do próprio ser humano. Indissociável dessa nova concepção da terra está uma nova concepção da água. (BOECKER, 2004, p.20)

Por todo esse breve acréscimo em relação ao que e a quem estamos chamando de rural(is), entendemos que a

dimensão agrária dos conflitos aparece marcada por fatores socioambientais e étnicos. O significado de terra passa a incorporar mais e mais a noção de território e os fatores identitários correspondentes, delineando novas perspectivas de mobilização e luta. (ALMEIDA/CPT, 2006, p. 16)

Conforme a própria entidade expõe, os cadernos lançados à opinião pública contendo informações sobre os conflitos no campo brasileiro seriam uma espécie de PNUD

¹⁰da problemática agrária, “esperado e acolhido, até por meios de comunicação nada propícios para a denúncia da injustiça rural e para a reforma agrária verdadeira” (CPT, 2006).

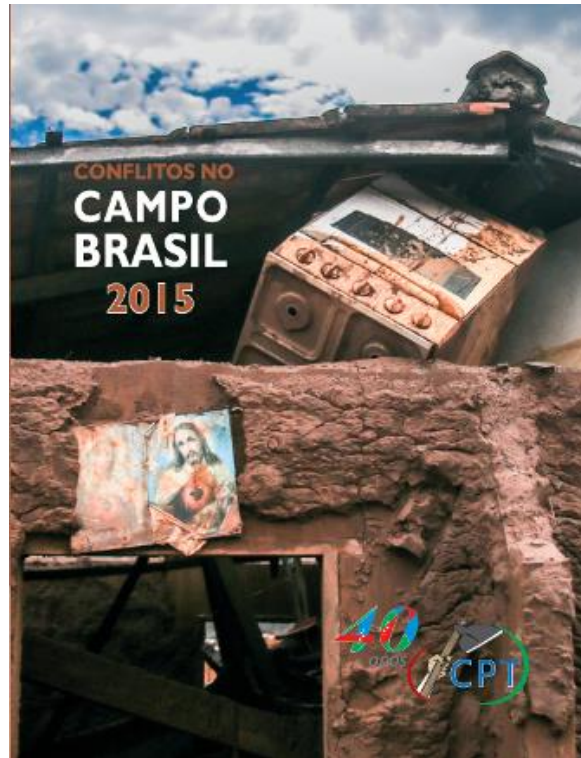


Imagem 6: Capa do caderno Conflitos no Campo Brasil 2015 que ilustra a tragédia ocorrida em Mariana (MG). Fonte: CPT.

É notório que questões atuais e também de alcance nacional apareçam documentados na publicação, e não somente as situações de “pequeno porte”, como é o caso do rompimento da barragem de rejeitos ocorrido em Mariana (MG). A situação da transposição do Rio São Francisco, da construção da barragem de Belo Monte, dentre outras situações são mais de uma vez aparentes nas edições, desde que se tornaram relevantes dentro da discussão sobre conflitos.

A repetição dos dados leva a entidade a ser acusada de morbidez e pessimismo. Ainda assim, a CPT admite realizar um pálido retrato da realidade.

A pastoral informa que enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo nem na cidade. O isolamento das comunidades, a falta de sensibilidade diante da situação dos trabalhadores e de um olhar mais atento impedem que a sociedade chegue ao conhecimento desta realidade, enumera a Coordenação Nacional da Pastoral.

¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao passo que os meios de comunicação através de seus produtos estruturam os cadernos de conflito e a CPT reconhece - e ataca - a postura da imprensa e dos meios de comunicação por promover distorções quanto aos conflitos, e tratar as pessoas nele envolvidas como réis, parece também ser uma força que ajuda a polarizar um debate distorcido promovido por ela. Mas do qual a CPT também depende para encontrar eco na sociedade e em determinados espaços em que seu trabalho ainda não é conhecido.

Como diz a CPT, os “poderes deste mundo” vêm satanizando as lutas dos camponeses e camponesas, através dos meios de comunicação, enquanto que a CPT cuida de exorcizá-los. Por traz dos dados que a pastoral da terra vem “religiosamente” mostrando, está uma situação grave ocultada.

“Vidas que tabelas, números e gráficos nunca conseguirão registrar, mas que é a realidade mais rica e mais doída destas vidas vitimadas e ameaçadas de muitas maneiras, às vezes por anos a fio” (Gallazzi, 2005, p.10). Afinal, “(...) números não são somente números. Eles trazem o estampido das balas, o cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura” (Gallazzi/CPT, 2015).

O que se pretende com a divulgação dos dados é provocar uma reflexão, prestar um serviço, que alcance toda a nação brasileira acerca do modelo de desenvolvimento mantido “a ferro e fogo”. “Por ser uma Pastoral de Fronteira, ela [a CPT] caminha e atua longe do poder, distante do planalto. Suas ações se concretizam na planície, junto aos que lutam por um pedaço de chão (...)” (CPT, 2015).

Nesse que seria um apoio intransigente aos povos da terra e das águas, o que a pastoral pratica é autodeclarado com sendo rebeldia, alimentados por esperança de “que um dia viveremos em plenitude”. Saliente-se que o caderno de conflitos não é endógeno às circunstâncias em que ela opera ativamente. Mas também se posiciona e contextualiza os fatos que pertencem à realidade no momento em que os dados são divulgados e ou processados.

Pauta-se, portanto, nas principais agendas socioambientais e políticas que interferem e ou podem interferir no agravamento das situações de conflito. Os conflitos aumentam ou podem se multiplicar uma vez que o cenário político se altera. Em 2003, por exemplo, na aguardada hora para reforma agrária, as ações bateram um recorde. Assim, avalia-se que os números também poderiam indicar rumos que estão sendo trilhados, já que eles se alteram conforme a agenda política do país.

Composição

E É SEMPRE a chuva
nos desertos sem guarda-chuva,
algo que escorre, peixe dúbio,
e a cicatriz, percebe-se, no muro nu.

E são dissolvidos fragmentos de estuque
e o pó das demolições de tudo
que atravanca o disforme país futuro.
Débil, nas ramas, o socorro do imbu.
Pinga, no desarvorado campo nu.

Onde vivemos é água. O sono, úmido,
em urnas desoladas. Já se entornam,
fungidas, na corrente, as coisas caras
que eram pura delícia, hoje carvão.

O mais é barro, sem esperança de escultura.

(Carlos Drummond de Andrade)

3.3. A vez da Fiocruz

Não raro, quando se diz que a Fundação Oswaldo Cruz presta um serviço de divulgação de conflitos socioambientais por meio de uma ferramenta disponível na internet, até mesmo professores/pesquisadores espantam-se. Poucos de fato sabem que a instituição atua num contexto ampliado de saúde e considera distintas dimensões em sua organização prática, incluindo o conceito de promoção da saúde aliado ao de justiça ambiental.

Reconhecida por promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, a Fiocruz é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Saúde e também a outros âmbitos do governo federal por meio de ações a nível internacional. A Fundação leva o nome do bacterologista Oswaldo Cruz, responsável pela reforma sanitária que erradicou a peste bubônica e a febre amarela no Rio de Janeiro, onde foi criada.

A Fiocruz pode ser considerada a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, sobretudo por seu relevante desempenho na pesquisa e ensino; na produção e inovação; nos serviços de saúde, bem como na comunicação e informação em saúde.

A história da Fiocruz se inicia em maio de 1900 quando é criado o Instituto Soroterápico Federal, no Rio de Janeiro, para fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica. A sua expansão não ocorreu somente para outras regiões do país - há unidades em 10 estados, mas também para outro continente: há um escritório em Maputo, Moçambique.

A partir do golpe de 1964, a Fiocruz foi atingida pelo chamado Massacre de Manguinhos, isto é, a cassação dos direitos políticos de alguns de seus cientistas. A partir de 1980, com a retomada da democracia, participou o isolamento do vírus HIV pela primeira vez na América Latina. Além disso, a Fundação produz conhecimento para o controle de doenças como a malária, Chagas, tuberculose, hanseníase, sarampo, rubéola, esquistossomose, meningites e hepatites.

Para se ter mais claro a importância da entidade para a saúde coletiva brasileira, a Fiocruz tem como missão o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). O seu objetivo é promover a saúde e a qualidade de vida da população brasileira, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação. Por esse motivo, a defesa do direito à saúde e a cidadania ampla são valores centrais.

Mesmo sendo uma instituição não-universitária, forma e qualifica recursos humanos para o SUS e para a área de ciência e tecnologia no Brasil. Dentre os temas em que a Fiocruz atua estão aqueles ligados também à violência, às mudanças climáticas e à história da ciência.

O desenvolvimento de produtos e processos como vacinas e medicamentos, métodos de diagnóstico e monitoramento da saúde do trabalhador estão na lista de desenvolvimentos da Fundação. A área de comunicação e a informação, da qual emerge o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fiocruz, é bastante estratégica para a entidade que contribui com a democratização de informações e conhecimentos na área da saúde, além de dar suporte à formulação e implantação de políticas, programas e intervenções no setor.

O Mapa de Conflitos foi construído por uma equipe do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fiocruz, mas a responsabilidade sobre a ferramenta é ainda da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), uma organização não governamental, sem fins lucrativos.

O Mapa tem a sua importância destacada por ser, segundo a Fiocruz, um tipo de monitor dedicado à interface entre saúde e ambiente que disponibiliza informações estratégicas sobre o tema à toda população. A sua montagem começou a ser feita em 2008 - sob responsabilidade da Fiocruz e Fase, a partir de cooperação iniciada em 2004 - e apoio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

Lançado oficialmente em 2010 com 297 conflitos em todos os estados, salvo o DF, o Mapa quer identificar, sistematizar e tornar públicos os conflitos provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental em locais onde estão ou serão realizados projetos econômicos e políticas governamentais. As informações mais gerais sobre a atuação do ICICT, o setor de comunicação e informação da Fiocruz, nos dá pistas das características técnicas da ferramenta digital e do contexto em que está inserida:

[...] o Iciict investe no desenvolvimento e na gestão de sistemas de monitoramento de informações, que selecionam, interpretam e divulgam – por meio de textos, tabelas, gráficos e mapas – dados ou indicadores de saúde, oriundos de diferentes fontes de informação. Além de promover o acesso livre à informação científica e tecnológica em saúde, essas iniciativas subsidiam a produção trabalhos científicos, disponibilizados para o público de forma interativa. Os sistemas são coordenados pelos laboratórios de

pesquisa do Iciect, muitas vezes em parceria com outras instituições. (ICICT, 2016)

O Mapa é, pois, um instrumento acessível a qualquer sujeito com internet, onde há mapas e quadros explicativos, fichas, gráficos e tabelas com dados e indicadores da situação dos conflitos país afora. Nele estão listados territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações, tornando “públicas vozes que lutam por justiça ambiental de populações frequentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia” (Fiocruz, 2016). A prática de uma ciência cidadã é que norteia o projeto.

Disponível por meio do domínio digital do ICICT/Fiocruz, o Mapa da Fiocruz exibe, obviamente, um mapa - os dados cartográficos são da Google. Esta ferramenta foi criada por uma equipe técnica do Instituto especializada no georreferenciamento de informações sobre saúde, utilizando-se do Google Earth como plataforma auxiliar de localização espacial dos territórios onde os casos estão inseridos. Na parte superior do site há caixas de busca com as opções “palavra-chave”, “UF”, “tipo de população” e “causa do conflito”.

Há, do lado esquerdo, a seção “Sobre o projeto”, com detalhes sobre a metodologia, resumo dos resultados iniciais e atuais e o expediente com a equipe responsável/envolvida na construção do Mapa. Abaixo, temos a aba “Produções”, contendo links de outras páginas na internet correspondentes ao Mapa de Conflitos, referências a obras, artigos acadêmicos ou divulgação científica, papers/comunicações, material gráfico e relatórios correspondentes. Na parte seguinte, “Participe”, há links úteis e um “fale conosco”, canal pelo qual o usuário pode contribuir com o Mapa.

Ao utilizar na busca a opção “UF” tem-se acesso a todas as ocorrências no estado selecionado. A partir daí, um novo mapa, desta vez com pinos na cor vermelha sobre determinadas localidades, nos indica quais são os municípios onde há conflitos envolvendo injustiça e saúde.

Ao clicar sobre cada ícone aparece uma caixa contendo detalhes com “UF”, “Município”, “Título” do conflito, “População atingida”, “Impactos e riscos ambientais” e “Danos e riscos à saúde”. Além destas informações, há links para visualizar outros municípios de algum modo atingidos pelo conflito, a “Ficha completa do conflito” e “Arquivos relacionados ao conflito”.

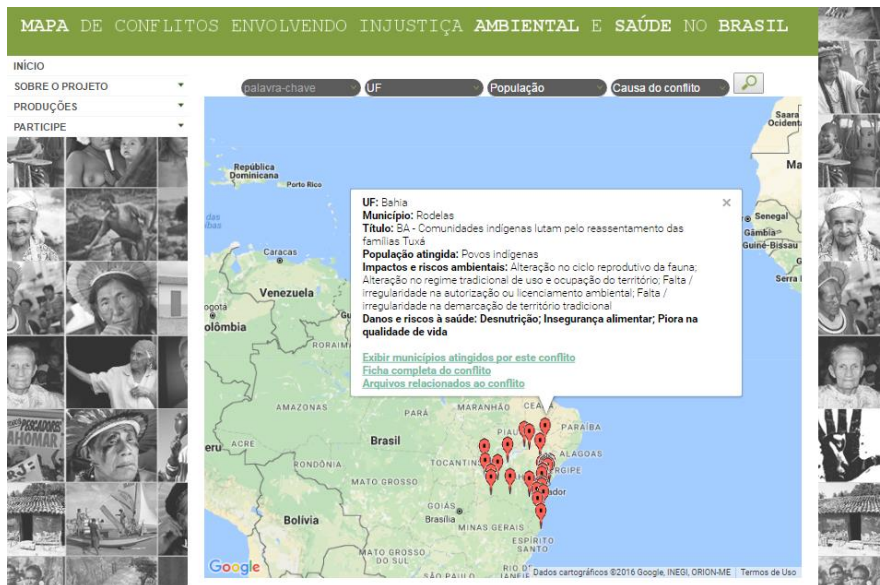


Imagem 7: Interface do Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil mostra, à esquerda, o menu que leva ao “Início”, “Sobre o projeto”, “Produções” e “Participe”. No topo, as caixas em cinza para a busca e em evidência a caixa com informações pontuais sobre o conflito na UF selecionada e links para mais detalhes. Fonte: Fiocruz.

Para obter mais detalhes da situação, basta clicar em “Ficha completa do conflito” e, além das informações básicas, lá está o contexto ampliado da situação, a cronologia e as fontes relacionadas à situação relatada, incluindo a referência aos principais documentos usados na pesquisa. De acordo com a Fiocruz, o estudo não aprofundou, “do ponto de vista técnico-científico”, os impactos ao ambiente e à saúde nos casos divulgados.

As informações são oriundas de “parcela expressiva das populações atingidas, seja a partir de suas experiências, seja a partir de relatórios e artigos desenvolvidos por entidades, ONGs e instituições parceiras, inclusive grupos acadêmicos, instituições governamentais, Ministérios Públicos ou órgãos do judiciário” (Fiocruz, 2016). Os casos relatados, todavia, não são categóricos, podendo haver incertezas e falta de informações.

Segundo a Fiocruz, não se tratam de “denúncias inconsequentes” ou “reducionismos”. As fontes:

[...] provêm, em grande parte, do acúmulo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), incluindo a experiência de suas entidades, suas discussões e seus Grupos de Trabalho. Dentre eles destacamos o GT Químicos e o GT Racismo Ambiental, sendo deste último um levantamento inicial do Mapa do Racismo Ambiental no Brasil. Parcela dos documentos que circulam na RBJA e seus GTs encontram-se disponibilizadas no Banco Temático, ferramenta construída pela FIOCRUZ e FASE acessível na internet que permite a busca e consulta de documentos. (FIOCRUZ, 2016)

No interior de cada ficha, precisamente na descrição das fontes, há a data em que houve a última atualização do conflito. Os casos começaram a ser documentados em 2006, embora as situações não tenham sido necessariamente deflagradas naquele ano.

Cabe-se ressaltar que o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde não está concluído. Os casos sistematizados não esgotam as várias situações existentes no país, embora reflitam um conjunto importante de ocorrências em que populações, movimentos sociais, entidades ambientalistas se posicionam contra projetos antagônicos.

O Mapa, conforme o seu coordenador Marcelo Firpo, emerge de um modelo hegemônico de desenvolvimento industrial capitalista - produtivismo, consumismo e “crescentismo”; de Globalização e comércio internacional desigual - neoliberalismo, desregulamentação, poder das transnacionais; comércio internacional injusto - produção sistêmica de externalidades negativas e conflitos ambientais.



Imagem 8: A página inicial do site passou por uma reformulação. Acima, a interface do site antes da reformulação ocorrida em 2016. Fonte: Fiocruz.

As informações do Mapa são “dinâmicas” e estão “em processo de aperfeiçoamento”. A sua proposta é ser aperfeiçoado, aprimorado, corrigido e complementado. “(...) ele é o momento inicial de um novo espaço para denúncias, para o monitoramento de políticas públicas e, ainda, de desafio para que o Estado, em seus diversos níveis, responda às necessidades da cidadania, respeitando e implementando a Constituição Federal” (Fiocruz, 2016).

Embora o principal responsável seja a Fiocruz, há parceiros - responsáveis por outros importantes produtos:

Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, construído pelo IPPUR/UFRJ; o Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal, organizado pela Fase Belém; os dados constantes da Nova Cartografia Social, organizada pelo pesquisador Alfredo Wagner; trabalhos realizados por universidades e centros de pesquisa como o GESTA/UFMG, UFCE, UFBA, UFMT e UFMS, dentre outros; os relatórios da Plataforma DESCH sobre direitos humanos, em especial a Relatoria de Meio Ambiente; e as contribuições de inúmeras ONGs e fóruns atuantes na justiça ambiental e na própria RBJA. Tais fontes foram complementadas pelo acesso a informações da mídia ou de instituições, incluindo Ministérios Públicos e a justiça, quando envolviam informações sobre ações ou processos em andamento. (FIOCRUZ, 2016)

A imprensa é frequentemente citada no texto das filhas e é elemento crucial para detalhamento das ocorrências – ela é um dos âmbitos que dão forma à narrativa construída pela Fiocruz para abordar os conflitos. Informações contidas em documentos oficiais, em textos desses mesmos departamentos, também aparecem referenciadas. Numa rápida checagem dessas fontes, nota-se que muitas estão disponibilizadas em formas de links e que, no entanto, às vezes não funcionam.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL

INÍCIO
SOBRE O PROJETO
PRODUÇÕES
PARTICIPE

palavra-chave UF População Causa do conflito

BA – Comunidades de Fundo de Pasto de Monte Santo lutam contra grileiros pela terra e pela vida

Estado: Bahia

Município(s) atingidos:

População atingida: Agricultores familiares; Comunidades de fundo de pasto

Danos causados: Piora na qualidade de vida; Violência - ameaça; Violência - assassinato; Violência - coação física; Violência - lesão corporal

Síntese do conflito:

As questões que se pretende abordar aqui passam pelos acontecimentos que levaram ao modelo de ocupação do território atualmente encontrado na região de Monte Santo, semiárido baiano; inicialmente, a exploração das riquezas naturais, a distribuição de sesmarias e, posteriormente, a instalação de fazendas para plantio de cana de açúcar e os engenhos que a beneficiavam (Torres, 2011).

O processo de apropriação das terras brasileiras no semiárido nordestino, iniciado pela Coroa portuguesa, criou as condições de existência de uma intensa concentração das mesmas, através da distribuição de imensas porções de terras - as chamadas capitães hereditárias -, e através da concessão de sesmarias. Em ambos os casos, a distribuição contemplava direitos relativos ao pertencimento a uma classe de privilegiados em detrimento daqueles que efetivamente quisessem se dedicar à produção agrícola.

O lugar onde hoje está localizado o município foi palco de um dos conflitos mais notórios da história do Brasil - a Guerra de Canudos, que ocorreu entre os anos de 1896 e 1897. Segundo Junior e Bursztyn (1982), os conflitos continuam, pois a situação fundiária local permanece quase inalterada, com a terra concentrada nas mãos de uma pequena e violenta oligarquia.

Dados da AREFASE - Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão, de 2009, demonstram que estes conflitos são causados, principalmente, pela grilagem sobre terras tradicionalmente ocupadas por inúmeras comunidades do município.

O modelo de ocupação adotado no Nordeste brasileiro foi a exploração em larga escala. Até o século XVIII, a exploração da região constituiu suas bases sobre a "grande propriedade fundiária, monocultura de exportação e mão-de-obra escrava" (Junior e Bursztyn, p. 5, 2008)

Imagem 9: Acima, a página com informações completas sobre o conflito, a ficha, aparece na parte inferior da tela e possui uma barra de rolagem a partir da qual é possível acessar o conteúdo completo. Fonte: ICICT/Fiocruz. Fonte: Fiocruz.

A Fiocruz considera em seu mapa somente conflitos deflagrados, baseados num modelo de desenvolvimento que gera as injustiças. Sobre noções de conflito, segundo a Fiocruz, ver Capítulo I.

Para a instituição, o Mapa tem como objetivo contribuir para democratizar a informação na busca por sociedades mais justas e sustentáveis. Além da ferramenta online, há

um livro chamado “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos”, publicado no ano de 2013.

Na obra constam oito artigos, além de anexos, apresentação, sumário, etc. com o contexto do Mapa e seu objeto de existência de maneira mais aprofundada. A obra tem organização de Marcelo Firpo, Tania Pacheco e Jean Pierre Lerroy, mas há textos assinados por outros pesquisadores.

Marcelo Firpo, pesquisador da ENSP/Fiocruz e coordenador do Mapa, em 2014, falou em entrevista ao “Água Mole, Terra Dura” que mesmo com números tão expressivos, muitas situações de Injustiça Ambiental ainda permanecem invisíveis no inventário. “Certamente, o Mapa só revela conflitos instaurados, com mobilizações e processos de resistência. Há inúmeros casos de injustiças que permanecem sem conflitos, ou com conflitos latentes pela falta de mobilização e a grande vulnerabilidade das populações atingidas”.

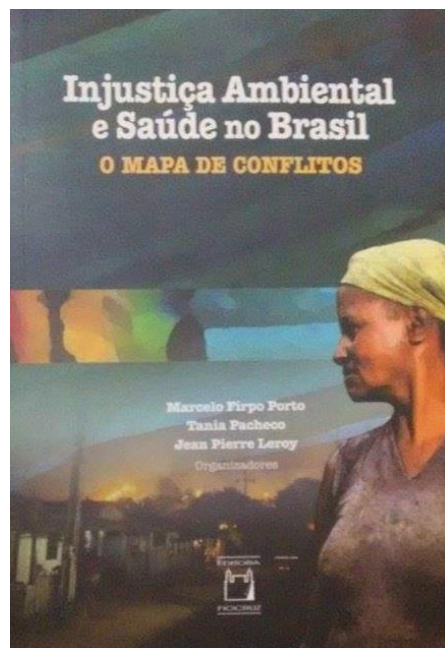


Imagem 10: Capa do livro “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos”, publicado no ano de 2013. Fonte: Fiocruz.

A primeira parte da obra irá tratar da metodologia e dos resultados do Mapa, com uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. O segundo texto versa sobre o racismo ambiental intrínseco aos casos relatados, enquanto o terceiro se dedica à discussão sobre os povos e comunidades tradicionais e seus visados territórios. O quarto capítulo discute as chamadas zonas de sacrifício urbanas em contraponto ao agronegócio químico-dependente. O quinto capítulo aborda a injustiça ambiental imanente à mineração siderúrgica; o sexto, a

relação entre capitalismo e energia, enquanto que os dois últimos falam refletem sobre continuidades do Mapa e perspectivas para a ferramenta.

Segundo Faustino *et al.* (2013):

[...] o mapa convoca a sociedade a tomar ciência e reavaliar sua visão sobre conflitos socioambientais e sobre as lutas sociais e seus sujeitos mobilizadores nele refletidos, que não só reivindicam o direito à existência ‘inteira e particular’, mas também trazem consigo diferentes formas de entender a realidade e nela intervir. (FAUSTINO *et al.*, 2013, p.257)

Adiante, a autora irá nos falar que o exercício soberano da cidadania ocorre quando se é capaz de interferir no debate público e nas práticas relacionadas ao modelo dominante de desenvolvimento. Há, ademais, uma concepção política e metodológica que justifica a existência do Mapa deste modo e não de outro.

Mesmo colaborando com a “quebra de silêncio”, há limitações referentes a conhecimentos acumulados, habilidades técnicas, capacidade de gerar informações e construir argumentos; organização das populações atingidas; instituições públicas; sociedade civil organizada; militantes políticos; e até mesmo indivíduos não organizados [...]. (FAUSTINO *et al.*, 2013, p. 258)

O mapa, conforme explica no livro, organizaria e reinventaria a democratização das informações. Na ferramenta estão envolvidos não somente os atingidos, mas também organizações de apoio a eles, incluindo movimentos e militantes sociais, pesquisadores e estudiosos. Além desses, trabalhadores vinculados às empresas implicadas nos conflitos e organizações religiosas.

O Mapa e o livro são elementos de uma narrativa que a Fiocruz vem construindo também por meio de outras ações de divulgação para comunicar os conflitos socioambientais cujo impacto na saúde é, no mínimo, provável. Olhamos para esses dois materiais como se não existissem em separado, até porque se complementam. Nesta análise, consideramos todos os textos que explicam o Mapa de Conflitos, tendo em busca aproximações com o Caderno de Conflitos da CPT e cruzamentos que revelam um esforço recidivante de tornar públicos os dados.

Do mesmo modo que dissecamos os Cadernos da CPT buscando olhar para o contexto, e não tanto para os dados, no caso da Fiocruz também prestaremos mais no “como se diz”, do que “no que é dito” precisamente. Este trabalho não é tão somente um esforço de

cruzar dados, analisar números. Também não é necessariamente uma fuga à lógica de arquivo/inventário que permeia as duas produções.

Com o Mapa e com o Caderno buscamos extrair quais elementos, mais ou menos frequentes ao longo de suas metodologias, textos explicativos de apoio, apresentações, anexos, referências nos dão indícios de uma narrativa (esta não necessariamente textual, descritiva, explicativa) de que há conflitos socioambientais sérios no Brasil. A narrativa da qual nos referimos se constata nos elementos não extraídos *a priori* da leitura, mas percebidos justamente no contato cuidadoso com os materiais impressos.

Nem se a humanidade assumisse a forma de gota entenderia que a água doce enfrenta declínio quantitativo e degradação qualitativa. São esses dois aspectos que definem a crise da água no mundo (Marques, 2015, p. 11). No Brasil, cientistas alertaram para a tal crise durante todo o ano de 2015. Especialistas em hidrologia e áreas afins, segundo reportagens, nos advertiam para a necessidade de mudança radical no manejo de recursos hídricos. Seguimos até o enjoo das reportagens, carentes de credos que nos ensinassem que a água é “nossa irmã”.

3.4. Encontros entre o Caderno de Conflitos e Mapa de Injustiça Ambiental

Com efeito, revela-se no Mapa de Conflitos e no Caderno de Conflitos uma função “esclarecedora” da ciência. Argumentos científicos aparecem e tornam-se parte integrantes de uma narrativa que tem em vista encorajar as vozes e os relatos dos conflitos socioambientais. Evidenciam-se trechos que, na tentativa de contrapor-se a uma visão tecnocientífica, acabam por sustentá-la.

Enquanto que nas páginas do Caderno de Conflitos a ciência aparece mais frequentemente numa dupla hélice ao lado da dimensão teológica, as linhas que privilegiam o lugar da ciência na metodologia do Mapa aparece, talvez de forma mais expressiva, com um uso mais “político”. A Pastoral grifa a dimensão política como uma orientação para elaborar o caderno. No entanto, ela se dissolve por toda a proposta, enquanto que no Mapa se nota de maneira mais denotativa.

De outro modo, as situações conflitivas inerentes ao tecido social não se fariam percebidas? Precisaria, então, do caráter “adensador” da ciência para que os conflitos sejam levados a sério por uma parcela da sociedade com incumbência de mediá-los?

Desde quando o “rigor” aparece como valor mais imediato a ser incorporado da ciência? De que meio científico se extraem esses caracteres que reforçam/justificam tanto a existência do Mapa, quanto do Caderno? E porque aparece não somente como procedimento de coleta e interpretação de informações, mas como indispensável para contradições sociais desfocadas para a maioria das pessoas?

O que se nota, antes como fenômeno, e que já existe como ação concreta e real, tende a ser validado por uma categoria de cientistas engajada em determinadas situações, mas que entendem a sua posição como lugar cognitivo mais privilegiado para se fazer chegar a público ocorrências imediatamente diminutas ou inexpressivas do ponto de vista de seus envolvidos. Com isso, elaboram uma narrativa não somente baseada em documentos, mas em enunciados sociais, já que a ciência não é considerada a melhor esfera para histórias emergirem.

Eis que apareceriam algumas contradições. Ao mesmo tempo em que a ciência fica saliente nos arquivos de divulgação sobre os conflitos socioambientais da CPT e Fiocruz, notam-se outros indícios – recorrentes – de que a ciência, à medida que se realça, oculta outros itens da narrativa. Apesar de admitidos, outras peças que estão presentes no corpo narrativo não são tão translúcidas assim.

Nota-se, nos trechos destacados, “uma visão especializada, fragmentada e tecnicista de produção de conhecimento”, entretanto, que endossa um discurso dos “menos favorecidos”. A ciência que está exposta em métodos e na escolha política também se denota nas referências, embora os documentos que figurem como fontes não sejam necessariamente resultados de pesquisas científicas.

Há, na verdade, uma preocupação em dar o caráter científico, e a esse esforço somam-se as tabelas, quadros, gráficos que seguem com análises de peritos e ativistas com experiência no respectivo tema.

A verve científica no Mapa e no Caderno remete, não estranhamente, ao que Steven Yearley (1992) irá chamar de profunda dependência que o movimento ambiental tem da evidência científica e da perícia científica – ao mesmo tempo em que muitos dentro do movimento verde desconfiam da ciência e também da tecnologia.

Considerados saberes canônicos, a ciência e a religião que permeiam o Caderno de Conflitos – um documento de importância ambiental por expor lutas no campo que são também lutas ambientais, não necessariamente reivindica base científica, mas a outorga. Essas mesmas credenciais científicas demonstram-se no Mapa de Conflitos.

Se, na perspectiva de Yearley, movimentos verdes/ambientais considerariam sobretudo aspectos morais, enquanto que a ciência, aspectos empíricos, podemos dizer que as lacunas existentes em privilegiar um outro não se revela necessariamente nas narrativas elaboradas por Fiocruz e CPT. Isso porque ambas as instituições combinam distintas “autoridades” para informar sobre os conflitos, não somente ciência, religião (aspectos teológicos), como também critérios morais, políticos, pedagógicos, históricos e, como veremos mais adiante, culturais.

Ainda que visões científicas e a autoridade científica tenham sido fundamentais para o desenvolvimento organizacional de movimentos ambientais (Yearley, 1992, p. 513), os:

[...] juízos dos cientistas vão inevitavelmente além das provas em que se baseiam, de modo que a autoridade científica não pode ser justificada por um simples apelo aos seus fundamentos factuais (...), mesmo sua base factual não conceda à ciência uma autoridade indubitável. (Ibidem, p. 516)

Para o autor, o conhecimento científico depende do juízo e da interpretação e essa dependência – no seu estudo, focada no movimento ambientalista em relação à ciência – não

é, em si mesma, capaz de oferecer acesso direto à autoridade. No caso do Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde e caderno Conflitos no Campo, não o seriam dependentes da ciência de uma forma exclusiva quando se observam saberes ocultados.

Se para Yarley a explicação é filosófica e sociológica, para nós ela é, sobretudo cultural.

Em parte, a explicação é filosófica. O conhecimento científico é inerentemente aberto à revisão; ele é intrinsecamente provisório. Especialmente na vanguarda da ciência, é sempre possível que a verdade esteja em desacordo com as crenças atuais dos cientistas. Apesar do poder cognitivo da ciência, ele não pode oferecer apoio transcendental ou proposições substantivas particulares. Além disso, o movimento verde é dependente de considerações extra-científicas, morais. (YEARLEY, 1992, p. 529)

Ainda segundo ele:

O contexto social dos inquéritos legais encoraja a exploração das fraquezas epistemológicas da ciência (...). Juntos, esses atos sociológicos e filosóficos explicam por que mesmo um movimento social com profundo apoio científico experimenta dificuldades em conquistar as autoridades e provocar mudanças de políticas. Por sua vez, esta experiência de frustração - quando a ciência não consegue produzir os benefícios esperados - é susceptível de reforçar a atitude dos *green* de ambivalência ideológica em relação à ciência e de estimular a demanda ou alternativas de legitimação. A tensão entre a profissionalização científica das organizações de movimento e a busca de legitimações mais abrangentes deve continuar. (Ibidem, p. 530)

Nessa perspectiva, retirando-se a dose de ciência contida no Mapa e no Caderno que indica a existência dos conflitos e lhes atribuem causas específicas às populações, seja do ponto de vista da saúde ou não, o que sobraria? Sustentariam-se os argumentos de que são sérias o suficiente as ocorrências para, mais do que atenção pública, receberem intervenção de sujeitos com potencial/capacidade para mediar num segundo momento os conflitos? Quais são os demais argumentos? Em que se baseiam? Estão mesmo contidos dentro de “dimensões” expressadas em suas metodologias?

A edição Conflitos no Campo Brasil 2015 nos trouxe uma grata surpresa durante a escrita desta dissertação. O texto intitulado “Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada” marca o início de uma parceria entre a CPT e a Fiocruz na construção do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Desde que foi pensado, o escopo desta dissertação não previa que a aproximação proposta seria, digamos, confirmada na prática entre as duas instituições responsáveis pelos

materiais analisados. Embora já houvesse indícios de que uma referenciava como fonte de informação, nenhuma ação entre ambas foi deflagrada – ao menos não esteve relatada nos textos lidos.

Além disso, somente o comentário de um agente da CPT em conversa informal, no segundo semestre de 2015, indicava um “entendimento com a Fiocruz para uma parceria mais política, quanto à repercussão dos dados e empoderamento dos sujeitos dos conflitos”.

A Fiocruz e CPT são responsáveis, pois, por constituírem uma narrativa baseada na ciência - mas não só - para divulgar os conflitos e fazer com que a agenda sobre os mesmos figure a opinião pública e também a agenda política formal. Veremos quais itens constituiriam essa narrativa e por qual motivo ela talvez oculte outros elementos que desenham os protagonistas dos conflitos e seus mediadores.

Ainda que os elementos da narrativa constituída por CPT e Fiocruz alcancem a totalidade das situações documentadas em seus levantamentos, consideramos, sobretudo, informações sobre os conflitos por água. Uma vez que no Mapa de Injustiça Ambiental não há distinção entre os conflitos – somente no Caderno de Conflitos, consideramos somente as situações em que estão envolvidos ribeirinhos, pescadores artesanais e ou marisqueiras ou outros cuja relação com água esteja explicitada nos textos que contextualizam o Mapa, bem como nas suas fichas. A narrativa também se dá por meio de imagens mostradas especialmente no Caderno de Conflitos.

A maior afirmação de água em abundância se instaura como mito: A existência do reino perdido de Atlântida. Para nós importa pensar que nessa misteriosa cidade submersa jamais se ouviria falar em conflito envolvendo a água. É meio óbvio. Ali, há muito já responderam a pergunta se a água deve ou não ser bem mercantilizável, raiz de muitos conflitos.

Enquanto o mundo que não conhece Atlântida fica sem resposta; experimenta situações de disputa pelos recursos hídricos como se a Terra estivesse, como em Atlântida, repleta de semideuses da água. As Guerras da Água em Cochabamba (1999-2000) e em La Paz-El Alto (2005-2006), Bolívia, nos mostram o quão séria é a metáfora.

Quando notamos ainda que a própria existência dos conflitos pela água pode ser contestada dentro das assimetrias de poder existentes, entendemos que a origem disso reside na evidência de que o direito humano à água ainda é tema de controvérsia acadêmica (Bulto, 2015, p. 27). Talvez estejamos carentes da farta “imagem poética, que alimenta a filosófica estética”, conforme nos conduziu Xangai, com sua voz de um Nordeste que cultua a água.

4 A NARRATIVA QUE DESVELA OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra e o Mapa da Fundação Oswaldo Cruz possuem aproximações textuais, semânticas, subjetivas e culturais. Cruzamos as duas publicações e delas extraímos fragmentos de texto que, ora utilizamos nas nossas argumentações e contextualizações, ora analisamos como objeto propriamente, na busca por mais ou menos denotar a existência de uma narrativa baseada na ciência.

A contribuição deste trabalho opera no sentido de buscar verificar quais semânticas operariam nas publicações sobre conflitos e como a constante coleta e divulgação de dados que contribui para manter na agenda pública, talvez não no âmbito desejado – o de tomada de decisão política, no final das contas se vale de um procedimento metodológico padrão para acomodar uma diversidade de “atingidos”.

Ora, se ao lermos os cadernos da CPT temos a necessidade de ampliar as evidências sobre os conflitos, logo recorremos a trabalhos que mais ou menos prestem o mesmo serviço à sociedade. Nesse percurso, deparamo-nos com o livro/mapa da Fiocruz. Foi o caso desta pesquisa que, debruçada sobre os livros da CPT, já teria elementos para justificar a existência de uma narrativa. E por que então narrativa científica e o que tem as tais etiquetas a ver com isso?

Nosso argumento é que a Fiocruz e CPT elaboram um discursorobusto sobre a existência dos conflitos socioambientais/pela água e esta se aproxima daquela empenhada por pesquisadores ao tornar conhecido o problema da chuva ácida e do aquecimento global, como veremos adiante. Na leitura dos textos que contextualizam os dados publicados, vemos alguns elementos constantemente presentes e que faz com que insistamos na ideia de uma narrativa.

Os cadernos Conflitos no Campo Brasil publicados entre 2002 e 2016, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, existente numa plataforma online, bem como um livro impresso que discute as características e objetivos da ferramenta, são parte de um esforço empenhado para tirar o véu sobre; arquivar e ao mesmo atualizar os conflitos socioambientais brasileiros.

Tal esforço elabora uma narrativa sobre a existência dos conflitos socioambientais no Brasil, com fortes elementos ditos científicos e políticos, entre outros. Ao ser dissecada, a narrativa mostra-se estruturada por marcadores específicos, os quais demos nomes e explicamos por meio de fragmentos de texto, comparando o que nos contam a CPT, em seus relatórios, no encontro com o Mapa da Fiocruz.

Os elementos que formam a narrativa científica e política dos conflitos dizem respeito à escolha semântica para divulgar e/ou informar as disputas reconhecidas e validadas por essas instituições, seja por meio de justificativas baseadas em ciência, seja pela metodologia e a versão final de como essas informações são divulgadas (e padronização e sistematização de dados).

A narrativa alcança conflitos envolvendo distintas demandas ambientais, então o que nos serve para pensar os conflitos por água estende-se a outros tipos de conflito. Mas o esforço desta dissertação se manteve em como os conflitos pela água, precisamente, são divulgados a partir destas etiquetas narrativas e a que estas servem na narrativa como um todo.

Os marcadores ou etiquetas dão tônica à narrativa principal, percebida nas leituras continuadas dos arquivos/publicações da CPT e Fiocruz. Não eram marcadores/etiquetas prontas, já dadas. Seus nomes, suas características e “simetrias” foram construídas por meio de um trabalho sistemático de inventariar falas recorrentes e perceber o não dito nessa narrativa (talvez menos neste último, até porque o trabalho estava fortemente conectado com outros referenciais, mais tarde postos de lado). Fizemos a sistematização das informações obtidas dos materiais por meio de tabelas, considerando cada edição lançada por CPT, desde 2002, e a única edição em livro do Mapa de Conflitos, que conta também com uma plataforma online, em que nos valem de textos complementares. À esquerda da referida tabela organizamos o nome da etiqueta previamente idealizado (algumas foram dispensadas, então podem haver outras não listadas) e, à direita, trechos que reproduzimos para embasar nossa percepção de como a narrativa é categórica, não linear e, ao mesmo tempo, ambígua.

É ambígua por ser uma história com personagens, mas ao mesmo tempo sem eles; por ter forte relação com a imprensa/meios de comunicação no sentido do que produzem como evidência a favor ou em desfavor da “causa” da Pastoral e Fiocruz. Pouca luz é lançada sobre as histórias de vida e sobre outras demandas das populações.

A narrativa contém a história sobre embates vinculados a demandas ambientais reais. Uma história mediada por diferentes sujeitos (aqueles coletam as evidências, aqueles que as organizam e os que irão interpretar os dados em ensaios e artigos). E, ao menos nos fragmentos lidos, praticamente nenhuma presença expressiva de quem estaria assujeitado às mazelas mostradas em dados.

Existem, óbvio, escolhas e limitações de construir uma realidade da qual não se tem testemunho necessariamente (conflitos costumam operar veladamente e mobilizações nem sempre contam com coberturas documentais) e também até que ponto isso tornaria mais

ou menos válida a existência da narrativa? Não temos a intenção de responder ou criticar o que a Pastoral e Fiocruz não dizem.

O caráter de crítica envolveria adensar a análise e conhecer mais detidamente as condições de produção das publicações e esse nunca foi o objetivo do trabalho. Do ponto de vista do reconhecimento/valorização do que prestam Fiocruz e CPT ao divulgarem os dados, o fazemos quando nas nossas próprias argumentações elegemos trechos extraídos dos arquivos lidos.

Não se trata, daí, de questionar a legitimidade do valioso trabalho documental da Fiocruz e Pastoral que, dentro de um contexto maior, no qual repousam, por exemplo, interesses específicos das instituições, promovem demandas de povos com vidas impensáveis. E que, ao mesmo tempo, continuarão impensáveis se mais depoimentos e menos números, mais histórias e menos tabelas virem à tona. A narrativa não pode ser mais importante do que a denúncia. Nem a denúncia pode pressupor interpretações que escapem do que já é conhecido e aguardado por quem conhece os dados dos conflitos.

O que estamos chamando de narrativa é um maciço textual - ampliado por ações outras desenvolvidas pelas instituições autoras - com uma pauta muito bem delimitada: os conflitos socioambientais nas zonas rural e urbana do país. Nosso olhar é que prioriza aqueles que acontecem por causa da água, que foi ou pode ser comprometida. Nos textos lidos, predominantemente os da CPT, até pela experiência no assunto, essa era a pauta buscada e o que fez com que não tivéssemos que rastrear a média de 200 páginas por edição, de 2002 para cá.

Somando-se os elementos narrativos, mais à frente listados, percebemos, então, que a história contada no Mapa e Cadernos é montada em camadas. É bom que se frise: são publicações individuais, cada uma desvelando casos de um jeito particular. Isso nos levaria a pensar que não existe, então, uma narrativa sobre conflitos, mas “narrativas”. Quando falamos em maciço textual, todavia, não desprezamos as tais camadas que, ao serem sedimentadas, formam a narrativa.

Apossamo-nos de “narrativa sobre conflitos” (no singular) por que entendemos que caderno e mapa são como uma solução, ora mistura única, se agitada, ora bifásica, se mantida sob inércia. Por outro lado, o que se conta dos conflitos pela água mediante argumentos de ciência e política pode ocultar, em nosso entendimento, traços culturais relevantes e não decalcados, incluindo assimetrias que fazem entender o próprio sentido dos conflitos. Como explicado no Capítulo I, as disputas ambientais são fortemente marcadas por diferenças de interesses deflagradas ou veladas, a partir de um mesmo objeto.

Credo das águas

Creio em Deus Pai criador da vida que nos amou e nos deu nossa irmã água para que todos tenhamos vida em abundância.

Creio em Jesus, nosso irmão, que nas águas do Batismo recebeu o Espírito, venceu as águas assustadoras do mar, ensinou-nos a dar de beber a quem tem sede, a lavar os pés uns dos outros e que por nós derramou todo seu sangue até a última gota de água.

Creio no Espírito Santo de Deus que os faz testemunhas da ressurreição de Jesus e nos faz irmãos capazes de cuidar da água da vida, combatendo o desperdício e a poluição.

Creio na Igreja de Jesus, comunidade comprometida em lutar contra toda as formas de concentração das riquezas nas mãos de poucos, sinal evangélico da vida abundante que Deus quer para nós e de seu amor.

Creio que a água é patrimônio da humanidade, direito de todos e deve ser usada, em primeiro lugar, para garantir a vida das pessoas e dos animais.

Creio que a água não pode ser objeto de ganância, cobiça, corrupção e lucro, mas elemento vivo de fraternidade.

Creio que é necessário cuidar da água, Dom de Deus, evitando o desperdício e a contaminação, para que ela esteja para sempre a disposição da humanidade.

Creio que um dia todos e todas nós chegaremos à nossa Jerusalém e beberemos do rio de águas vivas que é a vida eterna.

(Sandro Gallazzi - CPT, 2015, p. 10)

4.1. Características gerais da narrativa científica

A noção de “narrativa” em que inicialmente nos apoiamos foi percebida no capítulo “Cientistas e Agenda Setting” da obra *Ciência e Política Ambiental*, cuja autoria é de Ann Campbell Keller. No livro, Keller descreve o assunto a partir da percepção de narrativas científicas que tornaram públicos os fenômenos da chuva ácida e do aquecimento global, e de que maneira ambas as histórias contribuíram para que os respectivos problemas ambientais ocupassem a agenda política formal nos países em que tiveram repercussão inicialmente.

Esta dissertação não se dedicou a notar se as narrativas sobre conflitos socioambientais, sistematizadas por Fiocruz e Pastoral, compuseram a agenda formal brasileira efetivamente – o que, aliás, sugere abertura para novas investigações. Muito embora nos arquivos estejam claras as interlocuções com atores que possam mediar, principalmente no âmbito das políticas públicas, as ocorrências relatadas.

No final das contas, a CPT e a Fiocruz teriam como intenção que, além de conhecidos, os conflitos possam ser entendidos não como fenômenos constitutivos da sociedade, mas como ocorrências forçadas por distorções político-econômicas e culturais. Principalmente se considerarmos os entendimentos naturalizados por empresas e até tomadores de decisão política acerca do modelo de desenvolvimento atroz em vigência e estruturante das nossas vidas.

Posto isso, Keller nos avisa que a narrativa científica é assim chamada por fazer, obviamente, endosso da ciência. Em nossa visão, dando a entender que as situações narradas – no caso, os conflitos socioambientais protagonizados principalmente por populações rurais – precisam de sustentáculo, pois de outro modo seriam preteridas, descaracterizadas, desacreditadas ou mesmo ocultadas.

A ciência, como veremos nas linhas que seguem, aparece na função de explicar o problema; uma característica comum às narrativas do aquecimento global e chuva ácida. Isso já nos dá pistas de que noções de ciência circundantes nessas histórias estão fortemente repousadas nos ideais positivistas.

Um tipo específico de narrativa científica, então, é conduzido por cientistas/pesquisadores que fornecem um mapa conceitual sobre determinado tema, o qual inicialmente estará alheio ou totalmente isolado do mundo político. No caso da narrativa constituída sobre os conflitos, na verdade, os argumentos políticos estão bem denotados e repetidos já na elaboração da história que se conta acerca das disputas pela água. Algo percebido, aliás, não apenas quando tomamos contato com os objetivos das publicações da

CPT e Fiocruz, mas também quando somos introduzidos ao conteúdo que contextualiza os dados coletados e que compõem as estatísticas.

A autoria da narrativa científica e política acerca de disputas ambientais também inclui sujeitos atuantes em outros âmbitos; não apenas as instituições acadêmicas. A dose de religião existente na narrativa indica que os conflitos socioambientais só podem ser lançados a conhecimento público se antes forem digeridos e embalados de saberes canônicos (ciência e religião), os quais os despem de invalidações arbitrárias.

Com base na leitura de Ann Keller, os cientistas antecipam e reagem aos atores não cientistas, conferindo ou indeferindo o estatuto de ciência circulante na narrativa. Aqui cabe dizer que Keller observou a composição de uma narrativa em eventos científicos, reportagens em jornais, além de resultados em relatórios, dentre outros. Nesta pesquisa, consideramos somente a narrativa composta em um âmbito muito específico: o das publicações da Fiocruz e CPT sobre os conflitos socioambientais. São textos, números, dentre outros documentos/arquivos publicados e acessíveis ao público, seja em meio impresso ou e/ou online.

Ainda que obtenha o status de “científica”, a narrativa baseada na ciência, conforme já sugerimos, pode não ser um produto objetivo de investigação de cientistas e pesquisadores ou pode ainda não montar um mosaico estritamente baseado em certezas ditas científicas. Nos casos observados por Keller, os argumentos causais sobre aquecimento global e chuva ácida foram cientificamente elaborados e postos dentro de uma história ampliada de declínio e controle. Semelhante aos cientistas divulgadores do aquecimento global e da chuva ácida, os atores da CPT e Fiocruz se tornaram porta-vozes legítimos dos conflitos socioambientais ocorridos no Brasil, argumentando também que esses representam uma questão política relevante.

Incerteza e potencial de danos são dois pontos importantes dessa narrativa que chama a atenção para perguntas das quais cientistas e políticos são convocados a responder. No caso da narrativa sobre os conflitos, os cientistas que não assumem a autoria da narrativa necessariamente convocam os tomadores de decisão a responder.

Mesmo com forte dose de elementos científicos, há comentários políticos, religiosos e culturais na narrativa, não havendo evidência empírica para compor todos os argumentos causais. É como se o próprio Mapa e os Cadernos fossem a tal evidência e por isso se estruturaria baseada na ciência para obter essa conformidade que geralmente é prezada no âmbito político que costuma inviabilizar os conflitos em menor escala, sobre os quais Fiocruz e CPT mais falam.

A narrativa científica, por esses motivos, deve ser observada com ressalva e sem o status de objetividade recorrentemente atribuído ao meio científico. Não existe uma única natureza dos eventos agrupados em um contexto significativo e que compõem a história. Keller nos disse que uma narrativa desse tipo pode estabelecer um acontecimento como problema político, alocar a culpa e pontuar possíveis soluções. Por pressupor uma resposta política, continua a autora, requer elementos prescritivos, e não apenas descritivos.

Ademais, essas narrativas fornecem contexto para um determinado problema e funcionam como veículo para encaminhar reivindicações científicas até a arena política, sem necessariamente uma explicação ou fundamentação robusta. As descobertas, nos alerta Keller, são muitas vezes imprecisas.

A autora nos avisa que narrativas baseadas na ciência fornecem explicações causais e relatam de que maneira se devem julgar os eventos ligados ao problema em questão. Mesmo a ciência não sendo o campo mais comum para a contação de histórias, há uma confiança atribuída à informação científica. Os fenômenos são frequentemente apresentados como se fossem inteiramente factuais, repousando sobre a autoridade da ciência. No caso dos conflitos, ainda estão amparados por discursos religiosos, sobretudo cristãos.

A narrativa baseada na ciência e política constituída pelos Cadernos e Mapa possuem elementos que tornam ainda mais complexas as características iniciais apresentadas por Ann Keller. Por meio de análise de conteúdo pudemos eleger algumas categorias nos relatórios publicados pela Pastoral da Terra.

Concentramo-nos em textos de “Apresentação”, “Metodologia”, “Seção Conflitos pela água/Conflitos em tempos de seca”, “Notas emitidas pela pastoral” e também em excertos avulsos que contextualizavam a situação dos conflitos no Brasil, em 14 relatórios Conflitos no Campo Brasil. No caso da Fiocruz, somando-se as informações do mapa efetivamente, junto com os textos de apoio online e do livro que explica a ferramenta, identificamos alguns cruzamentos com o material da CPT.

As etiquetas narrativas foram percebidas no “Prefácio”, “Apresentação”, “Metodologia” e textos avulsos do livro “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O mapa de conflitos”, assim como em fragmentos publicados no site em que o mapa pode ser acessado. Conforme notamos, quantitativamente existem pelo menos oito itens que compõem a narrativa sobre conflitos da CPT e Fiocruz.

No caso da primeira, percebemos a existência de marcadores sobre a “situacionalidade dos conflitos”, referentes também à “representatividade dos dados divulgados”; “compromisso com os mais vulneráveis”; “noções de ciência”,

“citações/considerações sobre religião” e posições definidas sobre os “papeis da imprensa/dos meios de comunicação”. Além desses, a Fiocruz destaca “aspectos políticos” e uma “visão ampliada de saúde” imanente aos conflitos.

As etiquetas ou os elementos narrativos, como se vê, estão em sua maioria presentes nas duas “histórias”. Outras foram mais específicas da CPT ou Fiocruz, entretanto, complementam-se. É provável que se questione a expressividade dessas etiquetas narrativas e até que ponto elas sustentam-se. Bom, elas nos servem para entender mais a fundo como a narrativa principal é montada e, mesmo que haja desacordo em relação aos nomes escolhidos, eles são fruto de trabalho interpretativo – rigoroso na busca pela sustentação, mas que pode também ser lido de outras formas.

As “noções de ciência” presentes tanto nas definições descritas, quanto na forma final adquirida e assumida pelas publicações da Fiocruz e CPT nos levam a notar que a ciência é, talvez, um tipo de embalagem e ainda regula os documentos. É de fato o que endossa os argumentos e explica muito sobre como as informações são organizadas, metodologicamente falando. Ao analisar este componente da narrativa, vemos uma posição sempre privilegiada, ainda que problematizada, do âmbito científico.

As posições definidas sobre os papeis da imprensa e dos meios de comunicação, apontados como fonte e, ao mesmo tempo, contraponto, se justificariam no argumento de que muitas vezes jornais descaracterizam os atores dos conflitos, ao mesmo tempo em que são responsáveis por tornarem diversas situações públicas, antes de qualquer sistematização robusta ou documental, como é feito nos relatórios e mapa.

A situacionalidade dos conflitos é outro traço característico da narrativa sobre conflitos, encontrado tanto nos cadernos, quanto no mapa. Nesse aspecto, pode haver a intenção de adequar os casos relatados ao contexto ampliado, constituindo uma visão sistêmica que recupera o passado, atualiza a narrativa e faz projeções para o futuro. “Como um rio que tem um longo percurso até o mar, muita água vai mover os moinhos dos conflitos. Infelizmente” (Malvezzi, 2008, p. 99).

Os mapas, tabelas e outros formatos que caracterizam as publicações sobre conflitos estão entre as escolhas de sistematização das informações, sobretudo os números. No entanto, comumente é questionada a sua potência de acomodar as diversidades e complexidades inerentes aos sujeitos envolvidos nos conflitos e suas demandas. Os dados são significativos, evidenciam o esforço contínuo de divulgar os conflitos e a persistência dos mesmos, mas até que ponto eles mostram efetivamente o traço distintivo das pessoas que vivem em áreas onde se diz que há conflitos?

Outro quesito importante quando a CPT e Fiocruz apontam para os conflitos socioambientais remete a uma intenção, motivadora de todo o trabalho, de ajudar as pessoas vulneráveis socioeconomicamente a ter vez e voz na agenda sistêmica (já que a imprensa acaba repercutindo os casos divulgados no Mapa e relatórios) e formal (para que os políticos reconheçam as situações e ajam a partir das evidências trazidas nas publicações).

No caso específico da CPT, há forte presença de citações e considerações bíblicas, isto é, cristãs. A dimensão religiosa, traço peculiar da narrativa montada pela CPT, equivale de certo modo à dimensão da saúde imanente ao Mapa da Fiocruz, a qual aponta para visão ampliada dos riscos à vida das populações em áreas de conflitos.

O mito do “Planeta das Águas” se tornou tão crível quanto o de Atlântida. O que sobrou, além disso, foi a esperança em algo do plano espiritual. Como na crise de abastecimento do Sudeste, a conta caiu no colo de São Pedro. No entanto, “as crises na prestação de serviços públicos essenciais têm uma explicação mais prosaica, mundana, que não mobiliza forças divinas” (Le Monde Diplomatic Brasil, 2014, p. 3).

4.2. Etiqueta 1: Situacionalidade

Dentre as etiquetas narrativas, teríamos a situacionalidade como elemento que demarca a contextualização dos conflitos socioambientais, principalmente os ligados à água, a um cenário em que o uso dos recursos ambientais está constrangido por regras políticas escusas, pondo em jogo a sobrevivência de populações rurais e tradicionais. O elemento narrativo faz com que cada publicação/atualização sobre os conflitos não seja vista como pontual ou sazonal. A situação dos conflitos se abranda ou se intensifica, mas continua presente na realidade campesina e urbana (em menor grau) brasileira.

Quando destacamos esta etiqueta como sendo importante estamos dizendo que, além do fato de a CPT e a Fiocruz oferecerem sempre o contexto ambiental, social e político no qual estão inseridas as lutas locais, notamos que a narrativa ficaria solta, sem dimensionamento caso a “situacionalidade” não fosse apresentada. Digamos que falar da luta pela água num município do semiárido da Bahia, que já lida com o problema da extração de urânio, e não falar das controvérsias envolvendo o uso de energia nuclear no Brasil, ou não problematizar que a população já vivem em região de seca, parece não fazer muito sentido para Fiocruz e CPT.

Teríamos, pois, os conflitos socioambientais no geral como resultado de uma controvérsia mais dilatada: o modelo de desenvolvimento econômico vigente, segundo a CPT e Fiocruz. Não obstante, os conflitos acontecem *num momento em que as crises socioambientais se tornam cada vez mais planetárias e emblemáticas de uma crise civilizatória mais ampla* (Fiocruz, 2013, p.13), conforme nos aponta este trecho da Fiocruz.

A narrativa, pois, cuida de situar os conflitos como um dos problemas mais graves da nossa época. *Pesa a crise da água diante dos dados; o escasseamento da água, tanto em quantidade, quanto em qualidade; barragens, poluição por esgotos domésticos e industriais, agrotóxicos, desmatamento das bacias hidrográficas, uso intenso da água na agricultura irrigada, geração de energia elétrica, enfim, o que se convencionou chamar de “uso múltiplo das águas”, sem regras e sem cuidados impacta os mananciais, gera conflitos e ameaça o elemento fundamental para qualquer forma de vida. (...) Estamos envolvidos com a luta pela água de beber em todo o semiárido* (Malvezzi, 2003, p. 101).

A atualização dos dados sobre conflitos ocorre de forma periódica, já que as publicações são complementadas, seja com novas edições anuais, seja com acréscimos pontuais a depender dos desdobramentos ocorridos ou de novas situações que entram no radar da Fiocruz e CPT. Assim sendo, os números costumam ser dimensionados com anos

anteriores e revelados dentro de uma escala, muitas vezes, de crise, como por exemplo, reconhecendo que há uma “crise da água”. Pelo ano de referência é possível constatar a permanência do assunto nas páginas da Pastoral e Fiocruz.

Os termos grifados dão a ideia de que este contexto nem sempre se baseia em evidências, mas no que se convencionou a falar como causas ou consequências da falta de água. Mais uma vez, a ideia de crise da água aparece sem um adensamento de como os conflitos participam dessa crise. Digo, se a sua situação inflama a crise ou é decorrente da crise – o leitor pode se questionar.

Aspectos que repousam diretamente no âmbito político, como a Reforma Agrária, a Transposição do Rio São Francisco aparecem em mesma edição em que estão postas demarcações genéricas do valor da água para os atingidos, conforme os termos grifados. *Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda, que a Reforma Agrária finalmente iria acontecer. Por isso multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico (CPT, 2004, p.7).*

*

Quando a transposição do rio São Francisco tenta ser empurrada goela abaixo dos brasileiros e brasileiras, contra a opinião abalizada de técnicos e cientistas e daqueles que convivem no dia-a-dia com o grande “rio da integração nacional”, os conflitos em torno à água crescem e são graves, sobretudo os relacionados à construção de barragens (CPT, 2005, p.8).

*

A água está sendo vista e encarada como a grande riqueza deste milênio e por isso cresce a disputa pelo seu controle (Nadaletti & Cervinski, 2005, p.115).

*

Ao falar sobre “guerras pela água”, a CPT, neste caso, apresenta um contexto real. *As guerras pela água se tornam a cada dia uma possibilidade mais real. Afinal, estamos lidando com um dos sustentáculos da vida. A guerra entre árabes e israelenses, a batalha civil de Cochabamba, a situação crítica da Turquia, são algumas situações dramáticas que passam pelo uso e preservação da água (Malvezzi, 2006, p.142).*

Neste outro fragmento, opera a metáfora que serve, obviamente, para se ter noção de que o valor atribuído a água e é contexto mais ou menos do senso comum. *A abundância gera cobiça e mesmo esse bem essencial não escapa, antes tem se tornado uma das*

"mercadorias" mais cobiçadas do mercado, o "ouro azul", como querem que acreditemos. A tendência é, pois, aumentarem os conflitos por água (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.111).

*

Como um rio que tem um longo percurso até o mar, muita água vai mover os moinhos dos conflitos. Infelizmente. (Malvezzi, 2008, p. 99)

*

O contexto também pode ser marcado pelos estereótipos e por imagens que humanizam, mas não refletem, por si sós, a totalidade dos casos. E estatísticas de fontes oficiais geralmente sustentam comentários; neste caso, a Organização das Nações Unidas (ONU). *A velha cena das mulheres nordestinas carregando água na cabeça, ou das mulheres africanas ao redor de um poço, ou ainda as mulheres ribeirinhas caminhando para as beiras de rios para lavar suas roupas, pareciam cenas do atraso e do passado. O futuro sonhado é que todos pudessem ter a água ao pé de sua casa. A ONU afirma que quando a água está a mais de um quilômetro já é um problema (Malvezzi, 2009, p.82).*

Expõe-se o imaginário sobre os recursos hídricos, ao passo que se oferecem também explicações de como a própria Justiça acomoda as ambiguidades que levam aos conflitos; “ouro azul”, “dotado de valor econômico”, quando consideramos a Política Nacional de Recursos Hídricos¹¹. Fala-se em “tentativa de dominação das águas e das sementes” (CPT, 2004, p. 202). Por isso, as ocorrências aparecem também constrangidas pelo cenário político que tornaria urgente a Reforma Agrária.

Assuntos como a Transposição do rio São Francisco estão presentes na narrativa, assim como inúmeras outras questões emblemáticas da pauta ambiental nacional: Belo Monte, Mariana, etc. Se parte do problema é, pois, o governo, ele também será convocado a resolver. Daí, aparece a responsabilização do Estado Brasileiro, cuja condução das políticas de energia elétrica e hidráulica gera inúmeros conflitos – apontam as evidências da Fiocruz e CPT.

*

Conflitos que na outra ponta envolvem trabalhadores da construção das grandes obras. Como ressalta o texto que analisa estes conflitos, é o econômico que se sobrepõe a qualquer outra dimensão e valor da água (CPT, 2011, P.7).

*

¹¹ Texto completo disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>.

Os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo e, principalmente, os das comunidades tradicionais que vivem em torno da natureza e das águas (Pacheco, 2014, p. 97)

*

Vivemos uma transição de época e a questão da água se coloca na ponta dessa inversão. É hora da ética do cuidado com a água, assim como em relação a toda natureza. A economia não pode se colocar acima da ecologia, sob pena de não termos bases naturais – solos, água, clima, temperatura – para continuarmos aqui. Os fatos não permitem tergiversações (Malvezzi, 2015, p.105).

*

O clima criado pela promiscuidade na estrutura do Estado inflaciona o potencial de conflitos. Nesse raciocínio, cada conflito é processo, não um ato em si e pronto! Ele é parte de um contexto maior de violência (Fernandes, 2016, p. 117).

*

A etiqueta situacionalidade inclui ainda as referências a conflitos ocorridos em outros países; as características geográficas e climáticas que fazem com que chova em todo território nacional, contraponto o fato de sermos um país “tão dotado de água” com os conflitos pelo recurso hídrico. A “abundância gera cobiça” e, por isso, “a tendência é, pois, aumentarem os conflitos por água” e o Nordeste é rota de conflitos (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.111), acrescenta a narrativa.

Dados sobre a disponibilidade hídrica mundial e a relação dos conflitos com o capitalismo e os usos múltiplos da água ocupam outro pedaço da narrativa no quesito situacionalidade. ***Os conflitos sociais existem porque a água está ameaçada como bem comum. O aprisionamento da água para uso privado, para a sua mercantilização direta ou na forma de minérios, energia, insumo na produção agrícola e industrial, é o que a torna escassa e motivo de disputa (Pacheco, 2014, p. 97).***

4.3. Etiqueta 2: Representatividade

Esta etiqueta poderia ser confundida com a anterior pelo simples fato de que são utilizados dados para dimensionar os casos de conflito e criar o contexto (situacionalidade dos

conflitos). No entanto, esta etiqueta, notavelmente presente nos cadernos da Pastoral, diz respeito a como a instituição reflete discursivamente e/ou criticamente acerca dos dados que ela própria elabora.

Não se trata de um ou dois casos em que, junto com os dados trazidos a público em tabelas, gráficos e outras formas de tabulação numérica, ambas as entidades explicam-se ou explicam a potência e limitações que as informações quantitativas teriam.

Além de expor quantitativamente ou de maneira georreferenciada (dimensionamento geográfico) os conflitos socioambientais, a narrativa alerta para a incompletude dos números. Muitas situações de conflito acabam não sendo documentadas por questões que a Pastoral e Fiocruz explicam e que poderíamos resumir da seguinte maneira: seria impossível um radar conclusivo, definitivo ou que esgotasse a realidade, mesmo cobrindo todo o território nacional.

Alega-se déficit democrático, já que assimetrias de poder entre aqueles que não necessariamente têm meios de se desocultar e aqueles que fazem questão de que os casos não venham à tona, pois, injustiças invisíveis para a sociedade. Nesse sentido, nada mais do que justo, poderem contar com o eco da Pastoral e da CPT.

Os casos identificados são transformados em dados sistematizados e publicizados. Eles representam, pois, uma estratégia de democratização das informações sobre impactos sociais e ambientais. Segundo a Fiocruz, o Mapa não esgota as situações de conflito existentes no país, pois estas são inúmeras. Ao mesmo tempo, a instituição assume que o recorte da realidade feito por ela revela uma parcela importante de ocorrências em que movimentos sociais e entidades ambientalistas vêm se posicionando.

Atribuir força também a outras entidades que, localmente, demarcam a sua posição de resistência diante das injustiças é um ponto a ser destacado nas publicações. Ao mesmo tempo que a parte interessada não se revela de uma maneira ainda expressiva, ela mais ou menos teria condições de se sentir representada, até porque a dança da chuva que faz a CPT e Fiocruz diante das situações torna límpida a luta de quem luta porque não tem opção.

A narrativa sobre os conflitos aponta para o fato dos casos selecionados serem emblemáticos nacionalmente e despontarem em redes e movimentos sociais engajados em lutas por justiça ambiental, o que os validaria também em outras arenas. De um lado, temos a situação ocultada, de outro, a das pessoas que, ao terem acesso aos acontecimentos, alterariam a sua visão acerca dos sujeitos que se mobilizam, daqueles que são apontados como responsáveis por demarcar ainda mais as assimetrias sociais.

A importância deste componente (dados representativos) se dá por justamente apontar para a relevância da narrativa sobre conflitos e de sua continuidade, mediante também a atuação dos atingidos, dos pesquisadores, militantes, organizações e sujeitos espelhados na sua elaboração. Ora, se os casos não acabam, se ainda há o que mostrar, logo, se justificaria, um ano antes, o que está por vir em termos de panorama dos conflitos. “(...) colabora para a conjugação de informações e construção de sinergias (...), incluindo e problematizando informações importantes, porém ocultadas na narrativa autopromocional e acrítica do ‘progresso’ e do desenvolvimento” (Fiocruz, 2013, p. 259).

Se por um lado os números importam para mostrar a violência no campo, inclusive para órgãos governamentais, o que *revelam é muito mais grave do que pode parecer à primeira* a toda nação brasileira. Apesar disso, conforme é contraposto, as estatísticas mostradas por meio de tabelas e gráficos não dão conta da *realidade mais rica e mais doída* das populações atingidas pelos conflitos socioambientais, no geral, e pela água, em particular.

Se por um lado esta narrativa pode ser acusada de morbidez, entende a CPT, parece ser cada vez mais necessário atualizá-la e complementá-la de novas referências. Mas por que? Os argumentos parecem não ser suficientes para a insistência nos números, mesmo que concordemos que os dados acabam dando mais grau de imprevisibilidade, mesmo que a situação seja já conhecida.

Apesar de toda lógica de inventário de números imposta pela narrativa, as instituições alertam que os números não são caracteres desprovidos de vida.

[Não se trata] de arquivo morto, mas memória viva e subversiva, que anima e motiva quem luta em defesa da vida e da justiça. Não é rito que repete fórmulas mumificadas, porque estes dados e números têm o tempero ético da indignação, da paixão e da esperança (Lazzarin, 2006, p.12).

Apesar de conferir pouco espaço às falas dos personagens, a narrativa denota importar-se com as pessoas físicas, com os *dramas humanos que os números escondem*. Além disso, há indicativos de que a história dos conflitos continue sendo contada por anos a fio, já que há imprecisão em como ocorrências irão evoluir e novas poderão aparecer. Diz-se, porém, que irão porque “apontam e confirmam a tendência desenhada desde o século passado” (Malvezzi, 2012, p. 86 e 87).

A narrativa é representativa por ter um *caráter de testemunha*; não há *neutralidade*, já que os seus autores sofrem represálias e até ameaças. Ainda assim, trata-se de um *pálido* retrato da realidade.

As vozes dos autores podem ecoar em primeira pessoa, ainda no quesito representatividade dos dados. Mesmo que os números não deem conta de toda a realidade, *não são somente números*. “Eles trazem o estampido das balas, o cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura. O cheiro do sangue, do suor, do medo que cobre os corpos abatidos pela violência, corpos dilacerados, feridos, estropiados” (CPT, 2014, p. 64 e 65).

A representatividade dos dados como elemento estruturante da narrativa sobre conflitos pela água costuma também revelar quais são as causas principais dos conflitos. Inclusive, alocando os responsáveis com base em setores econômicos, impactos à saúde, tipo recurso ambiental, entre outros.

A mobilização da população que, em geral, necessita de maiores informações sobre a complexidade do problema – desde a escassez, até o impacto econômico e na saúde pública e na produção de alimentos. E, além de informação, a participação massiva da população na conservação da qualidade e na economia da quantidade é extremamente relevante. Essa mobilização oscila de um país para outro e está evidentemente inter-relacionada ao grau de educação e capacidade de informação da população. Mas é essencial utilizar tecnologias de comunicação eficientes para ampliar a mobilização em nível mundial (Scientific American Brasil, 2015, p. 19).

4.4. Etiqueta 3: Vulnerabilidade

A narrativa se vale *das vozes e das denúncias dos povos e comunidades* e busca *possibilidades de solidariedade e de alianças entre os diferentes sujeitos envolvidos*. Na interlocução com os sujeitos atingidos, a narrativa reitera a sua importância pública. Desocultar os conflitos se tornaria estratégico para reduzir os processos de vulnerabilização das populações atingidas, promovendo simultaneamente a cidadania, a justiça ambiental e a saúde numa perspectiva mais ampla (Acserald, Herculano & Pádua, 2004; Porto, 2007; Porto & Pacheco, 2009 *apud* Fiocruz, 2013, p. 25).

A narrativa quer tornar visíveis grupos cujas vidas *são ameaçadas nos territórios em que vivem e trabalham, que lutam pelo direito de neles permanecerem e para terem acesso justo aos recursos deles provenientes* e assume a característica de **tribuna, de escudo** para povos e comunidades tradicionais. O compromisso com os mais vulneráveis, todavia, limita-se à mediação, e não em substituição ao poder público ou aos *sujeitos sociais dos conflitos*.

A narrativa se lança contra o racismo ambiental e com o objetivo de instrumentalizar as exigências propostas pelas comunidades e povos tradicionais. Visa, pois, o cumprimento dos princípios da equidade, da precaução, da garantia ao livre acesso à terra e da ampla participação comunitária em todas as fases do licenciamento ambiental. Os pesquisadores e outros envolvidos na narrativa seriam, ademais, *defensores solidários* das populações atingidas.

O aspecto mais emblemático do elemento narrativo em questão é a redundância sobre a *missão de serviço aos pobres da terra e das águas*. Assume-se também fidelidade a quem vem da terra e das águas, reconhecendo-os como *sujeitos de direitos que vêm sendo sistematicamente espoliados*.

Os conflitos pela água são apenas uma parte do processo que exclui os pobres do campo. A narrativa *contribui para aprimorar a democracia, garantir os direitos humanos e a cidadania plena* (Fiocruz, 2013, p.28).

Ao mesmo tempo, a interlocução com as populações não se limita ao problema vivenciado por ela, como também quer tornar visível as próprias pessoas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento (Fiocruz, 2013, p. 37). De fato, não identificamos elementos para assegurar que isso ocorre. Mas não podemos deixar de mencionar que é um propósito expresso.

[É como se a narrativa representasse] um instrumento de poder das comunidades diante das ações das corporações transnacionais da energia (hidroelétricas, termelétricas), indústrias poluidoras, monoculturas, mineração, turismo de massa, entre outras (Fiocruz, 2013, p. 121).

É nesse ponto que percebemos a narrativa como um construto que existe *em função das causas do povo*, tal como nos faz perceber a CPT e Fiocruz. “Criar os “excluídos da água” é inadmissível, embora já existam” (Malvezzi, 2003, p. 101).

A narrativa, com assinaturas de bispos, pastores “preocupados”, assume caráter de denúncia, bem como conclama a população em geral a apoiar a luta dos atingidos pelos conflitos, os *pequenos*. Em nome do povo, faz-se apelos ao governo e movimentos sociais.

Mesmo esta etiqueta (compromisso social) não inclui os discursos diretos dos camponeses. Citações aparecem de forma genérica, com autoria imprecisa ou omitida. *Não é só a seca que seca, a política agrícola dos governos e a exploração das multinacionais secam mais do que a seca - diziam os camponeses* (CPT, 2006, p.175).

Adjetivos acentuam o perfil dos atingidos: resistentes, heroicos. Em alguns momentos, são elevados a *profetas da terra e da água*, nomeados ou anônimos.

Em termos de sensibilização, a narrativa busca não somente oferecer contextos (etiqueta situacionalidade), dados representativos (representatividade) ou citar de uma forma distanciada os fenômenos ocorridos campo adentro. É como se o desejo fosse mais subjetivo de, de sensibilização, para *abrir consciências e corações* para sentir mais de perto a realidade do povo da terra e das águas no Brasil (CPT, 2008, p. 7).

A despeito do cenário de tragédias instauradas, os fatos revelariam *construtores e construtoras da Paz no campo com Justiça* (Balduino, 2010, p. 8) e serviria de forma intransigente aqueles que têm *fome e sede de justiça*.

A narrativa assume postura otimista quando denota a *força dos fracos, cada dia mais indóceis*. O cenário projetado para esses povos e comunidades cuja *escuridão* calou por algum tempo, e que agora se abastecem de *esperançosa rebeldia profética*, é idealizado tanto para aqueles dependem das águas, quanto do campo e das florestas: *uma terra sem males e do bem viver* (CPT, 2016, p. 202).

4.5. Etiqueta 4: Cientificidade

Os argumentos de ciência que justificariam o fato de a narrativa sobre os conflitos ser baseada em/na ciência conferem à respectiva etiqueta o grau de mais importante entre as demais. A seguir, algumas anotações mais detidas sobre a relação entre ciência e temas ambientais e como as noções circundantes nos cadernos e no Mapa dão a entender que as populações mais vulneráveis precisariam ser abraçadas pela ciência ou pela autoridade atribuída ao campo para terem as suas demandas publicamente reconhecidas.

No capítulo I do livro *Disrupting Science*, a autora Kelly Moore recupera duas informações que nos guiam nesta parte. Em 1960, a revista *Time* descreveu os cientistas como detentores de poderes e contribuições sociais que superaram os de qualquer outro grupo história humana. Uma década depois, no entanto, o *The Nation* – de encontro com o criticismo feito por ambientalistas, ativistas anti-guerra e membros da contracultura – destacou que a ciência havia se tornado uma "máquina de guerra/espço". Ela passara, então, a ser vista de forma hostil, representando algum tipo de mal.

Muitos pares eram também responsáveis por críticas contra a forma com a ciência vinha sendo empenhada, privilegiando temas específicos. Apesar disso, segundo Moore (2008), ao longo do século 20, os cientistas americanos estiveram envolvidos em ações políticas públicas, especialmente contra racismo e guerra, muitas vezes atuando de forma estreita com ativistas que não eram cientistas. Esforços de cientistas para redefinir as relações entre o fato e o valor, entre a política e a ciência, e entre o perito e o cidadão vieram com promessas de uma ciência que fornecesse maior benefício ao maior número de pessoas.

Certamente temos esse contexto como emergente para o que a Fiocruz chama de ciência cidadã. Esta opção política e metodológica busca possibilidades de solidariedade e de alianças entre os diferentes sujeitos envolvidos.

No contexto norte-americano, têm se desenvolvido metodologias intensivas que envolvem a participação comunitária similares à da pesquisa-ação, tais como a pesquisa baseada na comunidade – community-based research (Israel *et al.*, 1998) ou a ciência de rua – street Science (Corburn, 2005). Nessas abordagens, consideram-se centrais na compreensão e no enfrentamento das injustiças a voz e a experiência dos sujeitos das comunidades afetadas por discriminação e conflito. (FIOCRUZ, 2013, p. 16)

Pacheco *et al.* (2013) afirmam que a prática de uma ciência engajada ou cidadã demanda uma posição ética e solidária com as populações aparentes no Mapa. Essa postura, para os autores, não é contrária às visões científicas da realidade, pois o posicionamento solidário de precisa se apoiar *em argumentações legítimas acerca dos impactos, riscos e*

efeitos presentes nos territórios. Em nosso entendimento, argumentações legítimas seriam discursos de estudiosos/cientistas/pesquisadores.

Dar *densidade e consistência* está entre os objetivos do Mapa. “Nestes tempos em que a ciência, não poucas vezes, subordina-se ao mercado e se restringe a uma visão especializada, fragmentada e tecnicista de produção de conhecimento” (Fiocruz, 2013, p. 27) não é trivial haver cientistas engajados *sem abrir mão do rigor científico*, mas ao lado *das vítimas do desenvolvimento e poder econômico*.

A metodologia do Mapa se colocaria, então, como antagônica a uma “ciência normal”¹² que, baseada em ideais de objetividade, descarta os valores e posições das populações vulneráveis e discriminadas nos conflitos. Entretanto, esta ciência engajada mantém a importância do reconhecimento das evidências científicas, frente aos problemas ambientais nos territórios.

Aqui, a ciência é detentora de formalidades e poderes institucionais legitimados pela própria Fiocruz:

Estão presentes também o Estado e academia, instâncias que cumprem papel central nas responsabilidades e exercícios de autoridades públicas, pois gozam de poderes e formalidades institucionais legitimadas. E, no caso específico da academia, desfruta de seu reconhecimento ‘de direito’ – embora nem sempre ‘de fato’ – como lócus do conhecimento. (FAUSTINO *et al.*, 2013, p. 271)

Assim, nos dizem os autores, toda a proposta do Mapa se baseia não somente em identificar atores e oferecer subsídios à relatoria, contribuindo para ampliar a visibilidade das violações de direitos, mas também compartilhar conhecimentos e experiências integrando ciência e ativismo em torno dos conflitos ambientais e de ações por justiça ambiental. É justamente este entendimento que nos faz remeter àquele movimento empenhando pelos cientistas estadunidenses contrários à ciência em favor da guerra.

A existência do Mapa se dá ainda a partir da compreensão, como já mencionado, de que a Fiocruz trabalha com o conceito de promoção da saúde junto ao de justiça ambiental, defendendo os direitos humanos fundamentais, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia na defesa da vida.

¹² “Às atividades desenvolvidas pelos cientistas sob a diretriz de um determinado paradigma Kuhn denomina ciência normal” (Chibeni, Silvio, 2004, s. n.). Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-notas.htm>>.

Isso engloba, igualmente, o direito à terra, a alimentos saudáveis, à democracia, à cultura e às tradições, em especial das populações atingidas frequentemente vulnerabilizadas e discriminadas. Ou seja, nossa concepção de saúde e ambiente transcende as variáveis do saneamento básico, da contaminação ambiental por poluentes e das doenças e mortes decorrentes desses fatores. Ela está intimamente associada à noção de justiça ambiental e seus movimentos, conforme apregoados no Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. (FIOCRUZ, 2016)

A Fiocruz entende que, por meio do Mapa, está contribuindo para a construção de ambientes mais saudáveis; uma sociedade mais fraterna, igualitária em que a dignidade humana seja *intocável*. Na visão da entidade, investimentos econômicos, políticas e decisões governamentais prejudicam os direitos fundamentais de comunidades indígenas e quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades tradicionais diversas, mas também trabalhadores e moradores das cidades que vivem nas *zonas de sacrifício*, gerando conflitos, muitas vezes complexos de relatar.

Nas 14 edições do caderno Conflitos no Campo Brasil (2002 a 2015) é possível extrair excertos que nos denotam sobremaneira as distintas dimensões que permeiam a publicação. Destacamos a sua dimensão científica, baseada no texto a seguir:

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada. (CPT, 2015).

Ao destacarmos os termos “rigor”, “procedimentos metodológicos”, “referencial teórico” e a existência de uma “preocupação de dar um caráter científico à publicação”, cientificamente elaborado” apreendemos alguns sentidos. Mas antes de adentrar nesse modo como a ciência aparece, pretendemos aqui pôr em relevo outras afirmações que podem nos ajudar a pensar em que ciência a pastoral se baseia e o que isso implica tendo como contraponto a dimensão da religião, a qual temos colocado em destaque desde o começo do capítulo (trata-se de uma etiqueta da CPT, e não da Fiocruz).

Reificando uma visão específica de ciência como sendo um alicerce e por meio do qual a publicação mantém a sua credibilidade, a instituição avança:

O Conflitos no Campo Brasil é um documento precioso, cientificamente elaborado, que além de registrar dados precisos sobre os conflitos agrários em todo país, os denuncia com textos relevantes que analisam o conjunto de dados apresentados. Os autores são homens e mulheres especializados que além de um profundo conhecimento da conjuntura atual, têm grande familiaridade com as questões agrárias de nosso país. (CPT, 2015)

A ciência por trás da elaboração do Caderno legitimaria a função social da própria obra. *A publicação tornou-se uma referência. Graças à seriedade do trabalho verdadeiramente científico da equipe de documentação, ajudada por amigos mestres na pesquisa, na tabulação e na interpretação dos dados, tornou-se ele um instrumento aguardado a cada ano por muitas entidades, até mesmo pelo próprio governo (CPT, 2010, p. 7).*

O trabalho com os dados é que, por outro lado, justificaria esse amplo aparato científico. Embora não sejam somente tabelas e gráficos, comentários científicos, o são num lugar em separado das manifestações camponesas, das *notas proféticas do dia a dia*.

Esses mesmos dados, conforme informa a CPT, também *parecem comprovar cientificamente o caráter de classe da justiça no Brasil, haja vista que a ação do poder público se move de acordo com a ação do poder público se move de acordo com a ação dos movimentos sociais em luta pela terra, mas se mostra indiferente com relação ao poder privado, na medida em que, como se observa, a intervenção do poder público aumenta ou diminui acompanhando o aumento ou queda da ação dos movimentos sociais (CPT, 2012).*

Os conflitos socioambientais são trazidos a público, pois, por meio de um esforço rigoroso de coleta, validação e organização de informações. Uma vez que os dados são compilados, pesquisadores de distintas áreas do conhecimento realizam interpretações dos cenários. Nesse sentido, expõem-se os objetivos que levam a narrativa a recorrer a esses modelos baseados no campo científico para deixar mais conhecidas as lutas pelos recursos naturais, incluindo a água.

A dimensão científica da narrativa se apoiaria na ideia de que os movimentos por justiça, assim, têm a *chance de serem ouvidos e respeitados*. Por meio da ciência, se conseguiria *dar densidade e consistência às denúncias e ações*, o que se considera fundamental, segundo a narrativa.

Não poucas vezes a ciência *subordina-se ao mercado e se restringe a uma visão especializada, fragmentada e tecnicista de produção de conhecimento*. Daí, *não é indiferente ter, nas estratégias de luta (...) a parceria de intelectuais engajados, de acadêmicos que, sem*

abrir mão do rigor científico, colocam-se do lado das vítimas do desenvolvimento e do poder econômico dominante, na defesa dos seus direitos e da justiça social e ambiental (Fiocruz, 2013, p. 27).

Por outro lado, a narrativa aponta para a sua preciosidade, justamente pela especialidade de seus autores. Entretanto, na valorização de seu conhecimento profundo com a “conjuntura atual” e a “grande familiaridade com as questões agrárias de nosso país”.

Parece difícil para a narrativa obter o respaldo perante as instâncias preferenciais, como o poder público, sem esta força que só a ciência poderia dar. Além disso, é como se a ciência se abrisse para questões frágeis de serem sustentadas, assumindo a responsabilidade de montá-las, mas sem afastar-se muito de procedimentos e códigos de validação que manteriam o prestígio e a seriedade da ciência intactos, caso a narrativa fosse problematizada.

Bom, esta ciência que permeia a narrativa tem um adjetivo particular: “ciência cidadã”. É quando a ciência adota uma posição ética solidária com essas populações, contrária às visões científicas da realidade (Fiocruz, 2013, p. 35). O realce de uma ciência que preza pela cidadania leva a crer que a narrativa dá conta de elaborar uma visão de outras práticas científicas alheias ao reconhecimento dos conflitos e até mantenedora da situação vigente.

Contraopondo-se a uma ciência não cidadã ou “normal”, a narrativa se apoia em *argumentações legítimas acerca dos impactos, riscos e efeitos presentes nos territórios*. Ao que tudo indica, este tipo de ciência assume-se como não puramente especializada, já que esta ação desconsideraria, em nome da neutralidade e objetividade, valores e posições de quem vive o conflito.

A ciência incorporada pela narrativa não apenas é mais cidadã do que a “normal” como também é engajada por voltar-se à justiça ambiental e buscar a ética na defesa de quem é discriminado frente aos problemas ambientais. Baseia-se não somente num ideal engajado, mas insiste na importância de evidências científicas frente às mazelas impostas aos recursos naturais. Evidências, estas, quase nunca mostradas pela Fiocruz e CPT, para além de textos da imprensa, depoimentos com valor de ciência.

Chama-se atenção para situações em que há posições *científicas irrefutáveis dos efeitos e danos*, mas nada é feito diante do problema. E também quando “incertezas são utilizadas ou manipuladas com a intenção de impedir a responsabilização dos geradores dos riscos ou mesmo ações preventivas ou remediadoras” (Gramling & Davidson, 2008, p. 36). Admite-se que há um tanto de incerteza nos impactos dos conflitos, e que, no entanto, mais certeza não é indicativo de resposta perante aos problemas.

A narrativa, embora inteiramente recortada por referências acadêmicas e montada em sua forma final como produto da ciência, não necessariamente inclui o desenvolvimento de trabalhos e avaliações de campo que aprofundam, *em termos técnico-científicos, os detalhes dos impactos sobre o meio ambiente e a saúde (Fiocruz, 2013, p. 37).*

A academia assume papel central no cumprimento de responsabilidades e exercícios, enquanto autoridade pública, já que goza de poderes e formalidades institucionais legitimadas e por desfrutar de seu reconhecimento *de direito* e nem sempre *de fato* como locus do conhecimento. O objetivo de enfatizar as demandas e experiências das populações, nos parecem, acabam ficando comprometidas porque a narrativa não conseguiria afastar-se completamente de um ideal de ciência neutra. *Contudo (...) não deixamos de avaliar com rigor a consistência das denúncias e demandas (Fiocruz, 2013, p. 272).*

Casos polêmicos acabam sendo acomodados pela *robustez dos argumentos levantados pelos pesquisadores*, análise de relatórios, documentos e pareceres. A validação de informações ocorre em distintas escalas; o pesquisador/agente local colhe a informação, a organiza e fornece a um núcleo responsável por dar a forma final aos dados que constituem a narrativa. O objetivo da narrativa é integrar, pois, ciência e ativismo em torno dos conflitos ambientais e de ações por justiça ambiental, *bases para o desenvolvimento das ciências da sustentabilidade.*

A história escancara o seu caráter de *experimento* que vem sendo aperfeiçoado por meio de uma metodologia. Essa, cada vez mais oferecerá transparência para a realidade dos conflitos, de modo que não haja dúvida do ponto de vista da *sensibilidade popular* e da análise científica. Índices são produzidos por pesquisadores para dimensionar os casos.

A noção de ciência e, é claro, a experiência dos autores diante da coleta dos dados acaba dando a entender que já se sabe o que vai ser encontrado, antes mesmo dos dados serem coletados. *A conjuntura recente do Brasil traz um potencial explosivo de conflitos pela água. Se não aparece em ocorrências é de se perguntar o porquê (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.110).* Com isso, sem modéstia, a narrativa se entende como referência pela *seriedade do trabalho verdadeiramente científico da equipe de documentação, ajudada por amigos mestres na pesquisa, na tabulação e na interpretação dos dados (Balduino, 2010, p. 7).*

Os dados são representativos, mas significativos mesmos são os comentários científicos e, em outro ponto, *manifestações camponesas e notas proféticas do dia a dia.* Os envolvidos na narrativa estão espalhados em diversos estados, como por exemplo, a Bahia, que recolhem *critériosamente notícias aparecidas na Imprensa, as das entidades e até*

aquelas produzidas pelo governo, as quais são fontes de informação para ratificar ou conhecer/descobrir/perceber as ocorrências.

Os cientistas, segundo a narrativa, são aqueles que ao lado de movimentos sociais, entidades da sociedade civil e às comunidades tradicionais *historicamente acumularam saber na relação com as águas e a natureza que alertam para os imensuráveis impactos negativos que os mesmos provocam* (CPT, 2011, P.7).

4.6. Etiqueta 5: Religiosidade

Um tanto da narrativa se apoia em saberes canônicos, como se pode ver pela grande dose de saberes científicos que nela circulam. O discurso baseado em religião também está bastante presente, pois as motivações intrínsecas à narrativa remetem, como veremos, no *duplo signo da paixão e da esperança. Paixão no sentido bíblico-litúrgico e esperança conforme o imaginário do nosso povo* (Balduino, 2003, p.7). Por isso, enquanto a ciência tenta responder, invoca-se a *força do Deus da Vida plena e da Terra nova*.

Além de direito fundamental e patrimônio da humanidade e dos seres vivos, terra e água são sacralizadas. A sociedade é convocada a defender a luta dos atingidos, incluindo as Igrejas.

No caso da água, este bem assume um sentido fraterno diante da possibilidade de haver guerras da água. Propõe-se que a água seja *instrumento de paz*. Isso porque as motivações por trás da elaboração e atualização da narrativa vêm não somente do povo que habita a terra, as florestas e águas, mas *particularmente do Deus da Bíblia, Aquele que caminha com seu povo em qualquer circunstância* (CPT, 2009, p.140).

A divindade é invocada, como dissemos, a estar com o povo do campo e com aqueles que estão ao seu serviço. Sem esses *pastores*, os dados não estariam publicados; são eles que sentem na pele o sofrimento das pessoas e transformam em números o grito de dor, muitas vezes abafado, que se ergue do chão, da terra, das florestas e das águas. Além do sofrimento escondido nos números, tem a *compaixão, indignação e raiva em nosso coração de 'pastores e pastoras da terra' (...), movidos e movidas pela fidelidade ao Deus dos pobres e na certeza que a terra de Deus é para a vida de todos e de todas* (Gallazzi, 2014, p. 63 e 64).

A narrativa tem, ainda, uma *missão testemunhal e profética a serviço dos pobres da terra*. Uma vez que apropriou da *árvore da vida*, a *sociedade humana conseguiu pôr em desequilíbrio a Criação. A terra é só uma e os recursos são finitos* (Cortes, 2011. p. 88).

Referências bíblicas ajudam a compreender a dimensão profética – e vivencial – da narrativa; *nem o registro do jornalista, nem a análise do pesquisador*. A perspectiva bíblica para o que se entende por Justiça também move a narrativa, isto é, o ideal de uma justiça divina. Há uma crítica declarada também às igrejas cristãs que apoiam políticos

(...) governos e polícias que criminalizam a luta pela água, pela terra e na terra e abençoam o latifúndio e a privatização da natureza... que querem apagar a luz do evangelho subversivo de Jesus vivo na vida dos pobres, homens e mulheres e lutadoras do campo e da cidade. Querem fazer virar mercadoria o pão e a água da vida. Querem apagar as luzes das religiões de outras matrizes, altares de terreiros e rituais de torés. Faz escuro e silêncio na longa noite da religião do patriarcalismo, individualismo e consumismo (CPT, 2016, p. 192).

As considerações religiosas fazem emergir a fala de autores que se veem como “iguais” aos atingidos por conflitos; *“Cristo vivo ressuscitado na humana solidariedade e no amor pelo mundo e seus viventes”* (CPT, 2016, p.192). Até porque, segundo a bíblia tomada como referência, há um desejo de *levar fogo sobre a terra que já deveria estar em chamas*.

Embora merecesse mais aprofundamento, talvez no contraponto com a dimensão científica, não racionalizamos sobre o que esta dimensão produz no conjunto da narrativa. Além disso, por não se tratar de uma fala pactuada entre Fiocruz e CPT, e somente pela Pastoral, pareceria arbitrário não mostrá-la e dar a entender que é mais importante até (pela insistência nas notas proféticas) do que as outras etiquetas que identificamos.

4.7. Etiqueta 6: Papel da imprensa

Na narrativa construída pela Fiocruz e pela Pastoral, diz-se muito sobre o lugar que ocupam os meios de comunicação, principalmente pelo fato deles serem considerados peça importante na constituição da narrativa, servindo como fonte de conteúdo. *Os dados (...) foram complementados com informações da mídia (...)*. Os dados representativos do ponto de vista científico não escondem a complementação feita com informações da mídia.

Embora a narrativa beba da imprensa, comumente formula críticas a ela, sobretudo porque informações veiculadas por grandes meios de comunicação *funcionam como legitimadores da violência; legitimação que forma a opinião da sociedade local, mas também a dos próprios atingidos (Fiocruz, 2013, p. 127)*.

Nesse sentido, as populações que já perecem, estariam mais ou menos apagadas se dependesse dos meios convencionais de comunicação (rádio, tv, jornais de circulação regional ou nacional).

Restrita à imprensa escrita, a documentação ficará sempre aquém da realidade. Ou ainda há quem acredite que a mídia em geral retrata a realidade? (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.112).

Entende-se, com isso, que a mídia nacional acaba dando pouco espaço aos conflitos e, quando o faz, hostiliza grupos atingidos. Quando isso ocorre, acaba ficando por conta dos pesquisadores sustentar as denúncias em seus estudos (Fiocruz, 2013, p. 129). Os órgãos regionais de imprensa, diante da realidade acima comentada, podem estar mais presentes na cobertura dos casos e desempenhar papel bastante relevante.

Neste ponto, a voz do jornalista assume, no lugar do pesquisador: os grandes, médios e pequenos veículos de comunicação são, pois, empresas com linhas editoriais específicas. Então, se não for do seu interesse – e do interesse do seu público - pautar os conflitos, não o farão. Curiosamente, estão passíveis de repercutir os dados que a CPT ou Fiocruz lançam à sociedade, já que o jornalismo não necessariamente assume a responsabilidade do que diz a fonte. É quase sempre “segundo a fonte”.

O pesquisador-jornalista, que se baseia em evidências e na realidade, identificou sem auxílio de lupa, links que levavam a sites noticiosos, aprofundando as informações dos conflitos. Não foi possível quantificar as vezes em que a imprensa aparecia referenciada, seja como fonte ou para dar dimensionamento aos dados.

De acordo com a Fiocruz e CPT, a grande imprensa, nas contadas vezes em que agenda os acontecimentos, o faz defendendo a iniciativa privada e seus projetos, conhecidos por gerar os conflitos.

Para a elite brasileira e para a imprensa que a serve, os movimentos sociais que lutam por seus direitos, que se confrontam com o capital que só enxerga em sua frente o lucro e o ‘progresso’ (de seus interesses) devem ser tratados (...) com repressão, com bombas, cassetetes, balas (Canuto, 2005, p.110).

Assim, se dependermos da imprensa, é como se os conflitos acabassem deslegitimados ou ocultados. O que se vê é a *dominação midiática*, já que a *diversidade é um entrave* para a cobertura dos veículos de comunicação. Sujeitos são *apelativamente desqualificados em sua condição de sujeitos, tratados como ‘falsos índios’; ‘falsos quilombolas’; ‘comunidades folclóricas’, ‘rudimentares’ e ‘insalubres’; falsos ‘sem-terra’ da pujança e da contravenção; ou ‘militantes desocupados’* (Fiocruz, 2013, p. 261).

A consequência da *dominação midiática*, a qual não acontece por acaso, seria, conforme a narrativa nos sugere, a desvirtuação da noção de direitos dos atingidos pelos conflitos. Por isso a narrativa cumpriria a função de organizar a reinventar a democratização

das informações, revelando *contradições e a realidade vivida e pensada ao considerar a ótica de outros sujeitos e as outras formas de conceber e analisar a realidade, diferente daquelas que estão mais costumeiramente acessíveis à sociedade* (Fiocruz, 2013, p. 261).

Tais contradições dizem respeito ao que a imprensa considera legítimo e o que ela deslegitima. Ao mesmo tempo, ao ver valor notícia em determinados acontecimentos e não em outros faz com que tenhamos sedimentado o pensamento de que o que vemos no jornal, assim como nos documentos da CPT e Fiocruz não passa de construção, e não espelho da realidade.

Enquanto porteiro que seleciona o que entra ou não nas suas matérias, muitos jornalistas optam pela voz oficial, nem sempre aprofundando-se nas coberturas. Além disso, geralmente aqueles se assumem como repórteres independentes, de meio ambiente é que têm autonomia para pensar criticamente nesses temas, responsabilizando os envolvidos e considerando as assimetrias entre os personagens.

A imprensa, segundo a narrativa, acaba por manter o poder político, econômico e cultural da iniciativa privada, onde estão *agentes que investem nos territórios e provocam os danos e os conflitos ambientais – mapeados ou não*. Até porque há *mortes e sofrimentos* que não ganham os *holofotes da mídia* e só a narrativa consegue expor. Considerando o aspecto religioso, é como se a luta do povo camponês viesse sendo *satanizada pelos ‘poderes deste mundo’, através dos grandes meios de comunicação (que são os meios dos grandes)* (Casaldáliga, 2006, p.7).

Com raras exceções é que a mídia não alimenta o preconceito de que todo o povo pobre ativo - como são os sem terra que defendem seus direitos - é perigoso e tendente a praticar crimes. Isso implica, conforme dissemos, na condução da opinião pública a visões errôneas acerca dos conflitos, bem como invadem *cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião* (CPT, 2009, p.7).

Andando em círculos

O menino já desistiu da água uma vez,
quando ela chamava.
A avó dizia: Não vai não...
A mãe temia inundar-se em pesar.
Ambas esperaram
ele descer da fina tampa da cisterna.

(Edvan Lessa)

A possibilidade de expandir a narrativa sobre a água é irrestrita. Terá chovido mais nas linhas da Literatura do que no semiárido? As reportagens sobre a situação pela qual historicamente passa as populações que enfrentam cíclicos períodos de seca e têm de lidar com a evaporação da água mais rápido do que conseguiriam conter são tão previsíveis quanto as nuvens nubladas prestes a escorrer.

A água é recurso vulnerável e finito. Ao menos parece que esse entendimento estimulou “o uso parcimonioso da água e atribuindo a ela a conotação de ‘comodity’” (Scientific American Brasil, 2015, p. 22). Enquanto esta for a premissa, a mão óssea que emerge da terra marrom alaranjada na ilustração - em que prédios escurecem o segundo plano da mesma imagem¹³- será a de quem convive em locais desvalorizados e

¹³ Ilustração que estampa a capa de Le Monde Diplomatic Brasil Ano 7 – Número 82 – Maio 2014. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

degradados por receberem os rejeitos metropolitanos, e não necessariamente aqueles que já estão em locais de clima semiárido.

Ao menos o aumento dos conflitos pelo uso da água estimula a conservação, tratamento e reuso da água, “como componentes formais da gestão de recursos hídricos” e como potência criativa para pensar também nos vestígios das águas enquanto ela ainda sobrevive. Fala-se em “conflitos significativos” em termos de quantidade de água, como se uma expressão humana concreta em defesa de sua água precisasse ser medida em metros cúbicos (m³) para ser plausível.

Conforme expressado por Marques (2015), apesar de possuir vastos rios e aquíferos, o Brasil sofre distintos níveis de estresse hídrico que costumam afetar a região Nordeste e, mais recentemente, o Sudeste. Esta, responsável por fazer com que a imprensa brasileira agendasse o assunto por meses a fio entre 2014 e 2015, mostrou que há consensos científicos sobre a relação da crise com o aquecimento global tão categóricos quanto à certeza sobre a real vazão e qualidade dos recursos hídricos no mundo. “Dito de outra maneira, o júri ainda não alcançou um veredicto. Quando o moroso tribunal da ciência chegar a uma decisão, poderá ser tarde demais para fazer alguma coisa a respeito” (Leite, 2015, p. 2).

Os dados e as evidências baseadas em índices, modelos, estatísticas, nos exaurem. “Não é de se estranhar, assim, que quando se relacionam com um recurso como a água, se vinculem a ela, também, de uma forma política, e, ademais, a partir de um conteúdo cultural particular” (Ipea, 2015, p. 129).

Não se trata tão somente das fontes d’água quantitativa ou qualitativamente, mas também das identidades e das formas de vida em comunidades que, em torno da água, formam uma convivência; é a água que dita a forma como viverão (Caros Amigos, 2014, p.8). Especialistas e ativistas são uníssonos quando o assunto é o aumento das disputas a partir da diminuição da quantidade de água, algo previsto há anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As etiquetas fazem com que a narrativa abra-se em significações, oferecendo ao público mais elementos do que aqueles meramente causais. A constatação de que um discurso sobre conflitos é montado desta forma não é tão somente situacional porque, segundo as etiquetas dão a entender, o problema dos conflitos é estrutural e outras questões operam para legitimá-lo, em um contexto de apropriações de hegemonias de discursos, requerendo uma constante divulgação, crítica e, muitas vezes, denúncia.

A atualização da narrativa com novos dados nos sugere uma certa persistência dos conflitos, embora se deva questionar até que ponto esses dados são demandados pelas instâncias públicas às quais eles também se destinam. Não se pode mesmo afirmar que desconheçam a existência dos casos, mas é de se considerar que a elaboração de um argumento com tamanha atenção de duas sérias instituições no mínimo orientasse políticas públicas. Conforme nos mostram algumas situações, contraditoriamente as políticas públicas muitas vezes acabam sendo responsáveis pelos conflitos relatados.

Se por um lado, ao promover a ciência e ao falar da imprensa, a narrativa não dá muitas condições de as populações aparecerem – embora nos digam que implicitamente elas estão lá – não se pode deixar de constatar que as etiquetas escolhidas para esta dissertação permitiram nos orientar claramente sobre quais são as implicações do problema e para quem.

Agrupadas, as etiquetas no final das contas demarcam o caráter político da narrativa. No “uso social” da ciência, na crítica à função do jornalismo (de atender, antes, o interesse público), na valorização da luta do homem do campo e da periferia (fora dos centros), na reflexão sobre o que os dados (não são somente números) representam e ao reunir diversos acontecimentos/fatos de nosso tempo imediatamente descolados dos conflitos, temos a noção de que nenhuma situação é isolada, pontual, e de que há vastos espaços por onde a narrativa escoaria.

A principal constatação que essas etiquetas possibilitam é, ademais, a de esclarecimento público do que sejam os conflitos socioambientais, suas causas, formas de mediação; diretrizes urgentes e a longo prazo de mudança. Porém, mesmo nas universidades, não se pode dizer que se entenda tal necessidade ou até se esses trabalhos de divulgação são conhecidos.

As etiquetas nos dizem que a Fiocruz e Pastoral desenvolvem um sistema próprio de interpretação da realidade. Prestam um serviço à sociedade que se sobrepõe às lacunas deixadas por outras instituições, incluindo os grandes veículos de comunicação, embora não

os substituam. Se o Mapa de Conflitos e os Cadernos de Conflitos são potentes por conta do alcance a todo território nacional das ocorrências, limitam-se aos casos que seus agentes/colaboradores conseguiriam cobrir.

A forma como os materiais são estruturados mobilizam diferentes saberes, formas de conhecimento, principalmente quando constatamos as assinaturas dos textos que interpretam os dados e avaliam a cartografia dos conflitos. Se a luta parece ser por justiça socioambiental, obviamente o cenário que se instala ainda é de injustiça; de uma injustiça por terra e “hídrica”. As etiquetas avançam também por servirem como diagnóstico de diversas comunidades. Até porque (não fica claro nas etiquetas, mas na leitura dos casos), há relação entre legislação, políticas públicas, doenças e empresas, por exemplo, relacionados aos conflitos.

Além disso, somos levados a pensar que se poderia fugir das controvérsias revestindo o discurso sobre o fenômeno “de ciência”. Mas isso produz quais efeitos à tentativa de dar vez e voz às pessoas? A ideia de que a visão da ciência muitas vezes não corresponde com a dos atores sociais nos ajuda a pensar que o uso da ciência, conforme nos mostram as etiquetas, é estratégico, segundo a CPT, por exemplo, em sua metodologia: “o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita”; “alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio” (CPT, 2015).

Os conflitos pertencem mais à sociedade do que às populações atingidas? Segundo as etiquetas, sim, à medida que possibilidades de solução e prevenção acabam sendo transferidas a outros atores/esferas. E ainda sobre a relação entre ciência e imprensa, quando os conflitos são divulgados, pelas etiquetas considera-se que a complexidade de ambos os campos não são inteiramente incorporados pela narrativa.

O que a narrativa buscaria, então, seriam as suas credenciais. A da ciência, de outorgar autoridade/legitimidade por meio de procedimentos e constatações empíricas, e da imprensa, de ser capaz de alterar/influenciar a opinião pública. O que a ciência diz que é verdade, não se questionaria. O que a imprensa noticiaria, logo, seria também verdade (para o bem e para o mal).

Não há relação simétrica entre os fragmentos que justificariam a narrativa a partir dos Cadernos e Mapa de Conflitos. A forma como cada instituição trata ou sustenta essas etiquetas, discursivamente, não ocorre da mesma maneira. Até porque, como dissemos, a produção da CPT é mais vasta do que a da Fiocruz nesse sentido. A forma também como a CPT aponta para a dimensão religiosa não é apenas contundente, mas traço distintivo da

realidade que constrói, enquanto que a relação entre conflito e saúde ambiental é um aspecto que a Fiocruz aborda prioritariamente.

A assimetria da narrativa, poderíamos pensar, ocorreria justamente no fato de haver tantas vozes requerendo legitimar os fenômenos a seu modo. Notavelmente, os saberes canônicos. Isso fica mais evidente quando a ciência, religião e política aparecem acima dos vulneráveis ou em sua vanguarda, servindo de escudo. Esta posição da narrativa parece relegar aos atingidos uma posição passiva no sentido de que esperariam os efeitos benéficos após os casos serem divulgados.

Como o nosso título reflete, quem “brada até que fura”? São as instituições que divulgam os conflitos sistematicamente ou as populações que operam em seus territórios e acabam servindo de motivo para o relato? Ao presumir também a evolução dos casos, a narrativa não apenas funciona como diagnóstico como antecipa o por vir dos conflitos. No fim, se ampara das contradições imanentes aos documentos que constroem a realidade: não são espelho. Ao optar por construir a sua noção de conflito, a narrativa nivela situações que estariam sujeitas a procedimentos outros de validação de lutas, como a imprensa faz, cobrindo quase sempre aquilo que tem maior apelo, baseada em valor notícia e critérios de noticiabilidade.

Instauramos, talvez, um conflito nesta dissertação também quando pensamos que o não enfretamento do/ao conflito é uma forma de não tomá-lo como dado e revelar esse potencial criativo (ver capítulo I), que pode ser entre/com as pessoas, a princípio subjugadas. O que podem as pessoas com a água? Pela água? Bom, neste trabalho, a água sempre operou como caminho, percurso para olharmos de perto como a Comissão Pastoral da Terra e Fundação Oswaldo Cruz aborda:

1) do tema “conflito”; quais os entendimentos e teorias operam e como elas se aproximam das explicações de autores clássicos e contemporâneos;

2) como as duas instituições, separadamente, servem ao propósito de divulgar publicamente os conflitos, fazendo com que eles se façam conhecidos à sociedade, sirvam de argumento às pessoas vulneráveis e seja instrumento para a tomada de decisão política - muitas vezes o próprio “algoz” dos atingidos por conflitos;

3) o que a continuidade dos cadernos da CPT, publicados anualmente, e o Mapa da Fiocruz, atualizado periodicamente, quer dizer ao reconhecer, validar, divulgar e denunciar os conflitos socioambientais no Brasil;

5) o que entendemos por narrativa, qual o nosso parâmetro (a construção de uma narrativa sobre a chuva ácida e aquecimento global), e quais os elementos nos oferecem a

Pastoral e a Fiocruz para deduzir que se trata de uma narrativa sobre conflitos baseada na ciência;

4) como a imprensa aparece narrada nesta história, mas acaba sendo validada como evidência e, no final das contas, integrando o argumento de ciência (etiqueta científicidade). Ao mesmo tempo em que é fonte, seria responsável pela circulação, junto à opinião pública, de visões equivocadas dos atingidos e dos seus direitos – no geral povos do campo com modos de vida tradicionais;

5) mesmo que não adentremos nos conceitos de justiça ambiental, já que a Fiocruz mais ou menos presta o papel de identificar o que esta seria – e ao falar do Mapa, dizemos o que ela pretende -, não pode-se deixar de pensar que no final das contas a narrativa se baseia na ciência para tentar fazer justiça às demandas de meio ambiente que, como vimos, tem óbvia relação com a sociedade.

Isso posto, constatamos que a ênfase dada pela narrativa à demanda, muitas vezes velada, das populações cujo modo de vida é tradicional, parece que às vezes apaga algumas vezes, a dos próprios atingidos, e evidencia outras, a da ciência, de maneira mais significativa, e da imprensa, de maneira menos expressiva.

Uma vez que Fiocruz e CPT optam por demarcar o status de ciência - ou a dose de ciência - e como esta ajudou a elaborar a narrativa, muitas vezes sem incluir (podem não existir) trabalhos vindos de universidades, institutos de pesquisa ou outras instâncias que produzem ciência; relatórios técnicos, etc., fica claro ao checar as fontes de algumas fichas sobre conflitos por água que às reportagens atribui-se forte valor e são, muitas vezes, a principal evidência do conflito.

Esta relação entre ciência e imprensa precisaria de uma análise quantitativa que pudesse dar mais transparência a tal evidência. Precisaríamos ver também quando depoimentos diretos são utilizados como evidência. No entanto, ao constatar a existência da etiqueta “papel da imprensa”, vemos que está lá, posto por Fiocruz e CPT, qual a sua relação específica com o serviço prestado pelos jornais, revistas, programas de TV, etc.

As etiquetas, de modo geral, nos servem apenas para organizar o argumento da narrativa baseada na ciência. Então, é comum que ao falar sobre a etiqueta “vulnerabilidade”, por exemplo, nos refiramos ao todo, como se esta etiqueta desse o tom principal à narrativa. Mas a verdade é que na relação com as outras etiquetas seja formado um argumento mais amplo, em que os conflitos socioambientais precisariam:

- a) da ciência, para serem trazidos a público (daí o formato em que são publicados);
- b) de contexto, porque a luta do camponês no interior da Bahia tem relação com a do outro, no interior do Rio Grande do Sul e ambas fazem parte de uma discussão mais ampla sobre os riscos de haver um colapso da água, em que se acentuaria essas disputas em menor escala;
- c) de análise quantitativa por meio de dados robustos, números tabulados que dessem conta do dimensionamento, ano a ano, da evolução dos conflitos e que os georreferenciasse próximo ou longe dos grandes centros onde o poder público muitas vezes só chega com projetos que causarão benefícios reais em grandes centros. Ao mesmo tempo, deixando claro que números só importam porque traduzem vidas.
- d) de um argumento claro de como e porque esses documentos são resultado de uma postura política muito bem demarcada para ajudar os mais pobres/vulneráveis/atingidos
- e) de como a imprensa contribui para impulsionar os casos, provocar distorções sobre as suas características ou simplesmente contribuir para que jamais sejam conhecidos, não fosse o Mapa e os Cadernos.

É possível que outras etiquetas, outros adensamentos no texto e até algumas respostas aparecessem se checássemos a abordagem mais detida da CPT e Fiocruz sobre outros tipos de conflito. Embora esgotar a totalidade das publicações avaliadas fosse impensável. Deixamos claro isso porque, até o final, o trabalho se mantém como sendo uma percepção sobre como os conflitos pela água são trazidos a público e o que isso diz também sobre outros casos. Água, como dissemos, é meio e não necessariamente o objetivo final ou aquela unicamente alcançada.

É importante destacar a qualidade dos materiais analisados, nos quesitos organização, padronização e esquema para coleta das informações. Também diria que são materiais feitos sob encomenda das pessoas atingidas, já que elas teriam grande interesse de que suas questões fossem reconhecidas/respondidas. Mas é como se esta encomenda não fosse entregue em mãos, podendo ou não ser extraviada. Acesso às ferramentas é fundamental, não somente para o poder público tomar decisão, mas também para as próprias pessoas incorporarem a seus instrumentos particulares de cobrança de direitos.

Não podemos dizer que o Mapa da Fiocruz está em mesmo nível de consistência que o da Pastoral, mesmo que algumas situações sejam trazidas a público com um nível maior de profundidade. Além disso, a quantidade de materiais já publicados pela Pastoral e o conjunto de textos analisados nesse caso foi muito maior. Ainda assim, escrevemos com evidências coletadas das duas instituições e não identificamos prejuízos na justificativa das etiquetas aqui apontadas pelo fato dela ter aparecido em várias edições dos cadernos da Pastoral e somente num livro da Fiocruz, que só tem esta publicação sobre o Mapa elaborado.

A presença de conceitos sobre conflitos poderia dar lugar a um novo elemento da narrativa, mas seria ambíguo e redundante pensar em como uma narrativa sobre conflito se estrutura com conceito de conflito. É no mínimo esperado que esses entendimentos estejam pulverizados e sejam dados, ainda que esclarecidos. Então, optamos por dizer quais são esses esclarecimentos que prestam a CPT e Fiocruz, logo de cara, para dar clareza ao que entendemos como conflito, já que a palavra se repete tantas vezes.

Os autores mostrados no começo servem para parametrizar o que colhemos de evidência sobre o conflito dos documentos lidos com a teoria existente, avaliando se o entendimento da Fiocruz e CPT mais ou menos se aproxima ou se fasta da visão de conflito como potencial revelador de mudança ou se enquadra como problema. Ainda não temos clareza sobre o potencial de mudança, já que a transformação da realidade se dá sempre na mediação do conflito (via publicações e poder público). Entretanto, são vistos como decorrentes de problemas estruturais, e não necessariamente como algo ruim (a imprensa, sim, veria o conflito como sendo ruim).

A opção também de colocar o conflito pela água em evidência é insistir na importância que o recurso tem numa perspectiva já reconhecida e globalizada, mas é fruto da continuidade de trabalhos para pensar em novas maneiras de trazer à tona a discussão sobre isso. Pensando assim, qualquer produção que venha a somar ou formar uma corrente, ainda que às escuras, sobre os benefícios de preservar o recurso para que pessoas sobrevivam (no final das contas, é tudo sobre isso), tem a sua importância. É um degrau que se sobe, não é um degrau que se desce.

Com efeito, justificar o valor científico das publicações parece ter base, sim, no status atribuído ao campo, sobretudo no âmbito político. A sua solução de fato para os conflitos não necessariamente tem raiz na ciência, embora questões controversas demandem de pesquisadores atestarem possíveis danos, raiz de conflitos. A “cientificidade” da narrativa é tão incipiente que ela é um dos, e não o principal meio pelo qual as publicações se transformam em motivo de ação.

Formular a denúncia às instituições mostra também o quanto desvelar os conflitos com base na ciência é só o primeiro passo e que o campo por si só não dá conta de elucidar o problema e ele próprio instrumentalizar o conhecimento, convertendo-o em benefício prático para os atingidos. A narrativa, então, não tem um fim em si porque pode, ainda, ser utilizada por terceiros para agir. A narrativa é fruto de ação política, social e menos de atividade puramente científica.

A opção de escrever com os trechos retirados dos materiais da CPT e Fiocruz justificam-se no fato de que esta dissertação é um entremeio de ambas as publicações e não uma “pós-publicação”. Expande-as, não as complementa. Diz como é feito e aponta o que isso poderia causar em alguns casos, mas não endossa uma crítica e nem defende a forma como se divulgam os conflitos.

Numa escala de carregamento de água, esta dissertação seria um copo cheio. Não um garrafa, lata ou balde. São diversos vazamentos para tentar insistir num tema que, sem dúvida alguma, convence mais quando pesa a lembrança de que ainda há pessoas sobrevivendo com um mínimo de água, pessoas que têm a água cortada - aquelas, que pensam que a água vem das paredes das suas casas.

A água, então, passa a ter mais valor para quem já viveu alguma situação de restrição, seja por conta do racionamento, como em São Paulo, seja pela chuva escassa, em Caetité, seja porque a empresa que abastece a minha cidade interrompeu o fluxo dos canos na minha casa porque ficamos com recibos em atraso. A encanação desta dissertação ainda pode levar a outros mergulhos, como, por exemplo, estudar as evidências de que as publicações – caderno e mapa – resultaram em mudanças. Ou mesmo verificar as denúncias formalizadas e quais sujeitos foram alcançados.

Ademais, caberia uma investigação mais bem feita da dose de informação da imprensa que permeia as obras (e não só a constatação de que ela estrutura os materiais); entender quais informações divulgadas são fruto de depoimentos e quais são os registros feitos desses depoimentos. Parte da ideia de que muitas vezes certas vozes são ocultadas reside no fato de que um depoimento muitas vezes é divulgado como uma evidência numérica do conflito.

Tudo isso fortaleceria a ideia de uma agenda sobre conflitos, e identificaria os modos de sua articulação com as narrativas e como participam da alteração simbólica e estrutural das realidades.

Seria a água tão límpida a ponto de nos entregar, via Caderno e Mapa, vidas que são também água? No seu físico, no olhar, na terra úmida onde pisam?

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Batista Gonçalves; CANUTO, Antonio; LUZ, Regina Cassia Silva Luz. **Conflitos no Campo Brasil: 2003**. Goiânia: CPT, 2004. ISSN 1676-661.

BOECKER, Hans Jochen. **Os Pobres Possuirão a Terra: Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra**. Editora Sinodal: 2004.

BORGES, Brandão Rebecca et al. **Desastres Ambientais e Conflitos**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/9HRwV5>>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 28 de Ago. de 2017.

CANUTO, Antonio; LUZ, Regina Cassia Silva Luz. **Conflitos no Campo Brasil: 2002**. Goiânia: CPT, 2003. ISSN 1676-661.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2004**. Goiânia: CPT, 2005. ISBN 85-99218-08-5.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2005**. Goiânia: CPT, 2006. ISBN 85-99218-08-5.

CANUTO, Antonio. *et al.* **Conflitos no Campo Brasil: 2006**. Goiânia: CPT, 2007. ISBN 85-99218-08-5.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2007**. Goiânia: CPT, 2008. ISBN 85-99218-08-5.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2008**. Goiânia: CPT, 2009. ISSN 1676-661-X.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2009**. Goiânia: CPT, 2010. ISBN 978-85-77431-50-2.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. **Conflitos no Campo Brasil: 2010**. Goiânia: CPT, 2011. ISBN 978-85-7743-176-2.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2011**. Goiânia: CPT, 2012. ISBN 978-85-7743-196-0.

CANUTO, Antonio; LAZZARIN, Flávio; LUZ, Cássia Regina da Silva. **Conflitos no Campo Brasil: 2012**. Goiânia: CPT, 2013. ISBN 978-85-7743-222-6.

_____. **Conflitos no Campo Brasil: 2013**. Goiânia: CPT, 2014. ISSN 1676-661X.

CANUTO, Antonio; COSTA, Edmundo Rodrigues Costa; LUZ, Cássia Regina da Silva. **Conflitos no Campo Brasil: 2014**. Goiânia: CPT, 2015. ISSN 1676-661X.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo Brasil: 2015**. Goiânia: CPT, 2016. ISSN 1676-661X.

CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade, editores. **O Direito à Água como Política Pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015. ISBN: 978-85-7811-238-7.

COSER, Lewis. **Social Conflict and the Theory of Social Change**. The British Journal of Sociology, Vol. 8, No. 3. Setembro, 1957. Disponível em: <<https://goo.gl/rBsajm>>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **A Equação Dinâmica entre Conflitos Sociais, Recursos Naturais e Desastres Ambientais: O Estado da Arte e uma Proposta Teórica** in: VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 2012.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Ação social e conflitos em arenas ambientais**. Ciclo de Seminários – 2015: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais Universidade Estadual de Campinas (Power Point), Campinas, 12 de agosto de 2015.

LEROY, Joaquim Pierre; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania, organizadores. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

LEROY, Joaquim Pierre; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania, organizadores. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/T5BT1d>>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

GALTUNG, Johan. **Peace By Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Oslo: Sage Publications, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/wsUT52>>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

KELLER, Ann Campbell. **Science in Environmental Policy**. The MIT Press, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação**. Brasília, 2015.

Ferreira, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais e uso dos recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa**. Política e Sociedade. N°7, 2005.

ROCHA, Júlio Cesar de Sá da; SERRA, Ordep, organizadores. **Direito Ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais**. Salvador: Edufba, 2015.

SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **Exaustão das Águas**. Brasil: Duetto. Edição 63 - fevereiro/março de 2015.

VALENCIO, Norma; ZHOURI, Andréa, organizadoras. **Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ANEXOS

Tabela de análise do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil

MAPA DE CONFLITOS – FIOCRUZ (textos extraídos do livro e site)	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	<p>Os dados (...) foram complementados com informações da mídia (...) (p. 38).</p> <p>Decisões de justiça bem como informações vinculadas por grandes meios de comunicação funcionam como legitimadores da violência; legitimação que forma a opinião da sociedade local, mas também a dos próprios atingidos (p. 127).</p> <p>Se os órgãos regionais de imprensa estão presentes, a mídia nacional dá pouco espaço a esses conflitos e chega mesmo a hostilizar grupos atingidos. Porém, observamos, muitas vezes, pesquisadores que sustentam as denúncias em seus estudos (p. 129).</p> <p>(...) os conflitos ambientais são gerados pela iniciativa privada e seus projetos, é também nos termos dessa lógica – defendida amplamente pelos meios de comunicação – que eles são deslegitimadores ou ocultados (p. 260).</p> <p>(...) ‘desoculta’ e redireciona o olhar sobre esses grupos sociais, ao contrário do que normalmente se observa nos grandes meios de comunicação.</p> <p>Na perspectiva dessa dominação midiática, a diversidade é um entrave, e seus representantes são apelativamente desqualificados em sua condição de sujeitos, tratados como ‘falsos índios’; ‘falsos quilombolas’; ‘comunidades folclóricas’, ‘rudimentares’ e ‘insalubres’; falsos ‘sem-terra’ da pujança e da contravenção; ou ‘militantes desocupados’. Essa dominação midiática é hoje, inegavelmente, uma das maiores desvirtuadoras da noção de direitos.</p> <p>O mapa organiza e reinventa a</p>

	<p>democratização das informações, colocando em cena pública as contradições e a realidade vivida e pensada ao considerar a ótica de outros sujeitos e as outras formas de conceber e analisar a realidade, diferente daquelas que estão mais costumeiramente acessíveis à sociedade. Isso é importante porque a dominação midiática não acontece por acaso. O conteúdo dos meios de informação convencionais é marcado pela predominância do poder político, econômico e cultural da iniciativa privada, lugar no qual se originam os agentes que investem nos territórios e provocam os danos e os conflitos ambientais – mapeados ou não (p. 261).</p>
<p>NOÇÕES DE CIÊNCIAS</p>	<p>Para que os movimentos por justiça ambiental tenham chance de serem ouvidos e respeitados, é fundamental dar densidade e consistência às denúncias e ações. Nestes tempos em que a ciência, não poucas vezes, subordina-se ao mercado e se restringe a uma visão especializada, fragmentada e tecnicista de produção de conhecimento, não é indiferente ter, nas estratégias de luta que com o mapa se propiciam, a parceria de intelectuais engajados, de acadêmicos que, sem abrir mão do rigor científico, colocam-se do lado das vítimas do desenvolvimento e do poder econômico dominante, na defesa dos seus direitos e da justiça social e ambiental (p. 27).</p> <p>A prática de uma ciência engajada ou cidadã (Irwin, 1995; Martinez-Alier, 2009) adotada neste projeto demanda uma posição ética solidária com essas populações. Tal postura não é contrária às visões científicas da realidade, pois o posicionamento solidário deve se apoiar em argumentações legítimas acerca dos impactos, riscos e efeitos presentes nos territórios (p. 35).</p> <p>(...) em certa prática da ‘ciência normal’, no sentido atribuído por Thomas Kuhn</p>

	<p>(1987): quando se analisam problemas socioambientais complexos de forma especializada, desconsideram-se, em nome da neutralidade e pretensa objetividade (Funtowicz & Ravetz, 1994), os valores e posições das populações mais vulneráveis e discriminadas nos conflitos (p.36).</p> <p>(...) se adota uma visão engajada no âmbito de uma ciência voltada para a justiça ambiental, busca-se a primazia da ética na defesa das populações discriminadas e vulneráveis frente aos problemas ambientais nos territórios, reconhecendo-se a importância das evidências científicas (Wing, 2005) (p.36).</p> <p>(...) é necessária uma crítica epistemológica e política que possibilite enfrentar posições imobilistas ou desqualificadoras das denúncias quando inexitem provas científicas irrefutáveis dos efeitos e danos, e as incertezas são utilizadas ou manipuladas com a intenção de impedir a responsabilização dos geradores dos ricos ou mesmo ações preventivas ou remediadoras (Gramling & Davidson, 2008) (p. 36).</p> <p>(...) seu escopo não inclui o desenvolvimento de trabalhos e avaliações de campo que aprofundassem, em termos técnico-científicos, os detalhes dos impactos sobre o meio ambiente e a saúde (p. 37).</p> <p>Estão presentes também o Estado e academia, instâncias que cumprem papel central nas responsabilidades e exercícios de autoridades públicas, pois gozam de poderes e formalidades institucionais legitimadas. E, no caso específico da academia, desfruta de seu reconhecimento ‘de direito’ – embora sem sempre ‘de fato’ – como lócus do conhecimento (p. 271).</p> <p>(...) o objetivo sempre foi apresentar os</p>
--	---

	<p>conflitos com ênfase nas demandas e experiências das populações atingidas, e não em uma visão e em uma prática científica supostamente neutras e desprovidas de valor (p. 271).</p> <p>Contudo, durante a construção do mapa, não deixamos de avaliar com rigor a consistência das denúncias e demandas. Foi constatada em cada caso, principalmente nos mais polêmicos, a robustez dos argumentos levantados pelos pesquisadores do projeto na análise dos relatórios e documentos produzidos por instituições parceiras ou na análise das ações de ministérios públicos, assim como dos ‘pareceres’ dos validadores de cada estado (p. 272).</p> <p>A ideia é compartilhar conhecimentos e experiências integrando ciência e ativismo em torno dos conflitos ambientais e de ações por justiça ambiental, bases para o desenvolvimento das ciências da sustentabilidade (p. 261).</p>
<p>ASPECTOS POLÍTICOS</p>	<p>Não é suficiente, na perspectiva da justiça ambiental, apenas reconhecer as dificuldades e injustiças. É necessário transformá-las e, questões concretas, motivos de ação e transformação conscientes e organizados por parte tanto das populações afetadas quanto da sociedade em geral. Portanto, é preciso disposição política para enfrentar os problemas, e isso ocorre à medida que estes são explicitados e reconhecidos como embates ou conflitos que refletem os diferentes interesses, visões de mundo e projetos de desenvolvimento em disputa (p.16).</p> <p>Um primeiro aspecto, de natureza conceitual e política, diz respeito à sua finalidade principal: o objetivo não se reduz a listar territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações, mas sim reconhecer tais populações como portadoras de direitos, tornando públicas vozes, frequentemente</p>

	<p>discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia, que clamam por justiça (p.35).</p> <p>(...) ele [o Mapa] é o momento inicial de um novo espaço para denúncias, para o monitoramento de políticas públicas e, ainda, de desafio para que o Estado, em seus diversos níveis, responda às necessidades da cidadania, respeitando e implementando a Constituição Federal . É, pois, fundamental que se entenda que ele pertence a todos (p. 43).</p> <p>(...) significado ético-político de transformação social, que se entende como necessidade estruturante para o enfrentamento efetivo dos conflitos ambientais e das injustiças sociais. Implícita, a premissa se evidencia e se enlaça com a utopia , pois sem a transformação social não é possível revolucionar as concepções das políticas públicas; na verdade, sequer é possível perceber tais concepções ou mesmo a própria política como forma de mediação das relações entre os indivíduos e grupos (pp. 256).</p> <p>A democratização do debate só se faz possível se a visibilidade dessas lutas se constitui mediante o reconhecimento de sua legitimidade política, o respeito aos sujeitos e atores sociais que delas participam, o reconhecimento das causas que os mobilizam e das pautas e direitos que reivindicam. No caso das injustiças e dos conflitos ambientais, essa justa visibilidade é fundamental para se transformar o debate público em processo republicano. Não se constrói processo democrático sem, antes ou junto com ele, democratizarmos a própria cidadania na sua potência criativa e de transformação das injustiças e desigualdades que permeiam o atual estado de organização da vida social. E isso implica poder de decisão sobre a res publica, a ‘coisa pública’ (p. 257).</p>
--	---

	<p>No Mapa de Conflitos, a importância de exercício da cidadania se explicita desde sua concepção política e metodológica. Parte de um pressuposto ético de que, no enfrentamento dos conflitos ambientais e de sua incidência sobre a saúde da população, não existem ‘incontáveis’, como não existe possibilidade da aceitação da ‘democracia do consenso’. Diferentes vozes precisam ser ouvidas, ecoadas e processadas nos rumos da política, da participação cidadã e da garantia dos direitos (p. 258).</p> <p>(...) muitos casos evidenciam a falta de informações e estudos que investigassem mais precisamente os possíveis problemas socioambientais e de saúde que preocupam as populações nos territórios. Ainda no âmbito político, evidencia-se também o posicionamento de instituições e grupos de especialistas que negligenciam a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem precaucionária diante das incertezas em jogo. Ou seja, muitas vezes a falta de evidências robustas que associassem, por exemplo, problemas de saúde aos empreendimentos denunciados tinha por consequência uma paralisia institucional, principalmente quando estavam envolvidos fortes interesses econômicos (p. 272).</p>
<p>REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS</p>	<p>(...) muitas situações de injustiças permanecem invisíveis para a sociedade diante do déficit democrático e das assimetrias de poder (p.17).</p> <p>Identificar, sistematizar e publicizar os conflitos (...) representam, sobretudo, uma estratégia de democratização das informações, explicitando não só os impactos sociais e ambientais como outras faces perversas do modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural dominante no Brasil e no mundo (p.25).</p> <p>Os casos selecionados não esgotam as inúmeras situações existentes no país,</p>

	<p>mas refletem uma parcela importante nos quais populações atingidas, movimentos sociais e entidades ambientalistas vêm se posicionando (p.28).</p> <p>Dada a escala nacional do Mapa de Conflitos, os casos selecionados representam conflitos emblemáticos que têm sido discutidos por redes e movimentos sociais engajados em lutas por justiça ambiental no Brasil (p. 37).</p> <p>(...) o Mapa de Conflitos como síntese das relações socioambientais e de justiça ambiental – cultural, histórica, simbólica e econômica dos territórios (...) (p. 129).</p> <p>(...) o mapa convoca a sociedade a tomar ciência e reavaliar sua visão sobre conflitos socioambientais e sobre as lutas sociais e seus sujeitos mobilizadores nele refletidos, que não só reivindicam o direito à existência ‘inteira’ e ‘particular’, mas também trazem consigo diferentes formas de entender a realidade e de nela intervir (p. 257).</p> <p>(...) a importância da continuidade do mapa não se deve somente à atuação cidadã das populações atingidas, dos pesquisadores, militantes sociais, organizações e demais sujeitos políticos envolvidos na sua construção (p. 259).</p> <p>(...) o mapa colabora para a conjugação de informações e construção de sinergias. Subsidiaria a elaboração democrática de conhecimentos sobre a realidade do desenvolvimento brasileiro, incluindo e problematizando informações importantes, porém ocultadas na narrativa autopromocional e acrítica do ‘progresso’ e do desenvolvimento.</p> <p>Além disso, o mapa faz um ajuste de mediação entre os grupos impactados pelos projetos político-econômicos e a sociedade, ao lhes garantir, com apoio de profissionais e militantes, o usufruto efetivo dos recursos da tecnologia da informação, como a Internet e o uso de</p>
--	---

	<p>GPS, por exemplo. Assim, colabora também para experiências recentes de construções coletivas de politização e democratização de espaços midiáticos de interação social consolidados na atualidade (p. 262).</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>O modelo de desenvolvimento subjacente que gera injustiças é marcado pela concentração de riquezas, por processos decisórios pouco democráticos, pela exploração insustentável dos recursos naturais e pelo desrespeito aos direitos humanos fundamentais das populações – à saúde, à moradia, ao ambiente saudável, à participação ou à preservação da cultura e da integridade comunitárias. Portanto, tornar públicos e debater os conflitos ambientais representa, mais que uma estratégia de democratização das informações, a busca por sociedades mais justas e sustentáveis num momento em que as crises socioambientais se tornam cada vez mais planetárias e emblemáticas de uma crise civilizatória mais ampla (p.13).</p> <p>(...) são justamente os conflitos, valores e incertezas que caracterizam os problemas socioambientais mais graves e urgentes da época (Funtowicz & Ravetz, 1994) (p. 16).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>A produção de conhecimento compartilhada e o protagonismo das populações atingidas são elementos marcantes nos movimentos por justiça ambiental e influenciaram tanto o Mapa do Racismo quanto, posteriormente, o da Injustiça Ambiental. Isso não se reduz apenas à opção política e metodológica de se valerem das vozes e das denúncias dos povos e comunidades. Está presente também no trabalho de busca de possibilidades de solidariedade e de alianças entre os diferentes sujeitos envolvidos (p. 22).</p>

	<p>Combater o ocultamento de tais conflitos é, portanto, estratégico para reduzir os processos de vulnerabilização das populações atingidas, promovendo simultaneamente a cidadania, a justiça ambiental e a saúde numa perspectiva mais ampla (Acserald, Herculano & Pádua, 2004; Porto, 2007; Porto & Pacheco, 2009).</p> <p>Seu objetivo [do mapa] maior é, a partir de um mapeamento inicial, apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos/as em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde por tais populações, bem como movimentos sociais e ambientalistas parceiros (p.25).</p> <p>(...) ele tira da invisibilidade grupos que têm suas vidas ameaçadas nos territórios em que vivem e trabalham, que lutam pelo direito de neles permanecerem e para terem acesso justo aos recursos deles provenientes. Nesse sentido, funciona como uma espécie de tribuna, de escudo para povos indígenas, quilombolas, camponeses sem-terra, ribeirinhos, pescadores artesanais e tantas outras comunidades tradicionais, que dificilmente encontram espaço nos meios de comunicação. (...) é também um importante instrumento de proteção – pelo menos até onde isso é possível, considerando a impunidade que envolve jagunços, pistoleiros e mandantes de assassinatos no Brasil (p.25).</p> <p>E, embora se entenda que a sua ação não pode nem deve substituir o poder público ou os sujeitos sociais dos conflitos, sua importância mediadora é inegável (p. 27).</p> <p>[Potência de ser] instrumento para o aprimoramento da democracia e para a garantia dos direitos humanos e da cidadania plena (p.28).</p>
--	---

	<p>[...] o mapeamento dos conflitos ambientais tem por objetivo tornar visíveis as populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento [...] (p. 37).</p> <p>O Mapa de Conflitos representa um instrumento de poder das comunidades diante das ações das corporações transnacionais da energia (hidroelétricas, termelétricas), indústrias poluidoras, monoculturas, mineração, turismo de massa, entre outras (p. 121).</p> <p>[...] é uma ferramenta eficaz para revelar os danos socioambientais, injustiça ambiental e ações concretas de racismo ambiental, e ao mesmo tempo para instrumentalizar as exigências propostas pelas comunidades e povos tradicionais para o cumprimento dos princípios da equidade, da precaução, da garantia ao livre acesso à terra e da ampla participação comunitária em todas as fases do licenciamento ambiental (p. 121).</p> <p>Ao colaborar com a quebra do silêncio, ‘visibilizando’ o movimento e considerando diferentes vozes, o mapa apresenta, ora explícitos, ora implícitos, também diferentes reflexos do enfrentamento das injustiças e conflitos ambientais (p. 258).</p> <p>Reforça-se, assim, o papel dos pesquisadores e demais sujeitos envolvidos na construção e nos propósitos do mapa para atuarem na defesa solidária das populações atingidas (p. 273).</p>
VISÃO AMPLIADA DE SAÚDE	<p>O conceito de promoção da saúde que assumimos implica incorporar a defesa dos direitos humanos fundamentais, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia na defesa da vida e da saúde. Isso engloba, igualmente, o direito à terra, aos alimentos saudáveis, à democracia, à</p>

	<p>cultura e às tradições, em especial das populações atingidas e frequentemente vulnerabilizadas e discriminadas. Ou seja, nossa concepção de saúde e ambiente vai além das variáveis do saneamento básico, da contaminação ambiental por poluentes e das doenças e mortes decorrentes desses fatores (Porto, 2007; Porto & Pacheco, 2009) e está intimamente associada à noção de justiça ambiental (p. 36 e 37).</p>
--	---

Tabelas de análise dos cadernos Conflitos no Campo Brasil

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2002	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	Multidão de vítimas considerada criminosa, tratada como ré pela maior parte da imprensa (Alfonsin, 2003, p. 105).
NOÇÕES DE CIÊNCIAS	No início, ainda quase um experimento. Mas ao aperfeiçoar a metodologia, a realidade despontará com mais transparência (Malvezzi, 2003, p.101)
CONSIDERAÇÕES SOBRE RELIGIÃO	<p>Momento histórico, sob o duplo signo da paixão e da esperança. Paixão no sentido bíblico-litúrgico e esperança conforme o imaginário do nosso povo. (Balduino, 2003, p.7)</p> <p>Nesta hora de esperança a CPT invoca confiadamente a ternura e a força do Deus da Vida plena e da Terra nova (CPT, 2004, p.203).</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Até 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Inca utilizavam os números da CPT para mostrar a violência no campo. A partir de 2000, a Ouvidoria Agrária Nacional começou a fazer esse registro. (Canuto, 2003, p. 9)</p> <p>CPT instaura um filão de documentação sem precedentes no Brasil (Malvezzi, 2003, p. 101)</p> <p>A água é um eixo de trabalho.</p>

<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Queda mais que brusca no número de conflitos em tempos de seca. Em 2001, foram registrados 129 conflitos. Em 2002, somente 5 (Canuto, 2003, p. 9).</p> <p>Pesa a “crise da água” diante dos dados; o escasseamento da água, tanto em quantidade, quanto em qualidade; barragens, poluição por esgotos domésticos e industriais, agrotóxicos, desmatamento das bacias hidrográficas, uso intenso da água na agricultura irrigada, geração de energia elétrica, enfim, o que se convencionou chamar de “uso múltiplo das águas”, sem regras e sem cuidados impacta os mananciais, gera conflitos e ameaça o elemento fundamental para qualquer forma de vida (Malvezzi, 2003, p. 101)</p> <p>Surgiu em nível mundial um novo discurso sobre a água e o que era “inodoro, insípido e incolor” agora é “ouro azul”, “comodities”, “elemento escasso”, “dotado de valor econômico”, e que “haverá guerras pela água”.</p> <p>Lei incorpora ambiguidades desse discurso e nos deixa em situação e apreensão quanto ao futuro de nossas águas.</p> <p>Estamos envolvidos com a luta pela água de beber em todo o semiárido.</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Utilizar os dados em função das causas do povo com o qual trabalhamos.</p> <p>Proximidade que as equipes da CPT têm com as populações mais pobres do país, desde os ribeirinhos do Amazonas, Aaraguaia-Tocantins, São Francisco, Pantanal até os sertanejos das caatingas, passando pelas populações praieiras; atingidos por barragens (Malvezzi, 2003, p. 101).</p> <p>A CPT está consciente de que esse novo</p>

	<p>filão de registro contribuirá, em muito, com toda a sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, as principais vítimas da depredação de nossas águas. O registro [...] nos dará luzes para buscar alternativas e abrir novos caminhos. Criar os “excluídos da água” é inadmissível, embora já existam (Malvezzi, 2003, p. 101).</p>
--	--

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2003	
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>Como Pastoral da Terra, afirmamos que, além da terra e das sementes, também a água é um bem sagrado, um direito fundamental e um patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos. Por isso fortalecemos a luta contra a privatização e mercantilização da água. Ao mesmo tempo, convocamos toda a sociedade e de maneira especial as Igrejas [...] à luta em defesa da água e dos direitos das comunidades ribeirinhas e do semiárido e à luta contra os projetos hidrelétricos e hidroviários. (CPT, 2004, p. 202).</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Mas o que os números revelam é muito mais grave do que pode parecer à primeira vista. Uma análise profunda e iluminadora do prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, lança uma luz nova sobre o que se esconde por trás dos dados que a CPT vem religiosamente registrando (CPT, 2004, p.7).</p> <p>O que a CPT pretende, com a divulgação dos dados, é provocar uma reflexão séria de toda a Nação brasileira sobre o modelo de desenvolvimento no campo aqui implantado e mantido a ferro e fogo.</p>

<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda, que a Reforma Agrária finalmente iria acontecer. Por isso multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico (CPT, 2004, p.7).</p> <p>Terra e água para serem conhecidas e libertadas (CPT, 2004, p. 171).</p> <p>Tentativa de dominação das águas e das sementes (CPT, 2004, p. 202)</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>CPT, leal à sua missão de serviço aos pobres da terra e das águas, ergue sua voz profética frente aos senhores da guerra e brada a toda sociedade. (CPT, 2004, p. 202).</p> <p>Fiel aos clamores e às esperanças que vêm da terra e das águas, a CPT reafirma a luta dos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos de direitos que vêm sendo sistematicamente espoliados [...]. (CPT, 2004, p. 203).</p>

<p>CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2004</p>	
<p>PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO</p>	<p>os múltiplos ataques da imprensa (Canuto, 2005, p.109)</p> <p>algo que não cabe dentro dos parâmetros das elites nacionais e da imprensa que lhe é subserviente (p.110)</p> <p>Para a elite brasileira e para a imprensa que a serve, os movimentos sociais que lutam por seus direitos, que se confrontam com o capital que só enxerga em sua frente o lucro e o “progresso” (de seus interesses) devem ser tratados da forma</p>

	como o tenente-coronel Martins os tratou – com repressão, com bombas, cassetetes, balas. (p.110)
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	Vida que tabelas, números e gráficos nunca conseguirão registrar, mas que é a realidade mais rica e mais doída destas vidas vitimadas e ameaçadas de muitas maneiras, às vezes por anos a fio (Gallazzi, 2005, p. 10)
SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS	<p>Quando a transposição do rio São Francisco tenta ser empurrada goela abaixo dos brasileiros e brasileiras, contra a opinião abalizada de técnicos e cientistas e daqueles que convivem no dia-a-dia com o grande “rio da integração nacional”, os conflitos em torno à água crescem e são graves, sobretudo os relacionados à construção de barragens. De 8 conflitos registrados em 2002, passou-se a 20, em 2003, e agora, em 2004, a 60. O governo tem mostrado muita determinação em desapropriar áreas que são entregues a empresas particulares para a construção de barragens, e que, quase sempre, atingem famílias humildes (CPT, 2005, p.8).</p> <p>A água está sendo vista e encarada como a grande riqueza deste milênio e por isso cresce a disputa pelo seu controle (Nadaletti & Cervinski, 2005, p.115)</p> <p>Onde os conflitos crescem a olhos vistos é com relação à construção de açudes e barragens, sobretudo as destinadas à produção de energia elétrica. Dos 60 conflitos pela água, em 2004, 24 se deram em torno a barragens e açudes. E nestes percebe-se que o tratamento e a atuação das empresas em todo o Brasil têm acentuado a violação dos direitos humanos.</p>

	<p>A responsabilidade, porém, por estes conflitos é claramente do Estado Brasileiro que estabelece como política de geração de energia elétrica, a hidráulica. As barragens, por isso, são consideradas de utilidade pública, e o governo emite decretos de “Desapropriação por Utilidade Pública” para que os donos das barragens, em sua maioria transnacionais, possam desapropriar as famílias de suas terras, usando inclusive a força policial</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Os conflitos em torno à água mostram assim mais uma faceta do processo de exclusão dos pobres do campo (Nadaletti & Cervinski, 2005, p.116)</p>

<p>CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2005</p>	
<p>PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO</p>	<p>A reivindicação e a luta do povo camponês, sofridas e conflitantes, vêm sendo satanizada pelos “poderes deste mundo”, através dos grandes meios de comunicação (que são os meios dos grandes) (Casaldáliga, 2006, p.7).</p> <p>São sobretudo mortes e sofrimentos, que, nem por um instante, ganharam os holofotes da mídia. São estas vidas e mortes anônimas que nossa publicação quer evidenciar. (Lazzarin, 2006, p.11)</p> <p>Toda a imprensa, subserviente ao capital, qualificou o ato como crime, que na verdade, era uma manifestação a favor da vida e do meioambiente (Lazzarin, 2006, p.12)</p>
<p>NOÇÕES DE CIÊNCIAS</p>	<p>Os índices de Conflitividade elaborados pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves, relacionando conflitos no campo com sua população rural, continuam a mostrar a olho nu como a violência é significativamente maior onde o agronegócio, baseado nas monoculturas,</p>

	<p>mais rapidamente se expande (Lazzarin, 2006, p.12)</p> <p>Não há dúvida, tanto do ponto de vista da sensibilidade popular, como do da análise científica, que a intensificação dos períodos de seca no Rio Grande do Sul tem a ver com a brutal destruição ambiental que o modelo de agricultura que as multinacionais implantaram, através da chamada revolução verde, provoca nesta região (Gorgen, 2006, p.174).</p>
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>A Campanha da Fraternidade de 2004, “Água, Fonte de Vida”, já registrava a reflexão internacional de que a ganância e a irresponsabilidade no uso da água poderiam levar a conflitos e guerras. Entretanto, ressaltava que, o mesmo fator que pode gerar guerras pode gerar a fraternidade e a solidariedade entre os povos. Propunha que a água fosse um instrumento de paz, não de guerras. Esse é o dilema cada vez mais palpável para a humanidade, isto é, fazer da água um objeto de cobiça e fonte de guerras, ou fazer da água um meio de fraternidade e paz entre os povos. O Brasil terá que escolher (Malvezzi, 2006, p. 143)</p> <p>O que vai definir o rumo brasileiro na gestão das águas será nossa política de águas. Constitucionalmente a água é um bem da União, portanto, de todo povo brasileiro. Porém, a Campanha da Fraternidade já evidenciava as contradições da nossa Lei de Recursos Hídricos, que também instituiu a política nacional de recursos hídricos, fundada exclusivamente no “valor econômico” e na visão “recursista” da água. “É uma visão reducionista”, já acusava o textobase da Campanha. Os desdobramentos vão comprovando que os bispos tinham razão (Malvezzi, 2006, p. 143)</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	Cada ano, a CPT lança à opinião pública seu relatório sobre os conflitos do campo

	<p>brasileiro.</p> <p>Uma espécie de PNUD da problemática agrária no Brasil, que é esperado e acolhido, até por meios de comunicação nada propícios para a denúncia da injustiça rural e para a reforma agrária verdadeira. A seriedade e a precisão do Relatório se impuseram, no Brasil e no exterior (Casaldáliga, 2006, p.7)</p> <p>Quem acusa a CPT de morbidez pessimista não conhece o nosso campo de perto.</p> <p>Enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo nem na cidade. (Casaldáliga, 2006, p.8)</p> <p><i>Conflitos no Campo Brasil</i> não é arquivo morto, mas memória viva e subversiva, que anima e motiva quem luta em defesa da vida e da justiça. Não é rito que repete fórmulas mumificadas, porque estes dados e números têm o tempero ético da indignação, da paixão e da esperança, que iluminam a espiritualidade e a prática da CPT, junto aos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil (Lazzarin, 2006, p.12).</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>“A violência no campo está enraizada em um conflito distributivo de terra, que só pode ser solucionado por uma reforma agrária ampla e massiva, que democratize o acesso à terra e possibilite o desenvolvimento do campo brasileiro” (Casaldáliga, 2006, p.7).</p> <p>As guerras pela água se tornam a cada dia uma possibilidade mais real. Afinal, estamos lidando com um dos sustentáculos da vida. A guerra entre árabes e israelenses, a batalha civil de Cochabamba, a situação crítica da Turquia, são algumas situações dramáticas que passam pelo uso e preservação da água (Malvezzi, 2006,</p>

	<p>p.142)</p> <p>[...] embora pese o discurso brasileiro de “uma nova cultura da água” e a construção de um “Plano Nacional de Recursos Hídricos”, a prática é ambígua e com muitas contradições. Nada está perdido, nada está ganho. Cabe ao povo brasileiro, se necessário em conflito com seus governos, decidir o destino de nossas águas. O número crescente de conflitos é um mau sinal (Malvezzi, 2006, p. 143).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Nosso clima está ficando igual ao do Nordeste” - repetem com frequência os camponeses gaúchos (Gorgen, 2006, p.174).</p> <p>“Não é só a seca que seca, a política agrícola dos governos e a exploração das multinacionais secam mais do que a seca” - diziam os camponeses (p.175).</p> <p>Como bispos, pastores de nossas Igrejas, preocupados com a situação, denunciemos a violência e as arbitrariedades que se cometem contra as famílias dos atingidos por barragens. Conclamamos a todos e todas em nosso País, que têm compromisso com a causa da justiça, a apoiarem esta luta desigual dos pequenos contra os interesses dos que só vêem em sua frente o lucro a qualquer custo. Apelamos também ao governo federal para que tenha a mesma determinação, expressa na desapropriação das áreas para a construção de barragens, para buscar soluções eficazes para as famílias e as comunidades atingidas (CPT, 2006, p. 242)</p>

<p>CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2006</p>	
<p>PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO</p>	<p>Restrita à imprensa escrita, a documentação ficará sempre aquém da realidade. Ou ainda há quem acredite que a mídia em geral retrata a realidade?</p>

	(Siqueira & Zellhuber, 2007, p.112).
NOÇÕES DE CIÊNCIAS	A conjuntura recente do Brasil traz um potencial explosivo de conflitos pela água. Se não aparece em ocorrências é de se perguntar o porquê. Certamente não são os critérios muito rígidos do Setor de Documentação da CPT. É de nos questionar a nós mesmos, agentes da CPT, pelo descuido em identificar e fazer o registro dos casos (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.110).
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	A notícia sobre a morte da menina sem-água nos fez ver que, mais do que o sobe-e-desce dos números - que interessa, sim, à ciência social e, por obrigação, deveria interessar aos governantes -, importam os dramas humanos que os números escondem (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.110)..
SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS	<p>Em se tratando de ribeirinhos e pescadores artesanais, as tentativas de expropriação de recursos hídricos e da fauna (quelônios, peixes ornamentais) têm sido perpetradas pelas empresas empenhadas na construção de barragens, pelas indústrias de pesca, pelos chamados "tartarugueiros", empenhados no tráfico ilegal de quelônios, notadamente na região do Rio Jauaperi, no Amazonas, e por agências de pesca esportiva e turística (Almeida, 2007, p. 17).</p> <p>Ribeirinhos Os ribeirinhos têm sofrido processos de expropriação de seus territórios tradicionais em praticamente toda a Amazônia. No decorrer de 2006, além das tensões no Rio Madeira, registram-se conflitos nos afluentes do Rio Negro e Solimões. Na fronteira dos municípios de Novo Airão e Barcelos com o Estado de Roraima, no Rio Jauaperi, os ribeirinhos têm sofrido intensa pressão com ataques sucessivos das indústrias de pesca, através de barcos "geleiros" e "tartarugueiros". Devido ao não cumprimento das atribuições firmadas pelo Ibama na instrução</p>

	<p>normativa nº 99 MMA/Ibama para viabilizar o Acordo de Pesca, de abril de 2006, o conflito tende a se agravar. Sublinhe-se que, de acordo com os registros desta publicação, no Rio Jauaperi, um agente ambiental foi assassinado e outros cinco sofreram tentativa de assassinato pelos que praticam a pesca ilegal (Almeida, 2007, p. 19)</p> <p>[...] somos o único País de dimensões continentais em que chove sobre todo território nacional. Por todos esses dados, o Brasil é considerado a maior potência mundial em volume de água doce. Em um país tão dotado de água, pode-se até imaginar que há para todos e que quase não ocorram conflitos por este bem essencial. A abundância gera cobiça e mesmo esse bem essencial não escapa, antes tem-se tornado uma das "mercadorias" mais cobiçadas do mercado, o "ouro azul", como querem que acreditemos. Atendimento é, pois, aumentarem os conflitos por água (Siqueira & Zellhuber, 2007, p.111).</p> <p>Definitivamente, o Norte e o Nordeste deixaram de ser regiões inóspitas para o capital. É rota de conflitos.</p>
--	--

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2007	
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>[...] como diz o professor Alberto Moreira, que “o sofrimento está escondido e calado por trás destas estatísticas. Atabela esconde o rosto, oculta os olhos, não mostra a história. Quanta espera, angústia, talvez ódio e desejo de vingança, não estão aí, espremidos e amordaçados nestes números? (CPT, 2008, 7).</p> <p>Poderíamos até dizer que a CPT antes não estava conseguindo interpretar</p>

	<p>corretamente os fatos e não prestava atenção nos conflitos pela água, que agora está mais preparada, portanto, os conflitos estão sendo registrados com mais precisão. Pode ser, mas, sem dúvida, o aumento dos conflitos pela água, fato mundial, também vai se ampliando no território brasileiro, em função da política que vai sendo implantada.(Malvezzi, 2008, 98).</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>[...] o olhar holístico sobre a água, exige que ela seja considerada nas suas interfaces com a sua dimensão vital (biológica), ambiental, dos direitos humanos, estética, religiosa, cultural, paisagística, social, além da econômica e técnica.</p> <p>Aqui temos encontrado imensas dificuldades em dialogar com as corporações técnicas, em particular com a visão economicista que alimenta os capitalistas da água. Com esses, o diálogo é praticamente impossível. Então, surgem os conflitos. Aliás, os economistas, que têm sua matriz lingüística na mesma etimologia dos ecologistas, foram educados a ter uma visão restritiva da realidade. Daí, por consequência, a imensa dificuldade de considerar em seus raciocínios e práticas outras interfaces da água, tantas vezes essenciais para as populações que nascem e vivem vinculadas a determinados rios, lagos, ou como gostam os técnicos, determinados corpos d'água (Malvezzi, 2008, p. 98).</p> <p>O mundo de hoje exige uma nova cultura da água, do respeito, do zelo, do cuidado, da responsabilidade no uso. Quem está determinado pela lógica econômica, viu nessa nova cultura, o momento de introduzir a cobrança pela água (p. 99).</p> <p>Como um rio que tem um longo percurso até o mar, muita água vai mover os moinhos dos conflitos. Infelizmente. (Malvezzi, 2008, p. 99).</p>

“AJUDANDO OS MAIS POBRES”	A CPT, ao divulgar estes números, quer que eles abram consciências e corações para sentir mais de perto a realidade do povo da terra e das águas no Brasil (CPT, 2008, 7).
----------------------------------	--

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2008	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	[...] todo o povo pobre ativo - como são os sem terra que defendem seus direitos - é visto como perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião. (CPT, 2009, p.7).
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>A energia que move a Pastoral da Terra vem do chão. Vem do povo que habita a terra, as florestas, as águas e delas retira e nos oferece o pão. Vem articularmente do Deus da Bíblia, Aquele que caminha com seu povo em qualquer circunstância (CPT, 2009, p.140)</p> <p>Que o Deus da vida, fonte suprema de todas as energias, esteja com o povo do campo e com aqueles que estão a seu serviço (CPT, 2009, p.141)</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	Pelo vigésimo quarto ano consecutivo a CPT traz a público os dados dos Conflitos no Campo e das violências praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas e por eles heroicamente suportadas (CPT, 2009, p.7).
SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS	<p>A velha cena das mulheres nordestinas carregando água na cabeça, ou das mulheres africanas ao redor de um poço, ou ainda as mulheres ribeirinhas caminhando para as beiras de rios para lavar suas roupas, pareciam cenas do atraso e do passado. O futuro sonhado é que todos pudessem ter a água ao pé de sua casa. A ONU afirma que quando a água está a mais de um quilômetro já é um problema (Malvezzi,2009, p.82).</p> <p>O uso desmensurado e injusto da água,</p>

	<p>sua apropriação privada por grupos particulares, multiplicam os conflitos em todo o mundo. Não só, áreas antes consideradas seguras hidricamente, agora sofrem também com um novo fator: a mudança climática provocada pelo aquecimento global. A água falta ou, repentinamente, caem chuvas torrenciais. Portanto, temos todos os ingredientes para aprofundar e acelerar os conflitos pela água: apropriação privada, contaminação, consequente exclusão de multidões, áreas com pouca disponibilidade hídrica, agora agravados pela mudança climática. Portanto, esse bem indispensável a todas as formas de vida, seja por distribuição natural desigual, seja por poluição, seja por apropriação privada, seja pelas modificações causadas pelas mudanças climáticas, passa a ser fator de conflitos crescentes e cada vez mais violentos. Quando esses conflitos transpõem fronteiras, podem levar países a guerras.</p> <p>Se hoje 1,2 bilhão de pessoas não têm segurança hídrica biológica, se 2,6 bilhões não têm saneamento, se já existem guerras pelo mundo em torno da água, o Brasil não está favorecendo a cultura da água para a paz. Pelo contrário, para o negócio (p.84).</p> <p>Novos e poderosos conflitos deverão surgir. Uma política integral de água, ambientalmente sustentável, não pode focar apenas o consumo humano, mas todos os usos da água, particularmente o econômico.</p> <p>Aí é que mora o conflito. O uso econômico pressupõe o uso privado, através das outorgas, com graves danos ambientais e impactos sociais nas comunidades que dependem diretamente da água. Os donos do capital sabem. O governo também. Mais que nunca, os setores que pensam uma cultura de paz, de defesa da comunidade da vida, terão que reiterar seus esforços para que a água permaneça como um bem</p>
--	--

	público, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos.
“AJUDANDO OS MAIS POBRES”	CPT, que tem nos povos da terra sua razão de ser, sugere aos movimentos sociais que retomem essa bandeira de luta de forma renovada e inequívoca (CPT, 2009, p.140)

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2009	
NOÇÕES DE CIÊNCIAS	<p>A publicação tornou-se uma referência. Graças à seriedade do trabalho verdadeiramente científico da equipe de documentação, ajudada por amigos mestres na pesquisa, na tabulação e na interpretação dos dados, tornou-se ele um instrumento aguardado a cada ano por muitas entidades, até mesmo pelo próprio governo (Balduino, 2010, p. 7).</p> <p>Conflitos no Campo Brasil, portanto, não são apenas tabelas e gráficos. São comentários científicos, são manifestações camponesas, são notas proféticas do dia a dia (p. 7 e 8).</p> <p>Ora a CPT tem agentes-testemunhas em todos os Estados. Além disso recolhe criteriosamente notícias aparecidas na Imprensa, as das entidades e até aquelas produzidas pelo governo (Balduino, 2010, p. 7).</p>
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	O Conflitos no Campo Brasil, chamado internamente na CPT de Caderno de Conflitos, está fazendo bodas de prata. São 25 anos de missão testemunhal e profética a serviço dos pobres da terra, dando-lhes voz e vez diante da violência

	do latifúndio apoiado no poder público (Balduino, 2010, p. 7).
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Até quando vai ser preciso registrar os conflitos no campo e elaborar o Caderno? Dom Casaldáliga responde com sabedoria: “Enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo, nem na cidade” (Balduino, 2010, p. 7).</p> <p>O conteúdo do Caderno é, na sua maioria, de tabelas e gráficos. “A tabela, diz o professor Alberto Moreira, esconde o rosto, oculta os olhos, não mostra a história. Quanta espera, angústia, talvez ódio e desejo de vingança, não estão aí, espremidos e amordaçados nestes números?” E ainda acusam a CPT da morbidez de estar sempre à procura de mais conflitos...</p> <p>Testemunho. O Caderno é respeitado pelo seu caráter de testemunha.</p> <p>Há muito mais conflitos do que o que se pode registrar. Ponham isso na conta da fragilidade da CPT, da imprensa que só noticia os grandes incidentes e do fato da violência no campo ir virando coisa normal. O Caderno é, pois, um pálido retrato da realidade.</p> <p>Portanto, o que aqui vai registrado, apesar de chocante, não representa nem a metade do que acontece no campo. Os fatos testemunhados não são neutros, ao contrário, são muito polêmicos. Por isso há tentativas de “queima de arquivos”. E a CPT tem agentes seus na mira dos adversários e alguns agentes hoje acobertados em razão do direito e da lei de proteção às testemunhas.</p>

<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Nossas águas - que carregam múltiplas possibilidades de uso e compartilhamento - têm servido de base exponenciadora para um modelo de fornecimento subordinado às cadeias transnacionais, que aprofunda a concentração de renda interna e que degrada e expropria preciosas territorialidades socioambientais de povos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Soberania empresarial versus soberania social sobre os recursos naturais, esse é o embate de fundo, do qual não nos furtaremos. A partir dos conflitos pela água, diretos e/ou transversais, desencadeados em sua maioria pelo agronegócio e pelos setores energético e minero-metalúrgico, o que precisa vir à tona é o confronto entre projetos de desconstrução e de reconstrução nacional. Situação-limite que vem sendo diluída por meio de projetos governamentais concebidos para “todos os brasileiros” (Garzon, 2010, P. 83).</p> <p>Os conflitos pela água derivam dessas formas brutais ou sutis de apropriação privada de um recurso antes compartilhado, formal ou informalmente. (P. 84).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Os fatos denunciados nestes vinte e cinco anos de sofrimento, de dor, de morte e de luto no campo, são, ao mesmo tempo, o anúncio eloqüente da resistência, do heroísmo das conquistas camponesas e da indefectível esperança de ressurreição e de vida (Balduino, 2010, p. 8).</p> <p>São incontáveis os profetas da terra e das águas, nomeados na publicação ou anônimos, homens e mulheres admiráveis, verdadeiros construtores e construtoras da Paz no campo com Justiça, construtores de um outro Brasil (Balduino, 2010, p. 8).</p>

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2010	
NOÇÕES DE CIÊNCIAS	<p>E tudo com o apoio e investimento do governo federal, que a todo custo quer impor seus grandes projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, sem dar ouvidos a cientistas, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e às comunidades tradicionais que historicamente acumularam saber na relação com as águas e a natureza que alertam para os imensuráveis impactos negativos que os mesmos provocam. Os impactos sociais e ambientais acabam se tornando mero detalhe, um apêndice sem muita importância (CPT, 2011, P.7).</p>
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>Desde que o homem se apropriou da árvore da vida e assumiu o protagonismo de seu próprio destino, o “progresso e o desenvolvimento econômicos” não têm poupado a natureza. A sociedade humana conseguiu pôr em desequilíbrio a Criação. A terra é só uma e os recursos são finitos (Cortes, 2011. P. 88).</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Desde que a CPT incorporou a temática da água, em 1999, como um dos seus grandes eixos de trabalho, envolvendo lutas concretas, reflexões e produções teóricas, estava no horizonte que os conflitos pela água aumentariam em todo o território brasileiro, assim como acontece em outros cantos do mundo (Canuto & Malvezzi, 2011, p. 17).</p> <p>Os conflitos indicam os rumos que estamos trilhando e, portanto, onde iremos chegar. Esses dados não ilustram apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro que desenhamos para as gerações que irão nos suceder (Canuto & Malvezzi, 2011, p. 18).</p>

<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Estes conflitos atingem famílias e comunidades que têm terra, casas e benfeitorias alagadas pelas barragens das hidrelétricas ou que são impedidas de ter o livre acesso às fontes, ou que tem sua água contaminada pelos agrotóxicos das grandes monoculturas ou pelos resíduos da mineração. Conflitos que na outra ponta envolvem trabalhadores da construção das grandes obras. Como ressalta o texto que analisa estes conflitos, é o econômico que se sobrepõe a qualquer outra dimensão e valor da água (CPT, 2011, P.7).</p> <p>O olhar vesgo e interesseiro do capitalismo que insiste em só ver o valor econômico da água, é que está na origem e, cotidianamente, alimenta os graves e sérios conflitos em relação a este bem da criação, e que a CPT começou a registrar sistematicamente todos os anos a partir de 2002. Antes disso, a CPT já registrava os conflitos relativos às barragens. Mas, a partir de 2002, a CPT decidiu registrar e publicar anualmente outros tipos de conflitos pela água, como os relativos à apropriação particular e ao seu uso e preservação (Canuto & Malvezzi, 2011, p. 17).</p>
--	--

<p align="center">CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2011</p>	
<p>NOÇÕES DE CIÊNCIAS</p>	<p>Diz o professor Carlos Walter Porto Gonçalves: “Os dados parecem comprovar cientificamente o caráter de classe da justiça no Brasil, haja vista que a ação do poder público se move de acordo com a ação dos movimentos sociais em luta pela terra, mas se mostra indiferente com relação ao poder privado, na medida em que, como se observa, a intervenção do poder público aumenta ou diminui acompanhando o aumento ou queda da ação dos movimentos sociais” (CPT, 2012, p. 7).</p>

REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Os dados que a CPT registra, como tem sido dito em diversas oportunidades, são só a ponta de um iceberg. Há muito mais conflitos, violências, dor e morte na imensidão deste Brasil indígena e rural que nunca serão divulgados. O isolamento das comunidades, a falta de sensibilidade diante da situação dos trabalhadores e de um olhar mais atento impedem que a sociedade chegue ao conhecimento desta realidade (CPT, 2012, p. 8).</p> <p>Entretanto, vale ressaltar que esses números são apenas uma amostragem, muito longe de contabilizar efetivamente o que acontece em todo território nacional. Mas, os números da CPT apontam e confirmam a tendência desenhada desde o século passado. (Malvezzi, 2012, p. 86 e 87).</p>
“AJUDANDO OS MAIS POBRES”	<p>Ao registrar os conflitos nacionais pela água, a Pastoral da Terra mais uma vez presta um enorme serviço à sociedade brasileira, particularmente àqueles que se alimentam da fome e da sede de justiça (Malvezzi, 2012, p. 86).</p>

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2012	
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>Números parecem tão áridos, tão “limpos”, assépticos. Não mostram a poeira, a destruição das casas, as telhas, tábuas e tijolos quebrados. Não permitem ver roças e colheitas destruídas, o trabalho de anos pisoteados pelas rodas e as esteiras implacáveis dos tratores e nem mostram as matas seculares destruídas rapidamente por motosserras que rasgam os troncos e os ouvidos.</p>
“AJUDANDO OS MAIS POBRES”	<p>a CPT junto com os homens e mulheres da terra, das águas e das florestas, e suas organizações e movimentos, continua acreditando na força dos fracos, pois, como diz a pastora Nancy Cardoso, tomando emprestadas palavras de Cláudia Korol, que cita Roque</p>

	Dalton: ““Os mortos estão cada dia mais indóceis’, cada dia mais indóceis, cada dia mais rebeldes... e assim como o inimigo não deixou de vencer, os povos não deixaram de resistir e de criar novos espaços e possibilidades para viver os sonhos de mudar o mundo” (CPT, 2013, p. 8).
--	---

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2013	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>Esta edição de Conflitos no Campo Brasil não estaria em nossas mãos não fosse o olhar atento e amoroso destes “pastores” que conhecem, convivem, sentem na pele o sofrimento das pessoas e o registram cuidadosamente, transformando em números o grito de dor, muitas vezes abafado, que se ergue do chão, da terra, das florestas e das águas do Brasil. É por isso que esta publicação goza de tanta credibilidade. Por trás de cada tabela, tem vida vivida, sofrida, muitas vezes massacrada por uma violência inaceitável e cruenta que provoca compaixão, indignação e raiva em nosso coração de “pastores e pastoras da terra”, ao mesmo tempo em que nos desafia a continuar sendo “presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva”, na fidelidade inabalável aos pobres da terra, movidos e movidas pela fidelidade ao Deus dos pobres e na certeza que a terra de Deus é para a vida de todos e de todas (Gallazzi, 2014, p. 63 e 64).</p> <p>Ezequiel, o profeta, lá do sexto século antes de Jesus, nos dá a chave de leitura para compreender a dimensão pastoral do trabalho, aparentemente árido e desafiador, da documentação. Trabalho que é serviço pastoral, de contar a cada ano os números dos conflitos. Não é o</p>

	<p>registro do jornalista, nem a análise do pesquisador. É o serviço de alguém que está no meio, que cuida, recolhe, reúne. Eles conhecem, porque estão perto, porque acompanham. (p. 64).</p>
<p>REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS</p>	<p>Números parecem tão áridos, tão “limpos”, assépticos. Não mostram a poeira, a destruição das casas, as telhas, tábuas e tijolos quebrados. Não permitem ver roças e colheitas destruídas, o trabalho de anos pisoteados pelas rodas e as esteiras implacáveis dos tratores e nem mostram as matas seculares destruídas rapidamente por motosserras que rasgam os troncos e os ouvidos. Para nós “pastores e pastoras da terra” números não são somente números. Eles trazem o estampido das balas, o cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura. O cheiro do sangue, do suor, do medo que cobre os corpos abatidos pela violência, corpos dilacerados, feridos, estropiados.</p> <p>os números podem falar sim, pois para coletá-los nós encontramos pessoas com seus rostos, seus nomes e suas histórias. Dedicamos tempo, cuidados e emoção para escutar e registrar cada fato, cada detalhe, cada apelido que possa ajudar a identificar melhor vítimas, agressores, circunstâncias. Esperamos as lágrimas descer, os soluços parar, a raiva e indignação se aplacar, para voltar aos registros. Choramos juntos, descobrimos feridas escondidas, buscamos socorro, amparamos e cuidamos das vidas ameaçadas das testemunhas e sobreviventes. Acalentamos crianças assustadas e reanimamos esperanças prometendo uma visita para um cafezinho àquela senhora que teve a casa destruída e não sabia o que seria de seu futuro (p. 64 e 65).</p> <p>Anna Maria Gallazzi nos lembra: “números não são somente números. Eles trazem o estampido das balas, o</p>

	<p>cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura”... “Números não mostram as longas noites de insônia e de medo, cheias de preocupação” (CPT, 2014, p. 8).</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo e, principalmente, os das comunidades tradicionais que vivem em torno da natureza e das águas (Pacheco, 2014, p. 97)</p> <p>Os conflitos sociais existem porque a água está ameaçada como bem comum. O aprisionamento da água para uso privado, para a sua mercantilização direta ou na forma de minérios, energia, insumo na produção agrícola e industrial, é o que a torna escassa e motivo de disputa. A água pode ser tratada como um mero recurso natural, na visão de empresas e, muitas vezes, de governos, ou como um bem essencial à própria vida. A disputa se dá por interesses e formas radicalmente diferentes de se relacionar, e os conflitos se intensificam entre a visão diversa do capital viabilizado pelos governos e a visão cosmológica dos povos e comunidades tradicionais (Pacheco, 2014, p. 97).</p> <p>O debate sobre o uso da água é mais relevante diante da previsão de que os conflitos hídricos serão mais comuns daqui em diante (p 101).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2014	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
NOÇÕES DE CIÊNCIAS	<p>O Conflitos no Campo Brasil é um documento precioso, cientificamente elaborado, que além de registrar dados precisos sobre os conflitos agrários em todo país, os denuncia com textos relevantes que analisam o conjunto de dados apresentados. Os autores são homens e mulheres especializados que além de um profundo conhecimento da conjuntura atual, têm grande familiaridade com as questões agrárias de nosso país (Lazzaris, 2015, p. 7).</p>
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>Ao concluirmos o registro dos Conflitos no Campo Brasil 2014, estaremos celebrando também 40 anos da CPT, de história, de caminhada rumo à Pátria Grande, à Terra sem Males, que desde o alvorecer tem sido fiel ao Deus dos pobres e aos pobres da terra (Lazzaris, 2015, p. 7).</p>
REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS	<p>O Conflitos no Campo Brasil 2014 é a 30ª edição deste relatório que tem se tornado referência nacional e internacional para os que procuram conhecer os conflitos e a violência que acontecem no campo brasileiro. Esta é, por isso, uma edição histórica, que marca os 30 anos ininterruptos deste serviço que a CPT presta aos homens e mulheres da terra e à sociedade brasileira (Lazzaris, 2015, p. 7).</p> <p>Como nossos antepassados, nossos pioneiros, pautamos nossa luta e nossa marcha numa lúcida REBELDIA (...) Como expressão desta rebeldia é que a</p>

	<p>CPT, há trinta anos, se propôs a tarefa de registrar os conflitos em que os camponeses e camponesas, das mais diversas categorias, e trabalhadores e trabalhadoras da terra, envolvidos em diferentes formas de violência.</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Vivemos uma transição de época e a questão da água se coloca na ponta dessa inversão. É hora da ética do cuidado com a água, assim como em relação a toda natureza. A eco-nomia não pode se colocar acima da eco-logia, sob pena de não termos bases naturais – solos, água, clima, temperatura – para continuarmos aqui. Os fatos não permitem tergiversações (Malvezzi, 2015, p.105).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Por ser uma Pastoral de Fronteira, ela caminha e atua longe do poder, distante do planalto. Suas ações se concretizam na planície, junto aos que lutam por um pedaço de chão, como os acampados e assentados, pela valorização do território e pela permanência na terra, como o fazem tantas comunidades tradicionais (Lazzaris, 2015, p. 7).</p> <p>Sua missão acontece no apoio intransigente aos povos da terra, das águas e das florestas e está atenta e vigilante para denunciar as vítimas do trabalho escravo.</p>

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2015	
PAPEIS DA IMPRENSA/MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
CONSIDERAÇÕES DE RELIGIÃO	<p>A permanência dos conflitos no campo, o recrudescimento da violência, sobretudo dos assassinatos, estão a exigir uma batalha muito forte e eficaz pela Justiça. Justiça que, nas palavras da pastora Romi Bencke, “não significa o que é certo. Justiça é muito mais. A Justiça, desde a perspectiva bíblica, é o que move, Justiça é a perspectiva e o parâmetro com os quais se decide o que é justo. Nesse sentido, os valores que orientam uma sociedade são decisivos [...]. O amor de Deus e a sua Justiça tornam os seres humanos livres para assumir sua história. Assumir a história é posicionar-se frente ao que impede a concretização plena da Justiça” (CPT, 2016, p. 8).</p> <p>[...] em nome de Deus setores das igrejas cristãs apoiam políticos, governos e polícias que criminalizam a luta pela água, pela terra e na terra e abençoam o latifúndio e a privatização da natureza... que querem apagar a luz do evangelho subversivo de Jesus vivo na vida dos pobres, homens e mulheres e lutadoras do campo e da cidade. Querem fazer virar mercadoria o pão e a água da vida. Querem apagar as luzes das religiões de outras matrizes, altares de terreiros e rituais de torés. Faz escuro e silêncio na longa noite da religião do patriarcalismo, individualismo e consumismo (CPT, 2016, p. 192).</p> <p>Nos reconhecemos como comunidades de iguais: novas formas de ser igreja no meio do povo, na luz dos mártires da caminhada: Cristo vivo ressuscitado na humana solidariedade e no amor pelo mundo e seus viventes (CPT, 2016, p.192).</p> <p>O profundo desejo do próprio Jesus e do seu movimento é também o nosso: “Eu</p>

	<p>vim trazer fogo sobre a terra, e como gostaria que já estivesse em chamas” (Lc 12, 49) (CPT, 2016, p. 203).</p>
<p>REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS</p>	<p>Dos 135 conflitos, (o maior número, desde 2002, quando a CPT começou o registro em separado dos conflitos pela água), 76 estão relacionados à ação das mineradoras, 56% no total (Fernandes, 2016, p. 113).</p>
<p>SITUACIONALIDADE DOS CONFLITOS</p>	<p>Todos os conflitos em torno da Água , bem vital e mercadoria preciosa, estão relacionados à promiscuidade entre Estado e capital, a qual se dá, basicamente, de dois modos. Uma no próprio fato de o Estado burguês ser capitalista. Ele não é monolítico, mas sua mola mestra é o poder econômico (Fernandes, 2016, p. 114 e 115).</p> <p>(...) o Estado capitalista sabe que a água, bem precioso à vida, é também a mercadoria das mais cobiçadas e, no limite, sua disputa se decide no poder do maior e, se preciso, na força bruta (Fernandes, 2016, p. 115).</p> <p>O clima criado pela promiscuidade na estrutura do Estado inflaciona o potencial de conflitos. Nesse raciocínio, cada conflito é processo, não um ato em si e pronto! Ele é parte de um contexto maior de violência (Fernandes, 2016, p. 117).</p> <p>[...] o toma lá da cá, a corrupção, a lerdeza dos governos nas várias esferas, a falta de fiscalização, nada disso é causa</p>

	<p>dos conflitos, mas, sim, resultado dessa promiscuidade mais profunda (p.117).</p> <p>A ocasião faz o ladrão! Em geral, não é por maldade que os conflitos e crimes ocorrem. Não é por incompetência das autoridades que não se resolvem os conflitos, na sua raiz (Fernandes, 2016, p.117).</p>
<p>“AJUDANDO OS MAIS POBRES”</p>	<p>Se no passado a escuridão não nos calou, mas acendeu em nós a esperançosa rebeldia profética, hoje também ela nos impulsiona a continuar a luta ao lado dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, em busca de uma terra sem males e do bem viver (CPT, 2016, p. 202).</p>